

**TATIANA CRISTINA DA SILVA**

**CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ (SC):  
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA URBANA**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Geografia**

**Tatiana Cristina da Silva**

**CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ (SC):  
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA URBANA**

**Orientador: Luis Fugazzola Pimenta**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano**

**Florianópolis/SC, abril de 2006**

Este trabalho é dedicado a todos os que desejam e trabalham para a manutenção da memória e das ambiências que compõem o Centro Histórico de São José - SC.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Francisco e Claudete, por tudo o que representam para mim.

Aos meus irmãos Cláudia, Andréa, Fabiana e Francisco, e suas famílias, pelo eterno carinho e apoio.

Ao Fabrício por seu amor, paciência e otimismo, além das inúmeras imagens utilizadas nesta pesquisa.

Aos familiares pelo carinho e pensamento positivo.

A todos os queridos amigos, pela compreensão por minha ausência e pelas palavras de incentivo.

Ao professor Luís Fugazzola Pimenta, pela orientação, dedicação e paciência.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, pelo companheirismo e troca de experiências.

À Marli Terezinha pelo enorme carinho, profissionalismo e atenção.

À CAPES pelo auxílio financeiro que subsidiou parte desta pesquisa.

Aos Professores Lauro César Figueiredo, Nazareno José de Campos e Odair Gercino da Silva, pelo apoio e participação na banca examinadora.

À Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme, por sua luta e acolhida desde o início desta jornada. Em especial ao Sr. Fernando Richard de Carvalho Rocha e Sr. João Jacó de Souza por suas memórias, seus relatos e incentivos; ao colega João Rômulo Phillippi, por sua camaradagem, seus textos e imagens, e ao Sr. Jaime Assunção de Souza, por sua coragem e determinação.

Ao Sr. Osni Antônio Machado pelo belo exemplar do livro 'São José: breve história da cidade e seu teatro', de sua autoria, por suas memórias, seus relatos e todas as maravilhosas imagens de seu acervo pessoal.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de São José, em especial ao Vilmar e ao Milton, pelas informações e imagens.

Aos que me protegem, guiam, iluminam e torcem pelo meu crescimento pessoal e profissional.

Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos que esperar as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós.

Maurice Halbwachs

## RESUMO

Este trabalho estuda o caso do Centro Histórico de São José (SC), como espaço simbólico, que confere singularidade e identidade à cidade. Aborda o crescimento da área urbana e seus reflexos no núcleo original, e o momento atual, quando a importância sócio-cultural e econômica deste núcleo é questionada. Povoador de origem açoriana, a cidade sempre sofreu grande influência da vizinha Florianópolis, capital do Estado, dos costumes à dinâmica urbana. O atual Centro Histórico de São José, por sua vez, exerceu importantes atividades, como entreposto comercial e indústria oleira, possuindo uma vida cultural bastante ativa até meados do século XX. A partir da década de 70, quando a expansão urbana do município foi intensa, outros espaços tornaram-se alvos do mercado da terra e atraíram pesados investimentos públicos e privados. Houve então, o deslocamento de atividades do Centro Histórico para estas novas áreas, desde comércio e serviços, até mais recentemente as estruturas administrativa e judiciária municipais, ocasionando a perda gradual das características que o mantinham como centro urbano. No início do século XXI, o município passa a desempenhar uma centralidade maior junto às cidades vizinhas, destacando seus projetos de adequação viária. Entretanto, devido à uma intervenção popular sobre o projeto que previa o aterro da área litorânea do Centro Histórico, este torna-se uma barreira à especulação imobiliária. Hoje, apesar da inexistência de políticas públicas de preservação e de muitas edificações históricas encontrarem-se subtilizadas ou abandonadas, pode-se dizer que o Centro Histórico vêm dando pequenos passos importantes, para um novo ciclo de vivência ou de sobrevivência.

**Palavras-Chave:** centro histórico. são josé. patrimônio. memória urbana.  
urbanização. preservação cultural.

## ABSTRACT

This work is the Historical Center of São José case study, as a symbolic space that confers singularity and identity to the city. The work analyses the urban area growth and its consequence in the old area and also the current moment when its partner-cultural and economic importance questioned is. São José, a town of acorian origin always suffered great influence from his neighbor Florianópolis, the capital of the Santa Catarina state, from customs to the urban rhythm. The current Historical Center of São José in turn had important activities as commercial warehouse and industry potter and also had an active cultural life until the half of 20<sup>th</sup> century. Since the seventies when the urban growth of the city became more intense others areas became goal of market of land and had attracted heavy public and private investments. Happened then the displacement of several activities from Historical Center to these new areas as commerce and services and more recently the administrative and judicial services. This displacement caused the gradual loss of important characteristics that kept the Historical Center as an urban center. At the beginning of 21<sup>th</sup> century the city starts to play a bigger role regarding its neighboring cities giving rise its projects of road adequacies. Nevertheless due a popular intervention over the project that foresaw the fill in of Historical Center coast area the Historical Center became a barrier to the massive speculation of landed properties of São José. Nowadays, despite of inexistence of public politics of preservation and several historical buildings be damaged or abandoned we can say that the Historical Center is doing some small important steps either for a new cycle of experience or its survival.

**Keywords:** historical center. são josé. patrimony. urban memory.  
urbanization. cultural preservation.

## LISTA DE FOTOS

1. Vista a partir da Ilha de Santa Catarina, mostra as embarcações no continente, em 1922..... p. 47
2. Embarcação partindo do trapiche e um caminhão, na década de 30..... p. 49
3. Vista aérea norte-sul de parte do Conjunto Habitacional Bela Vista e entorno. Década de 1970..... p. 58
4. Vista aérea sul-norte de parte do Conjunto Habitacional Bela Vista e entorno, em 2006..... p. 59
5. Vista aérea do Conjunto Habitacional Arthur Mariano (no alto), em Forquilha. Início dos anos 80..... p. 60
6. O bairro Forquilha em 2006, visto a partir do viaduto que substituiu o trevo de acesso..... p. 62
7. De cima para baixo: bairro Kobrasol, bairro Campinas e bairro Capoeiras (já em Florianópolis), provavelmente no final da década de 70..... p. 67
8. Construções mais antigas, de quatro pavimentos, e mais recentes de quatorze pavimentos em Campinas e Kobrasol. 2006..... p. 69
9. Centralização do poder decisório, aliado a um centro de consumo. 2006..... p. 70
10. Vista aérea do bairro Areias: loteamentos com pouca acessibilidade, casas populares e invasão de APP. 2006..... p. 82
11. Vista do Centro Histórico, que concentrava toda a área urbanizada, em 1929..... p. 94
12. Vista sob o mesmo ângulo do Centro Histórico e o Distrito de Campinas ao fundo, em 1996..... p. 94
13. Encontro familiar no morro do Bonfim, no início do século XX. Notar a torre da Igreja Matriz com o coroamento arredondado..... p. 98
14. Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e a Igreja Matriz, com a torre ainda em estilo gótico no ano de 1929..... p. 98
15. Solar dos Ferreira de Mello no canto direito, alinhado ao conjunto de casarios, no ano de 1910..... p. 99
16. O trapiche da Praia Comprida nos fins do século XIX..... p. 100
17. Salão de Bilhar e Café (demolido em 1953), e atual Arquivo Histórico Municipal nos anos 20..... p. 103
18. Solar dos Ferreira de Mello e Theatro no canto esquerdo e no alto à direita, a Capela de Nosso Senhor do Bonfim. Década de 1930..... p. 104
- 19-20. Montagem com as imagens da Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e da Capela de Nossa Senhora de Fátima e Santa Filomena, em

2005.....	p. 104
21. Casa de Câmara e Cadeia em 1913.....	p. 105
22. Casa de Câmara e Cadeia e Theatro no final da década de 20.....	p. 106
23. Cartão postal com vista da área central em 1910, a partir do morro do Bonfim.....	p. 107
24. Vista do Centro Histórico na década de 20.....	p. 108
25. Os arredores da Praça em 1903, com suas palmeiras recém plantadas.....	p. 109
26. Praça em um dia tranquilo em 1910.....	p. 110
27. Praça em dia de festa. Meados da década de 10.....	p. 110
28. Montagem com as quatro sedes do Clube 1° de Junho. 1913, 1926, 1944 e 1973.....	p. 112
29. Comemorações do centenário da Imigração Alemã, 1929.....	p. 114
30. Casa de Domingos Philomeno na Praia Comprida. Década de 20.....	p. 115
31. Casa de comércio de Felipe Petry na Praia Comprida. 1922.....	p. 116
32. Comércio de cerâmicas em frente ao Mercado Público de Florianópolis. Década de 1910.....	p. 117
33. Praça da Matriz em 1929.....	p. 118
34-35. O bar do Cine York, em 1925 e o Café Social em 1930 .....	p. 120
36. Procissão de São Sebastião, em 1929.....	p. 121
37. Carioca e fonte para lavação de roupas, em 1998. Em destaque a placa de inauguração.....	p. 123
38. Um dia de festa e barcos à vela no mar, na década de 30. O trapiche ao fundo.....	p. 124
39. Família reunida no trapiche do Centro Histórico. Anos 30.....	p. 124
40. Vista da do antigo campo do Ipiranga, em um domingo de jogo. Década de 40.....	p. 125
41. Vista aérea do Centro Histórico. O prédio da antiga Prefeitura Municipal em construção.....	p. 128
42. Vista aérea do Centro Histórico. Década de 90.....	p. 129
43. Vista do Centro Histórico a partir do mar em 2001. Notar a imposição do prédio da antiga Prefeitura e do Ginásio de Esportes na paisagem.....	p. 129

44. Praça Hercílio Luz, com as ruas pavimentadas. No canto inferior direito, os tapumes da construção de edifício comercial sobre a antiga área pública.....	p. 131
45. Casa de Câmara e Cadeia e Theatro em 2006.....	p. 133
46. Atual Casa de Cultura Estácio de Sá, ao lado da Igreja Matriz, em 2006.....	p. 134
47. Foto aérea de parte da área histórica em 2001, e o “muro de contenção” do aterro no alto à direita.....	p. 138
48. Beira Mar na Praia Comprida. Destaque para o supermercado Bistek. 2006.....	p. 142
49. A Beira Mar no Kobrasol e Campinas. Destaque para o Centro Multiuso. 2006.....	p. 144
50. Praça Hercílio Luz em 2006, após a limpeza de suas árvores. Apesar da boa aparência, seu mobiliário também está degradado. Notar ‘barreira’ visual da fachada da Igreja Matriz.....	p. 146
51. Praça Arnaldo de Souza no ano de 2006, com seu chafariz desligado.....	p. 146
52. Fundos da atual Câmara Municipal. Notar ônibus estacionado, monte de areia, bancos e passeio quebrados. 2005.....	p. 147
53. O prédio do Arquivo Histórico Municipal e bar, em 2005 .....	p. 147
54. Dois casos de pastiches no Centro Histórico em 2006.....	p. 148
55. A edificação do Posto de Saúde e Delegacia da Mulher. 2005.....	p. 149
56. Casario do século XIX, em ampliação para adequação à função comercial, com pintura contrastante. 2006.....	p. 149
57. Casarão dos Neves inserido no conjunto urbano. 2005.....	p. 150
58. Construção histórica abandonada na Praia Comprida em 2005. Observar a transformação da fachada e a parede começa que a ruir.....	p. 151
59. Construção histórica degradada no Centro Histórico em 2005.....	p. 152
60. Solar dos Ferreira de Mello, atual Museu e Biblioteca Municipal em 2005.....	p. 153
61. Igreja Matriz no ano de 2006.....	p. 154
62-63. Capela de Nosso Senhor do Bonfim e Casarios do século XIX. 2006.....	p. 157
64-65. Museu da família Koerich e Usina do Sertão do Maruim. 2006.....	p. 158

## LISTA DE FIGURAS

1. Localização da área pesquisada..... p. 28
2. Desenho de Odilon de Souza e Valdyr Mira, sobre a chegada do casal Imperial..... p. 40
3. Divisão por bairros (segundo Administração Municipal) e pontos referenciados no Capítulo 2..... p. 77
4. Zoneamento do Plano Diretor de São José. 1985 ..... p. 80
5. Abertura de vias até o ano de 2001 e grandes projetos viários..... p. 88
6. Divisão do Município em Macrozonas, segundo a Proposta para o Novo Plano Diretor..... p. 92
7. Evolução da ocupação humana em São José até o ano de 2001..... p. 93
8. Propostas para avenidas litorâneas em São José, aprovadas nos anos de 1991 e 1995. .... p. 135
9. Maquete da proposta para a Avenida Beira Mar Continental..... p. 136
10. Planta de parte da proposta urbanística da arquiteta Leonor Hartmann para a Beira Mar Continental..... p. 141
11. Mapeamento do uso do solo do Centro Histórico em 2006..... p. 160

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ASCENSÃO** - Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme

**AHMSJ** - Arquivo Histórico Municipal de São José

**BNH** - Banco Nacional de Habitação

**BESC** - Banco do estado de Santa Catarina

**CEASA** - Centro de Abastecimento de Alimentos

**CMSJ** - Câmara Municipal de São José

**CODISC** - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina

**COHAB/SC** - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina

**ConCidades** – Conselho Nacional das Cidades

**FINEP** - Financiadora de Estudo e Projetos

**GAP** - Grupo de Arquitetura e Planejamento

**GRANFPOLIS** - Associação dos Municípios da Grande Florianópolis

**IAB** - Instituto de Arquitetos do Brasil

**IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IHGSC** - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

**INCEPI** - Instituto Catarinense de Estudos e Pesquisas Integrados

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Mcidas** – Ministério das Cidades

**MPSC** - Ministério Público de Santa Catarina

**NEA** - Núcleo de Estudos Açorianos

**n/p** - não paginado

**SDU** - Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São José

**SFH** - Sistema Financeiro de Habitação

**PDI** - Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis

**PDSJ** - Plano Diretor de São José

**PMSJ** - Prefeitura Municipal de São José

**PPDSJ** - Proposta para projeto de lei do Plano Diretor do Município de São José

**PRPDSJ** - Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 15
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	p. 18
CARACTERIZAÇÃO.....	p. 27
<b>A CIDADE DE SÃO JOSÉ</b>	
<b>CAPÍTULO 1 – A CIDADE ANTIGA (1750 - 1970)</b>	
1.1 SÃO JOSÉ ANTES DE 1750.....	p. 30
1.2 SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: IMIGRAÇÃO AÇORIANA .....	p. 31
1.3 IMIGRAÇÃO ALEMÃ E DINÂMICA ECONÔMICA.....	p. 37
1.4 DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA.....	p. 47
<b>CAPÍTULO 2 – INTERVENÇÃO ESTATAL E EXPANSÃO URBANA (1970 - 1985)</b>	
2.1 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	p. 56
2.2 O KOBASOL.....	p. 65
2.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO.....	p. 71
<b>CAPÍTULO 3 – A CIDADE ATUAL (1985 - 2006)</b>	
3.1 O PLANO DIRETOR DE 1985.....	p. 78
3.2 ANOS 90 E ATUALIDADES.....	p. 83
3.3 O NOVO PLANO DIRETOR.....	p. 90
<b>O CENTRO HISTÓRICO</b>	
<b>CAPÍTULO 4 – O CENTRO HISTÓRICO DE ONTEM (1750 – 1970)</b>	
4.1 A PRIMEIRA ESTRUTURA.....	p. 97
4.2 NOVAS CONSTRUÇÕES.....	p. 102
4.3 CENTRALIDADE URBANA .....	p. 109
4.4 SOBREVIVÊNCIA DO LÚDICO COTIDIANO.....	p. 118
<b>CAPÍTULO 5 - O CENTRO HISTÓRICO ATUAL (1970 - 2006)</b>	
5.1 DESCARACTERIZAÇÃO .....	p. 128
5.2 A BEIRA MAR CONTINENTAL.....	p. 135
5.3 DEGRADAÇÕES DO ESPAÇO URBANO.....	p. 145
5.4 UMA NOVA PERSPECTIVA.....	p. 153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 161
REFERÊNCIAS .....	p. 164

## INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o Centro Histórico de São José vem desde o trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, no ano de 2001. Na época, como moradora de São José há quase duas décadas, pareceu-me coerente uma proposição para a cidade. Ao procurar os locais com mais especificidades e potências de intervenção, cheguei rapidamente ao Centro Histórico e esta escolha seria naturalmente o fio da meada que me levaria a muitos questionamentos, impossíveis de serem respondidos somente naquele momento.

Logo no início surgiram as primeiras problemáticas: por que eu e minha família, sendo moradores tão próximos daquele lugar, tínhamos tão pouco contato com ele? Porque nunca tínhamos construído um referencial, um laço afetivo, como sempre tivemos com Florianópolis? Por que o Centro Histórico não era o centro para nós? Já havia sido algum dia para São José? Em caso afirmativo, por que deixou de ser? Indo além: São José tem um outro 'centro' hoje? Em caso afirmativo, como está caracterizado?

Neste processo de (re)conhecimento do meu objeto de estudo, descobri que havia um aterro em andamento, e que este passaria pela orla marítima do Centro Histórico. Buscando por um posicionamento da sociedade civil em relação a esta obra, cheguei à Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme, recém constituída. Participando das primeiras reuniões, compreendi que seus membros tinham restrições à obra não somente pelo impacto ambiental, mas principalmente pela descaracterização da estrutura do núcleo urbano, concebido segundo as regras de implantação das colônias portuguesas. Daí surgiu outra problemática: o que representa o Centro Histórico para a cidade, se não há uma intenção de preservação da relação centenária deste espaço com o mar? Qual seu papel atual?

A partir daí os questionamentos tomaram um rumo mais particular. Com a transferência recente da maior parte da administração pública e do fórum municipais

para outro bairro, foi possível notar o esvaziamento, a diminuição da dinâmica urbana. O uso residencial predominava, enquanto algumas funções de comércio e serviços foram desaparecendo, nem sempre dando lugar a outras. Além disso, havia a evidência do descaso com o patrimônio arquitetônico. Duas edificações eram tombadas mas não havia políticas públicas neste sentido. Enfim, ao ver este quadro, tentei imaginar quais usos deveriam ser incentivados no Centro Histórico e quais políticas de preservação poderiam ser adotadas.

Já era um início. Mas precisava de referências, de um histórico que me levasse a outros históricos, os que não estão nos livros, e que se revelariam somente através das memórias pessoais. Este primeiro histórico, que foi a base desta pesquisa, descrevo a seguir.

São José, fundada em 1750 por imigrantes açorianos como São José da Terra Firme, exerceu importante atividade de entreposto comercial, intensificada com a chegada de imigrantes alemães no século seguinte. O seu pequeno espaço urbano concentrou uma vida cultural ativa até meados do século XX, quando os rituais coletivos eram ali praticados. As festas, as comemorações, as procissões, os jogos, tudo acontecia onde hoje é para nós o Centro Histórico.

A partir da década de 1940, quando melhora a acessibilidade terrestre, os novos meios de transporte mudaram as relações comerciais que a cidade mantinha com Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina. Na década de 50, assim que esta passou a desempenhar uma centralidade maior, gerou uma leva de migrantes que se estabeleceu nas áreas semi-rurais de São José. Com a intervenção estatal de 60 a 80, as principais rodovias federais são pavimentadas e a política habitacional é expressa na criação de conjuntos habitacionais e no financiamento de terras para a classe média. Com a criação do Distrito Industrial, o setor secundário consolida-se como base econômica do Município.

A partir dos anos 90, a cidade passa a desempenhar um importante papel na região da Grande Florianópolis. Há um constante crescimento urbano vertical, a

consolidação de pequenas ou subcentralidades em áreas periféricas, e a ampliação do setor terciário. A área litorânea sul, como alvo do mercado do solo, atrai pesados investimentos públicos e privados, e torna-se um pólo econômico atraente próximo às principais vias de circulação. Com a transferência de usos para outras áreas, o Centro Histórico adquire uma nova dinâmica, onde sua paisagem tem sido em parte preservada, mesmo que por abandono. Edificações históricas correm risco de demolição, colocando em jogo o seu patrimônio material e imaterial, enfraquecendo a memória e a identidade da cidade.

Dentro deste contexto, esta pesquisa tem como objetivo uma reflexão teórica sobre a transformação da dinâmica e da paisagem urbana do Centro Histórico do Município de São José (SC), resgatando também a evolução urbana do Município. O Centro Histórico é tratado aqui como espaço simbólico, que confere singularidade e identidade à cidade, apoiado em discussões sobre centralidade, patrimônio histórico e memória urbana.

Como resultado final, além de instrumento de pesquisa e de resgate de parte da memória urbana da cidade de São José e seu Centro Histórico, esta pesquisa constitui-se em difusora da preservação como diretriz essencial para o planejamento da cidade. Preservando a identidade cultural, preservamos o direito à cidadania, através do conhecimento do passado, base do presente e do futuro.

## REFERENCIAL TEÓRICO – METODOLÓGICO

A análise da cidade requer compreensão das relações entre os vários elementos que a compõe, como formas, estruturas e funções, e dos fenômenos urbanos, cada qual com suas especificidades. Para Lefèbvre, esta análise pode ser feita segundo o que ele denomina ‘níveis de realidade’, onde a cidade caracteriza-se de forma diversa, de acordo com o grau de relações entre estes elementos. Em um nível mais elevado, teríamos a cidade manifestando-se como “um grupo de grupos, com sua dupla morfologia (prático sensível ou material, de um lado, e social do outro).” (LEFÈBVRE. 2001, p. 60) Aqui ela se compõe de fenômenos próprios, suas redes, seus problemas, seu poder de decisão. Em um nível mais específico, ou ecológico, os elementos mudam de escala e diferentemente do anterior, “a cidade envolve o habitar; ela é forma, envelope desse local de vida ‘privada’.” (LEFÈBVRE. 2001, p. 61). A história desta uma cidade, por outro lado, necessita ser inserida num contexto mais abrangente, não podendo ser moldada por si mesma, como ressalta Figueiredo (2005).

Entende-se portanto, que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são, ao mesmo tempo, desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. (FIGUEIREDO. 2005, p. 38)

Através de uma interpretação da análise proposta por Lefèbvre, repaldada pelas palavras de Figueiredo, esta pesquisa é dividida em duas partes, indo do geral ao singular. Ou seja, inicia por uma visão mais ampla sobre a cidade de São José, e finaliza com um recorte sobre o objeto de estudo, o seu Centro Histórico. Enquanto a primeira destaca a evolução urbana e a transformação da cidade, advindas de processos sociais, políticos e econômicos, a segunda mostra os mesmos processos na antiga centralidade, seu cotidiano, e sua problemática atual.

Segundo Santos (1997, p. 5) “O espaço deve ser considerado uma totalidade,

a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes.” Para o autor, é necessário ainda que a pesquisa sobre o espaço esteja de acordo com os fatos que o moldam, para que se possa vislumbrar todos os seus aspectos, e as formas atribuídas a cada nova estrutura social. Caso contrário “careceremos de um contexto em que possamos basear nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos”. (SANTOS. 1997, p. 49)

Para tanto, após a identificação dos fatos que marcaram de alguma forma, a vida urbana de São José e do Centro Histórico, decidiu-se pela periodização, originando um total de cinco capítulos. Da primeira parte originam-se os três primeiros. O Capítulo 1: A Cidade Antiga, aborda São José desde antes de sua fundação, até a década de 70. Apesar do grande recorte temporal, este período apresentou grande dinâmica econômica e social, mas a área urbana manteve-se praticamente a mesma em sua morfologia. Já o Capítulo 2: Expansão Urbana, mostra como em um curto período de tempo, no caso dos anos 70 a 1985, a cidade transformou-se substancialmente e moldou a base de seu desenvolvimento urbano. O capítulo 3: A Cidade Atual, mostra o espaço urbano regulado por um Plano Diretor desde o ano de 1985, o novo Plano proposto em 2005 e como a cidade está configurada hoje.

A segunda parte contém dois capítulos. O Capítulo 4: O Centro Histórico de Ontem, mostra o núcleo original desde a primeira estrutura, passando pelo auge cultural e econômico e o século XIX e a memória urbana do início do século XX. O capítulo 5: O Centro Histórico de Hoje, mostra as transformações marcantes da década de 70 e os conflitos e conquistas mais recentes, delineando imagens futuras.

Foram utilizadas bibliografias gerais e específicas, dissertações e teses, documentos oficiais, leis municipais, dados censitários, mapas e fotos aéreas. Estas últimas, por exemplo, possibilitam realizar um comparativo de ocupação entre períodos, através de um mapeamento das áreas urbanizadas do território josefense.

A questão da preservação histórica, por sua vez, é discutida através de imagens do patrimônio arquitetônico e de ações que têm resultado em sua destruição ou manutenção.

A memória urbana foi trazida à tona através de depoimentos dados por antigos moradores de São José, de diferentes perfis, a fim de verificar a relação com cidade sob diversos ângulos. O senhor Fernando Richard de Carvalho Rocha, de 76 anos, morou na Praia Comprida durante a sua infância e juventude. Quando adulto mudou-se de São José, para onde retornou somente em meados da década de 70. O senhor João Jacó de Souza, de 74 anos, sempre foi morador do Centro Histórico e acompanhou de perto todas as transformações locais. O senhor Osni Antônio Machado, de 64 anos, mora desde pequeno no Centro Histórico e possui um invejável acervo documental e fotográfico sobre a cidade e seus personagens. E o senhor Francisco Celso da Silva, de 67 anos, nasceu em Biguaçu, mas depois de adulto morou em várias cidades catarinenses. Reside há 24 anos no bairro Flor de Nápolis, em São José, um loteamento aberto no final da década de 70. Ou seja, cada um à sua maneira vivenciou a cidade e seus arredores. E falam o que pensam sobre o momento atual.

É importante ressaltar que nesta pesquisa entende-se por Centro Histórico, a área localizada defronte à baía sul, inserida no bairro Sede, delimitada de acordo com a relação das ruas com a praça Hercílio Luz. Os critérios adotados levam em consideração a dinâmica espacial da área que acumulava a maior parte das funções urbanas, até meados do século XX, antes da expansão da cidade. A Área Histórica por sua vez, é aquela que manteve maiores relações sócio-econômicas dentro da cidade, desde a colonização, sendo referenciados, portanto, os bairros Ponta de Baixo, Praia Comprida e Centro Histórico, cada qual com suas respectivas atividades.

## CENTRALIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA URBANA

Atualmente, o chamado centro urbano da cidade capitalista, espaço que acumula as mais variadas funções, nem sempre coincide com o núcleo antigo, o chamado Centro Histórico. O centro, que para Castells (2000, p. 311) “geralmente é o ponto de partida de uma cidade que, delimitado espacialmente, desempenha um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico”, pode na verdade nem existir mais após a expansão das regiões metropolitanas, sendo agora grandes aglomerados urbanos, como defende Arantes (1985). Ou sintetizar e refletir o modo de vida antigo e atual de um certo espaço, “seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano”. (SANTOS. 1959, p. 22)

De acordo com Castells (1983), para entender as formas espaciais consideradas como *centros*, é necessária uma análise da estrutura urbana nos níveis econômico, político-institucional, ideológico e meio-social. De forma sucinta, no nível econômico o centro age enquanto organizador e comunicador entre os processos de produção e consumo; no nível político-institucional, o centro é articulador dos aparelhos estatais e sua expressão espacial depende também da influência destes aparelhos sobre a sociedade civil; no nível ideológico, o centro acumula um conjunto de signos e lugares que condensam uma carga valorizante; e finalmente o nível meio-social, onde o centro age “como a organização espacial dos processo de reprodução e transformação das relações sociais de uma estrutura urbana”. (CASTELLS, 1983, p. 279)

A partir da análise destes níveis, o autor chega a algumas conclusões acerca das características das centralidades urbanas atuais, dentre as quais convém destacar: a difusão do simbólico no espaço urbano; a descentralização da função comercial, bem como a criação de mini-centros no interior dos conjuntos habitacionais; a especialização do antigo centro nas atividades de administração e gestão e a dissociação das atividades de lazer e do centro urbano. (CASTELLS, 1983, p. 280-283) Ou seja, a centralidade urbana, consagrada como espaço

democrático, local para o trabalho e o lazer, mas principalmente de poder, têm tomado outras formas e estruturas, mudando também a relação da própria sociedade com a cidade. O núcleo urbano, por sua vez, toma uma identidade nova, carregada de simbolismos. Para Lefèbvre (1991, p. 13)

Na teoria, o conceito de cidade (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga [...] mas em curso de transformação e de nova elaboração. Na prática, o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, freqüentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece.

A degradação de áreas urbanas centrais é um fenômeno considerado comum em cidades de grande ou médio porte, sendo fomentada, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento adotado, que intensifica os processos de crescimento, adensamento e renovação urbana. Em conseqüência, as medidas de ampliação do espaço podem causar transformações sócio-econômicas, provocando a substituição destas áreas centrais por outras, na função de centro de atração de consumo e de investimentos públicos e privados.

Em antigos centros, a perda de funções reflete negativamente não somente na paisagem, através do abandono e deterioração estética dos conjuntos edificados. Ao subtilizar-se uma área histórica, detentora de valores culturais, perde-se principalmente a potencialidade urbanística deste núcleo como agregador de atividades econômicas, sociais e culturais relevantes para a cidade em seu conjunto e, portanto, para o desenvolvimento local.

Nas pesquisas sobre a centralidade, são pertinentes as questões sobre sua dinâmica, urbanidade e o seu meio ambiente. Nos centros históricos, a discussão principal é, naturalmente, a preservação e a reutilização de seu patrimônio cultural, cujos principais representantes são as edificações históricas. Para Santos (1959, p. 22). “a paisagem natural o seu conteúdo humano, social e econômico exprimem, ao mesmo tempo, a evolução e o estado atual das funções urbanas. As funções antigas, presentes ou desaparecidas, marcam a paisagem atual pela presença de monumentos e velhas casas.”

Para Choay (2001), entre os diversos bens patrimoniais, as edificações são as que mais se relacionam diretamente com o homem e com o seu dia-a-dia. Consagrados na era industrial, hoje os monumentos históricos encontram-se de certa forma, preservados, mesmo que por descaso, mas trilham basicamente dois caminhos opostos: a elitização ou a degeneração.

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade. (CHOAY, 2001, p. 191)

O patrimônio histórico, como o concebemos hoje, começa a ser discutido mais amplamente a partir do século XX, na Europa. Segundo Choay (2001, p. 14), em 1979 “oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial”. No Brasil o patrimônio histórico é legalmente protegido já a partir do final dos anos 30, através de artistas e intelectuais ligados ao Movimento Moderno. Desde então a ação do Estado como protetor dos sítios históricos tem tido atuação importante mas limitada. O atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, faz o papel de protetor dos sítios históricos importantes para a história do Brasil. Os Estados e Prefeituras contam com Secretarias e Fundações de Cultura ou departamentos específicos que atuam de acordo com a legislação vigente. O 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos foi realizado somente em 1987, gerando a Carta de Petrópolis.

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico. (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 2)

Para Choay (2001), a concepção da cidade histórica faz muitas vezes com que ela seja vista tal qual uma parte isolada do todo. E o patrimônio histórico, representante da memória coletiva, não deveria ser entendido como um objeto portador de uma memória estática, pois, se por um lado serve como símbolo de uma época, por outro está inserido em um processo histórico em andamento. A autora cita ainda o arquiteto e historiador italiano G. Giovannoni, provavelmente o autor do conceito de ‘patrimônio urbano’, e que “atribui simultaneamente um valor de uso e

um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2001, p. 194). Giovannoni “desenvolveu uma doutrina onde se reconhece que uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo” (CHOAY, 2001, p. 200) e sob essa síntese funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano. Em um de seus princípios,

[...] o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno. É por isso, que na maioria dos casos, isolar ou ‘destacar’ um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. (CHOAY, 2001, p. 200)

Ao optar por um caminho saudosista, valoriza-se a preservação, mas condena-se o espaço a uma existência de museu, sem a possibilidade de expressão da vida coletiva. O patrimônio, então, necessita ser re-inserido no contexto urbano atual, “a fim de que essas áreas se tornem novamente competitivas em relação ao resto da cidade e cumpram um papel social importante para o funcionamento e coesão urbanos” (BRITO, 2002, n/p). Não raramente, é a indústria patrimonial, através da iniciativa privada, que assume este papel. Visando basicamente o turismo, faz do passado um produto de consumo imediato, ignorando a comunidade local e transformando a paisagem em cenário caricato. Segundo Lefèbvre (2001, p. 12)

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios e diversões. O núcleo urbano torna-se assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este dupo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.

Se por um lado ocorre a mercantilização do patrimônio histórico, por outro lado a falta de uma política de preservação, aliada à subtilização dos casarios antigos, deixa uma brecha para demolições e a sua descaracterização, através de pastiches<sup>1</sup> ou novas obras incompatíveis. É um tema complexo, que exige a consciência do fato destas áreas terem admitido múltiplas funções durante sua

---

1 Reproduções atuais de arquiteturas antigas. Geralmente não são empregadas as mesmas técnicas de construção, mas a aparência externa faz com que pareça uma construção centenária.

história, sem esquecer do presente, do papel que os edifícios assumem no momento atual.

As áreas históricas, entretanto, não são representadas somente por edificações e espaços centenários, mas também por toda a carga memorial de várias gerações de indivíduos. A memória, tratada aqui como memória urbana, é referente ao passado de um determinada cidade, e “dizem respeito, não à capacidade de lembrar dos indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade.” (FIGUEIREDO. 2005, p. 42)

A vivência de áreas antigas, é mostrado sob diversos olhares, de uma forma nostálgica. Lembrar-se de como eram tecidas as relações entre as pessoas e as famílias, como a vida social se desenvolvia, quais as inquietações e alegrias, quais as festas, quais os pontos de referência na cidade, traduzem o estado de espírito atual para quem viveu aquela época. Para trazer de volta este passado, com detalhes, ninguém melhor do que uma pessoa idosa, que viveu intensamente o cotidiano daquele espaço. Segundo Bosi, a memória dos idosos, por ter atravessado tantas gerações e tipos de sociedade, é a que melhor representa os fatos, pois, “pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem [...] absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade”. (BOSI. 1987, p. 22)

É importante ressaltar, entretanto, que a memória, diferentemente da história, é subjetiva e parcial, ou seja, lembramos somente o que é importante para nós. Mas apesar desta memória ser individual, boa parte dos referenciais são coletivos, e a sua complexidade a torna um importante instrumento para a legitimação da identidade de um lugar, seja ele o espaço de trabalho, de lazer, de reuniões entre familiares ou amigos. A lembrança socialmente construída, apesar de parecer problemática em suas contradições, “será por si só extremamente reveladora, pois pode representar uma das dinâmicas da mudança social”. (THOMPSON. 1992, p. 306) A história oral, por sua vez, leva-nos a recriar estes tempos pretéritos de uma

forma mais rica, se feita também sob a forma de conversas mais informais. No método da entrevista, as informações tendem à objetividade. A conversa é capaz de nos levar à uma realidade jamais escrita, uma realidade de pensamentos, sentimentos e ideais, que fazem parte da construção das sociedades e das cidades.

O descaso com que a preservação do patrimônio e da memória urbana são tratados pelo Estado e, mais especificamente, pelos governos locais, representa um retrocesso no processo democrático e no direito à cidadania, pois há uma mutilação gradual no acesso às culturas precedentes, e à construção da identidade da cidade e de sua população. Figueiredo é enfático ao afirmar que

Sem memória, o presente de uma cultura perde as referências ideológicas, econômicas e culturais que a originaram. Reside aqui sua dimensão política. Como elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencedores e dos vencidos, dos colonizadores, a memória constitui um sistema seletivo e referencial, que irá localizar no presente os códigos e experiências culturais. A memória individual ou coletiva é, pois, um sistema onde se cruzam estruturas culturais, políticas e econômicas enquanto códigos de representação. As representações do passado e do presente e as idealizações do futuro também convivem na memória, conferindo ao indivíduo identidade cultural e grupal. (FIGUEIREDO. 2005, p. 40 e 41)

Se a cidade é composta pelo acúmulo dos processos sociais e econômicos que a caracterizam e a transformam nos diferentes períodos históricos, a memória urbana representa o fio condutor do resgate destes processos. A preservação desta memória, juntamente com a educação em prol do patrimônio, pode evitar o desaparecimento dos referenciais culturais, materiais e imateriais, sem os quais limitam-se as perspectivas de futuro.

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. (HEWINSON. 1987, apud HARVEY. 1993, p. 85)

## CARACTERIZAÇÃO

O Município de São José está situado na porção central leste do Estado de Santa Catarina, entre as coordenadas geográficas de 27°33'27" e 27°37'38" de latitude sul e 48°35'42" e 48°39'23" de longitude oeste de Gr. Faz divisa a oeste com os Municípios de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, e forma conurbação com a área continental da cidade de Florianópolis a leste, com o Município de Palhoça ao sul, e com o Município de Biguaçu ao norte. Possui frente marítima para as baías norte e sul, que o separa da Ilha de Santa Catarina (ver figura 1).

Predomina o relevo em planície entrecortado por morros, destacando-se o morro da Pedra Branca, com 450 metros de altitude, mas tendo como ponto mais alto o morro Biguaçu, com 533 metros. A orla marítima é caracterizada por praias, enseadas e mangues.

Possui uma área de 114,7 km<sup>2</sup>, dividida em 27 bairros, onde mais de 25% são de ocupação urbana. Conta com uma população estimada em cerca de 201 mil habitantes, sendo que a grande maioria, cerca de 98,7%, vive na área urbana. Desta forma, é o segundo Município com a maior densidade demográfica e o quarto em número de eleitores no Estado. (PMSJ, 2006)

Atualmente é sede de uma das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e destaca-se no setor industrial e de serviços, sendo que cerca de 87,6% do seu PIB, que no ano de 2004 foi de 1.314.803.473,00 reais (Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. 2005), provêm destas atividades. É também o sexto Município catarinense em arrecadação de ICMS.

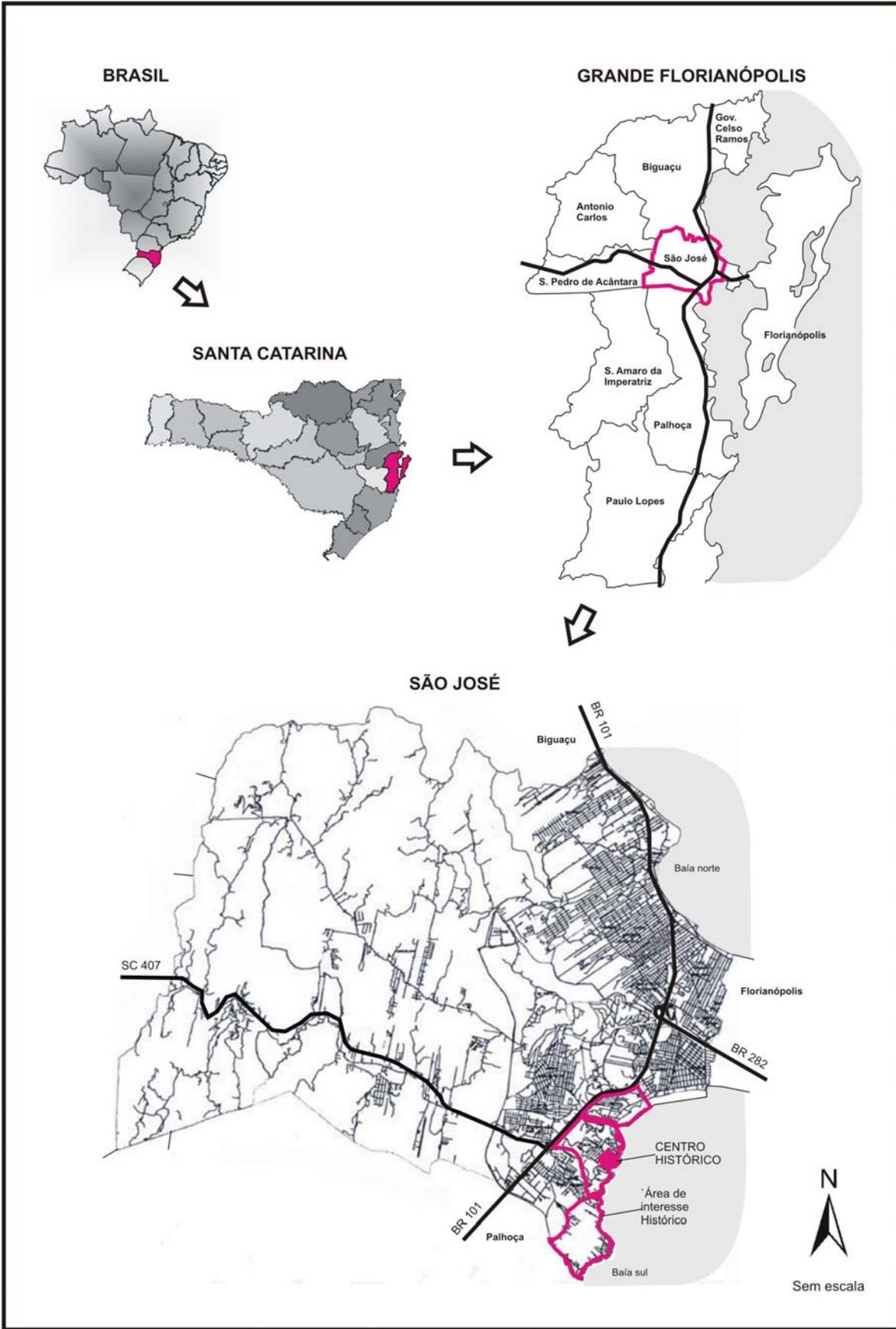


Figura 1 – Localização da área pesquisada.  
Fonte do mapa base: SUGAI, 2002.

## A CIDADE DE SÃO JOSÉ



# **CAPÍTULO 1**

## **A CIDADE ANTIGA (1750 - 1970)**

### **1.1 SÃO JOSÉ ANTES DE 1750**

Antes da colonização europeia, o litoral catarinense era habitado por índios denominados guaranis ou homem do sambaqui. Os bandeirantes os chamavam de Carijós, que deriva de uma palavra em Tupi que significa 'branco', em alusão à pele mais esbranquiçada destes índios.

Um sítio arqueológico na ilha da Casca, próxima à desembocadura do rio Maruim, evidencia a presença deste povo em São José. Sua localização dava aos indígenas condições para caça e pesca, além de planícies adequadas para acampamento, pois eram nômades e migravam em procura de locais com água potável, e próximo ao mar e à Mata Atlântica.

A partir do século XVI os habitantes de Desterro, que não possuíam renda para comprar negros africanos, utilizaram os pacíficos índios carijós como escravos, e os exportaram para outros locais. A eliminação indígena foi sentida já no século XVII.

A partir do povoamento da Ilha de Santa Catarina é bem provável que o homem branco tenha vivido nas terras de São José, mas sua história urbana é contada somente a partir de 1750, com a chegada dos imigrantes açorianos.

## 1.2 SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: IMIGRAÇÃO AÇORIANA

A partir da segunda metade do século XVIII a Coroa Portuguesa, envolvida em um processo de expansão comercial proveniente da Europa, promoveu mudanças na economia das colônias, devido às novas solicitações do mercado externo. (CAMPOS. 1991) Principalmente após a Revolução Industrial, era exigida uma quantidade cada vez maior de produtos e matéria-prima, o que incrementou as atividades econômicas e as relações comerciais no mundo todo.

No Brasil, a fim de facilitar o escoamento dos produtos através dos portos, as atividades agrícolas foram incentivadas no litoral. O sul, sendo pouco explorado, é motivo de tensão e disputa entre Portugal e Espanha, tornando urgente a ocupação da região para defesa e extensão do território, e atingir os objetivos da Coroa Portuguesa. Assim, em 1680 é criada a Colônia de Sacramento (hoje terras pertencentes ao Uruguai) e em 1737 a Colônia Militar do Rio Grande, ainda assim consideradas limitadas e fracas frente ao seu propósito. (CAMPOS. 1991)

Somente a partir da crise do comércio ultramarino português de meados do século XVIII, Portugal passou a aplicar recursos em terras brasileiras, incluindo o litoral catarinense. A Capitania de Santa Catarina, criada em 1738, abriu demanda para o reforço militar, culminando com a vinda de famílias provenientes das ilhas dos Açores e Madeira, a partir de 1748. Segundo O Editó Real, datado de 31 de agosto de 1746, a Coroa Portuguesa dá a entender que estava atendendo a um pedido da própria população para sair das ilhas, por estas encontrarem-se superpovoadas e com epidemias.

El Rey Nosso Senhor, attendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe tem pedido mande tirar dellas o numero de cazaes, que for servido, e transportallos a America, donde resultara às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos malles, que traz consigo a indigencia, em que vivem, e ao Brasil hum grande beneficio em fornecer de cultores alguma parte dos vastos dominios do dito Estado. (PIAZZA. 1992)

Para trazer este imigrantes, que teriam a dupla função de colonos-soldados, o

Edito oferecia uma série de benefícios.

[...] E logo que chegarem a desembarcar no Brasil, a cada mulher, que para elle for das Ilhas de mais de 12 anos, ou de menos de 25, cazada, ou solteira, se darão dois mil e quatro centos reis de ajuda de custo, e aos cazaes, que levarem filhos se lhes darão para ajuda de os vestirem mil reis por cada filho; E logo que chegarem aos sitios, que haõ de habitar, se dará a cada cazal uma espingarda, duas enxadas, hum machado, huma enxo, hum martello [...] duas facas, duas thesouras, duas verrumas, huma cerra com sua lima, e travadoira, dois alqueires de sementes, duas vacas, e huma egoa, e no primeiro anno se lhes dará [...] trez quartas de alqueire da terra por vez para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres [...] Os homens, que passarem por conta de Sua Magestade, ficaraõ izentos de o servir nas tropas pagas, no caso de estabelecerem no termo de dois annos nos sitios, que se lhe destinarem; aonde se dará a cada cazal hum quarto de legoa em quadra para principiar a sua cultura [...] (PIAZZA, 1992)

Entretanto, ao chegar em solo brasileiro tiveram de enfrentar adversidades como doenças, animais desconhecidos, e a própria adaptação alimentar a que foram submetidos. Esta população veio atender aos interesses do então Governador da Província de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, nomeado para intervir nas negociações entre Portugal e Espanha. Segundo Gerlach; Machado (1982) no início do século XVIII, a província era composta de somente três núcleos de povoação: São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro e Santo Antonio dos Anjos da Laguna. Chegando à Ilha em 1739, o Governador comunicou à Corte sobre a precariedade da região em relação à mão-de-obra para o plantio e a defesa, e da necessidade de um maior estímulo à colonização. Segundo Campos (1991, p. 21)

Na verdade, a colonização açoriana do litoral catarinense ocorreu dentro de uma conjuntura depressiva do comércio português de meados do século XVIII, em que o capital comercial via diminuída a sua lucratividade e sentia a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos portugueses, tanto na metrópole quanto na colônia.

## **A CHEGADA**

De 1749 a 1758 desembarcaram na Ilha mais de 6.000 imigrantes, sendo que 4.500 fixaram-se no litoral catarinense, indo os demais para o Rio Grande do Sul. Foram fundadas as freguesias de São José da Terra Firme, Enseada do Brito, Lagoa da Conceição, São Miguel, Santo Antônio e Vila Nova (Imbituba). As populações de Laguna e Desterro foram reforçadas.

O povoado de São José da Terra Firme foi constituído em 26 de outubro de 1750, composto de 182 casais açorianos, que faziam parte de uma das cinco grandes levas que desembarcaram na Ilha de Santa Catarina. Instalaram-se inicialmente em uma pequena enseada na baía sul, onde hoje é o Centro Histórico, e na parte litorânea norte e sul. Depois, povoaram o Rio Maruim e as terras férteis que o cercavam. Para a estruturação do primeiro assentamento, o Editó de 1746 determinava o tamanho da área central, das ruas e dos lotes, bem como a localização da Igreja neste conjunto.

Para o assento, e logradouros publicos de cada Lugar destinará meya legua em quadro, as demarçaoens destas porções de terra se farão por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem quadrados, com tanto que a quantidade de terra seja a que fica dita: No cítio destinado para o lugar, assignalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face e em hum dos lados se porá a Igreja: A rua ou as ruas se demarçarão a cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por ellas, e nos lados, se porão as moradas em boa ordem deixando entre humas, e outras, e para tras lugar sufficiente, e repartido para quintaes, atendendo assim ao comodo prezente como a poderem ampliarse as cazas para o futuro: Destes Lugares com seus ranchos, e cazas de taypa cubertas de palha mandará logo o dito Brygadeiro [Silva Paes], por prompo dous, ou tres para nelles se acomodarem os primeiros cazaes.

Em São José, as medidas adotadas não foram fiéis às determinações, adaptando-se à topografia local. Os lotes, estreitos e alongados, foram distribuídos pela orla marítima e em uma das laterais da praça. A outra lateral foi dividida em lotes e uma área de uso público – que assim permaneceu por mais de duzentos anos.

Em dezembro de 1750 a população era de 338 pessoas e em 1755, o largo de São José já contava com uma pequena capela, que viria a ser a Igreja Matriz. (FARIAS. 2001) As atividades econômicas eram de subsistência, baseadas na pequena propriedade e os escravos eram poucos. Segundo Gerlach; Machado (1982, n/p) “desenvolviam-se a lavoura e o comércio, sobressaindo-se então o cultivo do Algodão e do Linho, principalmente na região do Roçado, onde foram montados pequenos e rudimentares teares”.

Estes povoadores, ainda que descendentes de portugueses continentais, quando vieram para o Sul do Brasil, em meados do Século XVIII, já haviam desenvolvido naquele Arquipélago, ao longo de mais de 200 anos de sua história, uma evolução sócio-demográfica e cultural, distinta da cultura portuguesa continental em muitos aspectos. (NEA. 2006)

A produção baseada na pequena propriedade, garantia o sustento das famílias e ainda um excedente exportável. As atividades manufatureiras, de extrema importância para a relação de consumo entre cidade e campo, complementavam as agrícolas, mas não chegariam a expandir. (CAMPOS. 1991) Ainda assim, em 1756 o povoado foi elevado à freguesia, com desenvolvimento satisfatório na lavoura e no comércio nos 20 anos seguintes.

## **A PRODUÇÃO JOSEFENSE**

A necessidade de explorar o sertão e o planalto para garantir o povoamento do interior fez com que, em 1787, por ordem do vice-rei do Brasil Luiz de Vasconcelos e Souza, fosse feita a primeira viagem de estudos e conhecimento destas terras, liderada pelo alferes Antônio José da Costa (GERLACH; MACHADO. 1982). São José fazia, então, limites com Lages<sup>2</sup>, que o bandeirante Correia Pinto havia fundado em 1767. E assim em pouco tempo, a orla marítima de São José se transformou no ponto de baldeação que ligava Desterro ao planalto de Lages (PELUSO JR. 1950, p. 42).

Já em 1797 o então Governador da Capitania de Santa Catarina, Alberto de Miranda Ribeiro, elabora o primeiro Relatório oficial a apresentar informações relevantes acerca da economia e população de São José. É possível verificar a importância da produção josefense no Estado, se comparado às demais freguesias, lembrando que o trabalho era todo braçal, pois não haviam máquinas agrícolas. No mesmo relatório são apresentados dados sobre quais os melhores locais para a produção de certos gêneros alimentícios e quais os pontos fracos de algumas localidades. Segundo Ribeiro

---

<sup>2</sup> Sobre a fundação de Lages ver PELUSO JR., Victor Antônio. 2001. pg. 34.

O terreno dos Barreiros até a Ponta do Leal é fértil para a mandioca, arroz milho, feijão, linho e algodão; da Ponta do Leal até o Estreito que fica defronte da Villa Capital do Desterro, Coqueiros, Itaguaçu e Abraão, suas mandiocas, arroz, milho, feijão, cana, algodão e linho, mas há poucas forças para a plantação. Capoeiras e Praia Comprida dão arroz, milho, feijão; no Arraial da freguesia de São José, são as terras muito fracas e pouco produzem. No Rio Passavinte, são as terras muito boas e dão de tudo [...], ressalta ainda que Picadas do Norte e Maruhy pode se plantar de tudo. (RIBEIRO. 1959, p. 155)

Segundo Gerlach e Machado (1982, n/p), no ano de 1797 “a freguesia de São José era composta de 389 fogos (casas habitadas) com uma população total de 2.079 pessoas, incluindo os escravos que eram em número de 112. Já existiam escravos libertos, no total de 14”.

## **DESCRIÇÕES SOBRE SÃO JOSÉ**

A transferência da Família Real e de membros da Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, que ocorreu ante à iminência da invasão francesa em Portugal, desencadeou uma série de transformações no Brasil. A chamada "Abertura dos Portos", determinada na Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, suspendeu os séculos de monopólio comercial português, uma das bases do chamado Pacto Colonial.

[...] o comércio português ultramarino achava-se virtualmente interrompido pela ocupação inimiga do território metropolitano; e a menos de isolar completamente o Brasil do mundo exterior, não havia senão franqueá-lo ao comércio e à navegação de outros países.” (PRADO JR. 1992, p. 127)

Esta abertura dos portos ampliou as já conhecidas ‘literaturas de viagem’ amplamente produzida por países como Inglaterra, França e Estados Unidos. Muitos documentos, com descrições sobre a Ilha de Santa Catarina e seus arredores foram produzidos assim. Segundo o inglês Mawe, já em 1807 podia-se observar a humildade da maioria da população josefense. Mas o texto dá destaque a alguns sítios de colonos que prosperavam em direção ao interior.

No continente, do lado oposto à cidade de Santa Catarina, está situada a agradável vila de São José, cujos habitantes se ocupam principalmente em serrar madeira, reduzindo-a a pranchas, fabricar tijolos e plantar arroz. O ganho líquido de uma família pobre aqui é incrivelmente pequeno, mas o padrão de vida é baixo, e possuem poucos incentivos para reduzir os entretenimentos do presente, na expectativa de aumentarem as futuras

fortunas. Próximo a este lugarejo há um vale adorável, denominado Picada, ornado de cottages brancos, cobertos de alamedas de laranjeiras e plantações de café. As colinas, de declives suaves, que circundam este lugar, projetam, além delas, no cenário, um efeito pitoresco, selvagem e impetuoso. (MAWE. 1996, p. 191 e192)

Este cenário de pobreza do início do século XX, iria mudar dentro de algumas décadas. A chegada de imigrantes alemães iria dinamizar a economia local, principalmente do bairro Praia Comprida, gerando uma série de melhorias, como veremos a seguir.

### 1.3 IMIGRAÇÃO ALEMÃ E DINÂMICA ECONÔMICA

Até meados do século XX, seria possível observar em São José três pontos de convergência de atividades. Na atual Praia Comprida desenvolveu-se principalmente o comércio; no Centro Histórico concentravam-se os poderes administrativo, judiciário e legislativo, além da vida cultural; e na atual Ponta de Baixo a atividade poder-se-ia chamar de “industrial” pois concentrava grande parte das olarias e caieiras, além de pescadores.

A primeira área - assim como outros lugarejos que foram desmembrados de São José - deve muito de sua prosperidade comercial aos imigrantes alemães, que na primeira metade do século XIX chegam ao sul do Brasil, datando de março de 1829 o início da ocupação em Santa Catarina. Fundada nas terras de São José, a 25 km do centro e chamada de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã era composta de 146 famílias com 523 indivíduos, provenientes do norte da Alemanha. Em decorrência do forte declive dos terrenos e solos pouco férteis, algumas famílias procuraram novas terras em direção ao sul e em direção ao litoral aonde viriam a tornar-se fortes comerciantes. “Em Praia Comprida estabeleceram-se com hospedaria, transporte de lanchas, ferrarias, sapatarias, marcenarias, selarias, casas de comércio, inclusive a agricultura”. (PHILIPPI. 1995, p. 22) Após algumas décadas a presença alemã foi bastante relatada por diversos viajantes e escritores, como Schutel (1988, p. 161).

A cidade de S. José está colocada no continente e dentro da baía de Santa Catarina, numa enseada que tem o mesmo nome da cidade; fica meia légua ao norte do Maruí e uma légua ao ocidente do Desterro. Ao norte de S. José há a povoação da Praia Comprida, cujos habitantes são quase todos alemães.

A localidade prosperou e intensificou-se a relação com o mar, através dos inúmeros botes que faziam o transporte de cargas para Desterro. Segundo Paiva (1995, p.76)

Os colonos conduzem os seus gêneros em cargueiros até os arrebaldes da Vila de São José, denominado Praia Comprida. Aqui existe um não pequeno número de alemães que, mais inclinados ao comércio, deixaram a

Colônia e vieram estabelecer-se com negócio. Este é sem dúvida um dos lugares da Vila que encerra maior comércio e muito tem concorrido para o incremento da mesma. Conta já um grande número de armazéns, oficinas, e a maior parte de seus moradores possuem lanchas, botes ou canoas que diariamente navegam para o porto da Capital, levando os gêneros dos colonos que descem de São Pedro de Alcântara.

Em 1833, a partir do desmembramento de Desterro, São José é elevada de freguesia à Vila (Município), formada pelas freguesias de São José e Enseada de Brito. A partir de então, com a concentração dos edifícios públicos ao redor da praça, houve um aumento no número de edificações residenciais e a conseqüente melhoria destas. Nesta época, dois acontecimentos marcaram a história da Vila de São José, direta ou indiretamente: a Revolução Farroupilha, em 1839 e a visita do Imperador D. Pedro II, em 1845.

Na Revolução Farroupilha (também chamada de Guerra dos Farrapos), São José ganhou destaque através do Coronel Josefense Joaquim Xavier Neves (avô de Hercílio Luz, que viria a ser Governador de Santa Catarina), que foi eleito Presidente da República Juliana. Considerado amigo de David Canabarro, general do exército Farroupilha, foi impedido de tomar posse, mas fez com que a Vila ficasse na mira de republicanos e imperiais. O combate, entretanto, não chegou a atingir o centro de São José, ficando a última trincheira no Morro dos Cavalos, ao sul, nas proximidades de Enseada do Brito.

Quando as forças revolucionárias tomaram Laguna, proclamaram logo em seguida a República Juliana, procurando de imediato formar o Governo da Nova República. Para tanto, a 07 de agosto de 1839, realizaram-se as eleições concorrendo dois candidatos. Presentes 21 eleitores: 17 votaram no Tenente-Coronel Joaquim Xavier das Neves, de São José, e 04 no padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, da Enseada do Brito. (SOUZA, 1992, p. 43)

Enquanto as forças revolucionárias tentavam entregar o diploma de Presidente da Nova República, já andava o Coronel Neves sendo investigado e sondado pelo adversário.

Pardal, então Presidente da província, à insistência de um amigo comum, o juiz de paz José Bonifácio Caldeira de Andrada [...] conseguira sem grandes dificuldades atenuar-lhe consideravelmente os ardores oposicionistas. O prestimoso amigo pleiteava do presidente da província, fosse Neves encarregado da defesa de São José contra um possível avanço dos rebeldes. (SOUZA, 1992, p. 43 e 44)

O padre Vicente assumiu o posto que seria de Neves, cuja lealdade para com a Monarquia seria demonstrada logo após. Em 1845, a visita do Imperador D. Pedro II, juntamente com sua esposa D<sup>a</sup>. Thereza Christina, fez com que o Coronel Xavier Neves comandasse um grupo de homens para a construção de pontes em arco que levassem até Caldas do Cubatão onde o casal imperial iria banhar-se em águas termais (ver figura 2). Hoje o local chama-se Caldas da Imperatriz, em homenagem à Thereza Christina. (GERLACH; MACHADO. 1982)

De volta à Vila, o casal assistiu a um Te Deum e a uma patriótica oração proferida pelo Vigário Paiva, saudando os ilustres visitantes. “Houve parada das tropas legionárias, composta por 800 homens, postados na Praça da Matriz, que foram passadas em revista e louvadas por SS.MM.” (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p) D. Pedro deu beija mãos e fez condecorações no Solar dos Neves, transformado em Paço Imperial.

Esta visita a São José deu margem à uma série de especulações acerca dos locais por onde o casal imperial passou, fez suas refeições e onde repousou durante a noite. Diz-se, por exemplo, que uma figueira centenária (que sobreviveu até o ano de 2004), localizada num terreno próximo à praça Hercílio Luz, teria sido plantada pessoalmente pelo Imperador, bem como as palmeiras da Praça. Sabe-se no entanto, que as palmeiras seriam plantadas somente em 1903, mais de 50 anos após.

Antes de partir, o casal imperial doou a quantia de 3 contos de réis para a Igreja Matriz e assistiu a uma corrida de cavalos e laçamento de bois em Campinas. A Imperatriz, por sua vez, teria ficado emocionada ao ver a baía de São José, pois teria lembrado da sua Nápoles. (GERLACH; MACHADO. 1982) Durante muito tempo este fato memorável foi motivo de orgulho para os josefenses, que também estavam em um bom momento econômico.



Figura 2 – Desenho de Odilon de Souza e Valdyr Mira, sobre a chegada do casal Imperial.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

## A VILA COMO ENTREPOSTO COMERCIAL

Por localizar-se em uma enseada com boa profundidade para as embarcações de pequeno porte, a Vila era uma grande exportadora de produtos agrícolas e utilitários para a Capital, valendo-se de sua posição geográfica privilegiada. Com a abertura da estrada para São Pedro de Alcântara e a consolidação das transações comerciais entre o planalto e a área litorânea, São José passa a ser um entreposto estratégico. Segundo GERLACH; MACHADO (1982, n/p)

São José era nesse tempo, com uma extensão territorial enorme, um dos Municípios mais populosos e ricos da Província de Santa Catarina. Sua produção dava para o gasto e exportava café, tapioca, açúcar, lenha em achas, farinha de mandioca, cachaça e algodão. A cultura do linho, muito grande no século anterior, já nesta época desapareceria por completo. A cidade dispunha de um porto marítimo apreciável, freqüentado por grande número de embarcações de cruzeiros e outras de pequena capacidade. Uma

estrada de cargueiros punha a região serrana em contato com o litoral. O comércio progredira consideravelmente e os partidos políticos que disputavam o domínio dos mandatos tinham a chefia-los os importadores e exportadores, proprietários das senzalas, onde se aglomeravam dezenas de pretos escravos.

Também era importante parada das trilhas das tropas de gado que iam em direção a Desterro. Uma destas trilhas passava pelo Campo de Araçatuba (hoje território de Palhoça), terras comunais de Desterro, que passaram a pertencer a São José oficialmente em 1852.

As outras duas linhas importantes de trânsito de gado do planalto, em direção ao litoral, ocorriam uma, via Bom Retiro – Barracão – Rancho Queimado – Angelina – São José, margeando o Rio Maruim, e a outra, via Bom Retiro – Barracão – Rancho Queimado – Santo Amaro da Imperatriz, margeando a serra do Tabuleiro. (CAMPOS. 1991, p. 95)

Uma das localidades comunais de descanso e engorda dos bois era denominada Águas Quentes do Norte e ficava próximo ao Rio Forquilhas. Em Picadas também havia parada de tropas, e apesar das terras serem de propriedade privada, seus donos não criavam problemas. Mas era nas terras de uso comum de Campinas que o gado fazia uma de suas últimas paradas antes de chegar ao abatedouro do Estreito ou à Desterro. No trajeto que passava pelos atuais bairros josefenses de Fazenda Santo Antônio, Praia Comprida, Kobrasol e Campinas, a passagem das tropas puderam ser acompanhadas pelos moradores até aproximadamente a década de 1960. (CAMPOS, 1991)

De acordo com o Relatório de Governo de Santa Catarina datado de 1866, dentro de um universo de 20.602 habitantes, 84,2% da população que trabalhava era constituída por lavradores. Na sede, 78% trabalhava nas atividades agrícolas. Em 1892, este número cai para 39% e 39,7%, devido ao aumento das atividades comerciais e profissionais liberais, depois da abertura para a Serra e da comercialização entre núcleos de povoamento e Desterro através de São José. “Alguns dos produtos agrícolas cultivados exigiam transformação, como a cana-de-açúcar, a mandioca, o trigo e o milho. A qualidade destes produtos resultava dos engenhos e fábricas que São José já possuía no final do século XVIII”. (FARIAS. 2001, p. 121) Eram no total, 06 engenhos de açúcar, 11 alambiques de aguardente,

164 engenhos de mandioca, 82 atafonas de moer trigo e 5 cortiços de couro.

Os engenhos de mandioca existentes até a década de 70 nas localidades de Forquilhas, Picadas do Norte, Serraria e Barreiros são prova da importância deste produto na economia local. O linho, utilizado para confecção de tecidos e de apetrechos de pesca como redes, tarrafas, espinhéis e cordas, era cultivado em Barreiros, Sertão do Maruim e Picadas do Norte. O algodão era plantado em Barreiros, Picadas do Norte, Serraria e Sertão do Maruim e como atendia às necessidades básicas é provável que sua cultura tenha sido bastante difundida.

A produção das pequenas propriedades e das maiores gerava um volume significativo de farinha, milho, feijão, açúcar, café, cachaça, vinho e frutas diversas que, somado ao peixe seco, abastecia o comércio de Desterro, do planalto catarinense e de outras partes do Brasil. Foi graças a este comércio que São José se tornou um grande centro sociocultural em meados do século XIX. Para fazer funcionar esta engrenagem socioeconômica de produção e prestação de serviços havia inúmeros profissionais autônomos: ferreiros, pedreiros, carpinteiros, seleiros, construtores de embarcações, oleiros, cartorários, artesãos, sapateiros, padeiros, classificados como artistas, os quais somados aos comerciantes, agricultores, militares, funcionários públicos, dinamizavam a economia local. (FARIAS. 2001, p. 124)

Uma das atividades profissionais mais significativas em São José era a do oleiro, que fabricava desde louças utilitárias a peças decorativas. Localizada, em maior número, junto à enseada da Ponta de Baixo, a mão de obra oleira era realizada em grupos e significava o sustento de muitas famílias. Segundo Lima (1998), a cerâmica estava presente na maioria das casas e tornou-se popular, mas aos poucos foi perdendo espaço para novas tecnologias.

Além disso, o Alvará Régio de 1785, que proibia o funcionamento das manufaturas nas colônias, pode ter acarretado em um atraso do litoral colonizado. Em 1808 o Alvará foi suspenso e os portos foram abertos às nações que mantinham relações amistosas com o país, mas ainda assim o Brasil não tinha como concorrer com os produtos importados da Inglaterra. “Também influenciou o fato de São José não possuir um Mercado Público para mostrar e comercializar seus produtos, concorrendo fortemente com produtos da Capital”. (LIMA. 1998, p. 76)

Na Ponta de Baixo concentravam-se ainda muitos pescadores e havia uma relação interessante entre estes e os oleiros. Além de muitos acumularem as duas profissões, os pescadores transportavam a louça de barro para o Mercado Público de Florianópolis em suas embarcações e ficavam com uma porcentagem sobre o que era vendido. Os pescadores se organizavam e defendiam seus interesses, mas somente em 1924 uma Colônia de Pescadores foi fundada naquela região.

## MUDANÇA DE LIMITES

Em 42 anos foram criadas mais cinco freguesias subordinadas a São José: São Pedro de Alcântara (1844), Garopaba (1846), Santo Amaro do Cubatão (1854), Palhoça (1882) e Águas Mornas (1886). Em 1894 Angelina é desmembrada de São Pedro e passa a ser distrito subordinado à São José. Neste mesmo ano a cidade sofre a primeira grande perda de território: Palhoça é elevada a Município, perdendo São José os então distritos de Palhoça, Santo Amaro, Enseada do Brito, Garopaba e Águas Mornas (ver figura 5).

A partir de 1850, cem anos após a sua fundação, São José começa a tornar-se um importante eixo comercial e cultural do Estado. Este reconhecimento veio em 1856, quando foi elevada de Vila à Cidade, dando notoriedade aos políticos josefenses. A pujança econômica seria demonstrada nos casarões construídos ao redor da Praça, pensada como o centro da cidade, geradora da malha urbana e palco de importantes funções.

Este crescimento econômico, entretanto, refletia também no número de escravos que os mais abastados possuíam. Documentos datados de 1868, revelam dados interessantes sobre os escravos negros em São José. Pelo menos em duas famílias, a do Sr. Luis Ferreira do Nascimento Mello <sup>3</sup> e do Sr. Francisco da Silva Ramos <sup>4</sup>, duas personalidades influentes, o número médio de escravos era de dezessete, brasileiros e africanos, com idades entre 2 meses e 65 anos de vida.

---

3 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Lista de escravos do Sr. Luis Ferreira do Nascimento Mello, de 16 de outubro de 1868.

4 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Lista de escravos do Sr. Francisco da Silva Ramos, de 22 de outubro de 1868.

Destes, somente as crianças e poucos adultos moravam na cidade, em trabalhos domésticos, enquanto que a maioria trabalhava na lavoura.

Nesta época foi instituída a ‘provável’ primeira legislação urbana de São José<sup>5</sup>, que também trataria de algumas questões relacionadas aos escravos, como veremos a seguir.

## O CÓDIGO DE POSTURAS

O primeiro Código de Posturas de São José do qual se tem registro, data de 1868 e está inserido na “Coleção das Leis da Província de Santa Catarina, promulgadas no Anno de 1868”<sup>6</sup>. O Código legisla sobre uma série de questões como segurança, saúde, ordem pública, armas, indústrias, comércio, moralidade, rendas municipais, entre outros. No Título 1, ‘Conservação da Pessôa’, o Capítulo 4 é denominado ‘Abastança, Salubridade das Águas e dos Mantimentos’. Dentro dele, o artigo 60 mostra que, com a falta de um mercado público local os gêneros eram vendidos a céu aberto, nas Praças das cidades e freguesias. Os pequenos consumidores tinham a preferência, pois durante um período de treze horas os mesmos eram vendidos a varejo, e somente depois deste prazo poderiam ser vendidos por atacado. Segundo o Artigo 61, as medidas para venda de víveres e alimentos eram, “[...] sendo o gênero de pesar, até uma libra, e de medir, até meio alqueire.” (Código de Posturas. 1868, p. 79)

No Título 2, o Capítulo 1, ‘Tranquilidade e Socego Publico’, determinou que aos escravos eram vedadas todas as formas de lazer em espaços públicos, como a dança, mesmo que com licença de seus senhores. Os escravos não podiam andar nas ruas, estradas ou Praças após o toque de recolher, que era aproximadamente às 21hs. Somente aqueles que tivessem ordem para tal (e este horário era reservado para levar as águas servidas até o mar), poderiam circular, ficando

---

5 Na pesquisa sobre a legislação de São José, houve uma dificuldade maior em obter dados anteriores à 1950, que estão concentrados no Arquivo Público Municipal. O Arquivo tem passado por um processo lento de organização e restauro de boa parte de seu acervo, sendo referenciadas neste trabalho todas as leis que puderam ser localizadas.

6 Note-se a grafia da época nas transcrições aqui referenciadas.

expressamente proibida a reunião de escravos durante à noite. Estas leis dificultavam não somente as fugas, mas também a troca de informações entre os negros.

O Título 4, 'Da Utilidade Pública mostra no Capítulo 3, denominado 'Do Aforsoamento' <sup>7</sup>, definia as regras para edificações e reedificações. O artigo 156 (p. 95) determina que não são mais obrigatórios os alinhamentos junto às calçadas, podendo ser feitos jardins na área frontal do terreno.

Aquelles que quizerem edificar predios nas povoações, com jardim na frente, requererão à Camara, que lhes dará a licença, com a clausula obrigatoria de que seja o jardim murado com grade de tijolo ou ferro. A multa de 10\$ <sup>8</sup> réis punirá o infractor que será compellido ao cumprimento da licença.

No Artigo 157 (p. 95), fica clara a preocupação da municipalidade com a qualidade estética das construções e de sua relação com o conjunto urbano.

Para edificações dos predios da cidade e povoações, a Camara terá modelos, tanto para os predios terreos, como para os de sobrado, de modo que as construcções nas alturas sejam uniformes. O que se recusar a construir segundo o plano da Camara e iniciar a obra, será esta embargada e o infractor multado em 30\$000 réis.

Este mesmo Capítulo diz que a abertura de ruas terá seu traçado definido de forma que venha a contribuir para o 'aformoseamento' da cidade. Também o nivelamento das ruas e Praças serão executados neste sentido, devendo os proprietários das edificações próximas executarem obras de segurança.

No Título 5, 'Das Profissões', é interessante destacar o Capítulo 2, onde os artigos são bem claros a respeito da diferença entre os chamados pombeiros, os mascates e os atravessadores, que afinal, eram todos revendedores. Os pombeiros compravam gêneros alimentícios para vender em tabuleiros ou cestos pelas ruas e Praças, e até mesmo próximos aos trapiches. Os mascates vendiam gêneros não alimentícios, como tecidos para roupas ou quinquilharias. Os atravessadores

---

7 Não foi encontrado o significado da palavra 'aforsoamento', tendo sido levantadas duas hipóteses: pode ter havido um erro de grafia e a palavra correta é 'aformoseamento', que inclusive aparece no texto deste capítulo, ou 'aforsoamento' é sinônimo de 'aformoseamento'. Aformosear quer dizer embelezar, enfeitar, adornar, tornar formoso.

8 O provável valor da multa seria de 10\$000 réis, tendo em vista os demais valores cobrados na época.

compravam a melhor parte das mercadorias antes delas chegarem à cidade e depois revendiam por atacado e varejo. Esta última prática era proibida, cabendo multas de 30\$000 réis. (CÓDIGO DE OBRAS. 1968, p. 98)

Um novo Código de Posturas seria implantado somente em 1948, segundo os registros localizados, o que resulta em 80 anos sem novas diretrizes para a cidade. E, curiosamente, não há no Código de 1868 nenhuma referência à atividade oleira, tão presente em São José neste período.

## 1.4 DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA

No início do século XX a cidade passa por algumas melhorias em seu Centro, como a arborização e delimitação dos caminhos da Praça. Mais tarde, no ano de 1910, são executadas as instalações da Usina Hidrelétrica de Maruim, a primeira do Estado, que iniciou o fornecimento de energia em 1913 e abasteceu São José e Florianópolis durante quatro décadas. A usina foi fundada no atual bairro Colônia Santana, já nesta época habitada por alemães. Em 1925 foi construída a igreja de Santa Ana que denominou o bairro.<sup>9</sup> Na década de 20 São José consolida sua posição econômica, e além do Centro Histórico, Ponta de Baixo e Praia Comprida, as atividades portuárias da área continental em frente à Ilha, mantêm intenso movimento (ver foto 1).



Foto 1 – Vista a partir da Ilha de Santa Catarina, mostra as embarcações no continente, em 1922.  
Fonte: LUIZ, 2006.

<sup>9</sup> Em 1941, seria ali instalado o Hospital Colônia Santana, hoje Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, que possui importância a partir do momento em que ajuda a formar o único bairro josefense da zona chamada rurubana, ou seja, afastada da concentração urbana litorânea mas com uma certa infra-estrutura.

Do início do século XIX até a década de 1930, o comércio da região sul era dominado praticamente por Porto Alegre e Florianópolis. Mas, se por um lado o transporte marítimo de cargas, estruturado por firmas de importação das duas capitais, era prestigiado, por outro lado a produção mercantil, que é a base da estrutura comercial, acelera o processo de decadência. Em Santa Catarina, ocorre neste período o crescimento das atividades comerciais da região do vale, como Itajaí e Blumenau, ameaçando a hegemonia econômica da Ilha. Assim, de 1930 a 1960, os negócios de Florianópolis e arredores sofrem um período de estagnação, diminuindo conseqüentemente a sua área de influência. (BASTOS, 2006)

Em São José, a estagnação esteve atrelada também, a medio prazo, à substituição do transporte marítimo pelo rodoviário. A inauguração da Ponte Hercílio Luz, a primeira ligação viária entre a Ilha de Santa Catarina e o continente, se deu em 1926, mas devido à precariedade das vias urbanas, e um número reduzido de automóveis, as travessias marítimas ainda foram largamente utilizadas durante mais de uma década. Em meados de 1940, principalmente após a pavimentação da via principal que ligava o centro de São José até a Ponte, o transporte terrestre não demorou a consolidar-se, fazendo com que a cidade perdesse a sua importância na função de entreposto comercial. Isto porque os produtores que antes faziam baldeação nos trapiches ali localizados, podiam agora dirigir-se diretamente à Florianópolis.

[...] o calçamento veio bem mais tarde, começou em 44, 45. Iniciaram o calçamento, mas não calçamento total, eles calçavam só os lados da rua, e deixavam o meio sem calçamento. Depois é que conseguiram calçar toda a rua, terminar. [...] Primeiro fizeram só no centro de São José, depois é que foi se estendendo. (JOÃO JACÓ)<sup>10</sup>

Em 1930, o trapiche da Praça tinha como uma das finalidades o transporte de mercadorias, sendo assim tão importante quanto o da Praia Comprida, destacando-se o comércio de madeiras. Próximo ao trapiche havia uma serraria que funcionou cerca de quatro anos, a qual beneficiava madeiras trazidas do interior e as exportava. (PHILIPPI, 2003) Segundo notícia do jornal Diário da Tarde (23 de maio

---

10 Todos os que colaboraram com seus relatos, Sr. FERNANDO ROCHA, Sr. FRANCISCO SILVA, Sr. JOÃO JACÓ DE SOUZA, Sr. OSNI MACHADO, estarão referenciados pelo nome, não havendo daqui em diante nota de rodapé. Todos os grifos são meus.

de 1939, p. 4)

Temos assistido ultimamente o embarque de madeiras em tóros, para as Praças de Hamburgo e Argentina, que está fazendo o sr. Manfredini, representante de uma importante empresa madeireira catarinense do norte do estado. Ao trapiche municipal, tem afluído um grande número de curiosos do progresso comercial porque está passando a nossa Praça, onde outrora os srs. Ferreira de Melo e Silva Ramos, tanto impulso deram ao comércio josefense.

Neste período de transição, os proprietários de embarcações que faziam o transporte marítimo, tentavam adequar-se, trocando as lanchas por caminhões para cargas, e os ônibus para passageiros. Na foto 2 é possível vermos uma embarcação no trapiche e um caminhão na rua principal do Centro Histórico.

[...] de 36 para 37, vieram os primeiros caminhões. Então eles trocaram o transporte de lanchão por caminhão. Eles compraram o caminhão como também comprou [...] o Fredolino Schmidt, Norberto Schmidt, os Koerich compraram um caminhão também. [...] Então os lanchões, as embarcações, foram substituídas pelos caminhões. (FERNANDO ROCHA)



Foto 2 – Embarcação partindo do trapiche e um caminhão, na década de 30.  
Fonte: Acervo de Osni Machado.

No ano de 1940, São José possuía uma população de 9.501 habitantes, sendo que destes 29,2% residiam na área urbana e 70,8% na área rural. Com as primeiras linhas de ônibus, a população passou a recorrer às casas comerciais de Florianópolis e o traçado urbano a concentrar-se às margens das vias que conduziam à ponte, adaptando a elas o plano urbano da cidade. (PELUSO JR. 1981). E estas vias não eram pavimentadas, fazendo com que os ônibus e caminhões nem sempre chegassem ao seu destino.

O seu Bembem [...] tinha um Ford 29, na época, daqueles bem antigos, e fazia todos os fretes. É interessante, a gente via aquilo, mas fica recordando [...] As linhas de ônibus eram regulares. Só que na época a gente não tinha a Av. Ivo Silveira, nem a Via Expressa [...] passava por Capoeiras, sem calçamento. Então na temporada de chuva, principalmente no inverno, ali onde é o morro do Geraldo, muitas vezes os ônibus não subiam por causa do barro. Então o pessoal descia, subia o morro a pé e pegava o ônibus do outro lado prá ir prá Florianópolis. Isso eu me lembro bem, muitas vezes fiz este trajeto. (JOÃO JACÓ)

O dono da empresa que fazia o trajeto São José-Florianópolis pertencia à família Philomeno, de origem italiana, que fixou-se na Praia Comprida. Apesar dos alemães e açorianos ali residentes terem fortificados suas relações comerciais, a família Philomeno destacava-se por possuir negócios em vários ramos, como torrefação de café, vassouras, couro, olaria, entre outros. Era dela o maior trapiche da localidade, tornando-se pioneira também no transporte rodoviário.

Era uma família de italianos, de sobrenome Philomeno, que vieram para cá, e eles realmente fizeram muito por São José. Eles impulsionaram São José com seu espírito empreendedor. E e de que forma eles fizeram isso? Eles tinham na época uma olaria, que produzia tijolos. Praticamente abastecia a nossa região.[...] Essa olaria ficaria onde hoje tem o Hospital Regional. (FERNANDO ROCHA)

## **A PERDA DO ESTREITO**

No ano de 1944 São José perde para Florianópolis parte importante do seu território, o Distrito de João Pessoa, atual bairro Estreito. Segundo Soares (1990), no início dos anos 40 o governo do Estado promoveu uma revisão territorial de Santa Catarina, onde o Estreito apareceu como área conflituosa. Além da pouca assistência da administração de São José e considerando que a maioria dos moradores da área trabalhavam em Florianópolis, surgiu a questão da má formação

territorial da Capital, restrita à insularidade e a necessidade de integração da área continental.

Segundo Sugai (2002, p. 55) “Em 1º de janeiro de 1944, o Distrito do Estreito foi anexado ao Município de Florianópolis, através do Decreto-Lei estadual n. 951/44 que estabeleceu os novos limites do Município de Florianópolis.” Assim, perdeu uma de suas principais fontes de renda, que era o ramo dos abatedouros de gado - no ano de 1880 São José já havia contabilizado um empobrecimento considerável em sua receita por conta da perda do Matadouro Público do Estreito <sup>11</sup>, - além das madeiras. A compensação dada à cidade pela perda do Estreito foram as terras da atual cidade de Rancho Queimado, que à época pertencia à Palhoça. (SOARES. 1990) No ano de 2005, o atual prefeito josefense Fernando Elias polemizou ao dizer que pediria indenização pela perda de território. Queria, pelo menos, que houvesse o reconhecimento oficial de que o ato prejudicou a cidade nas últimas seis décadas, mas o pedido foi contestado pela Prefeitura de Florianópolis e por associações comerciais e empresariais. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 9 de maio de 2005)

Na realidade, esta mudança na relação econômica entre São José e Florianópolis afetou profundamente a primeira, que passou por um período de crise. Por não conseguir captar investimentos e viver de sua proximidade com a Capital, São José configura-se como ‘cidade-dormitório’. Essa denominação foi de tal abrangência, que continuou a ser utilizada durante muitas décadas, e em consequência, muda a relação do josefense com a ilha. O termo “descer” (ainda utilizado), de tradição açoriana, que designava a ida à Florianópolis, ou o simples “ir à Ilha”, são gradualmente substituídos pelo “ir ao centro” ou “ir à cidade”. Este último ainda é muito utilizado nas antigas áreas rurais, onde a malha urbana começou a se expandir a partir dos anos 60. Esta relação de centralidade, pertinente também em Biguaçu e Palhoça, sobrevive até os dias de hoje.

Quando a gente queria dizer que estava indo no atual Centro Histórico, nós

---

11 “Segundo registros do relatório Municipal, contribuiu com 2:664\$000 réis, do total de 5:406\$938 réis relativos àquela atividade”. (LIMA. 1998, p.29)

dizíamos 'estou indo à São José'. Não tinha isso de Sede, nada disso [...] Geralmente era prá ir à Prefeitura ou ao Cartório [...] O Centro sempre foi Florianópolis. Mas nós dizíamos 'vou descer' quando era para ir para lá. (FRANCISCO SILVA)

Historicamente, é provável que poucas pessoas tenham se referido ao antigo centro de São José, como "Centro". Não que sua centralidade não fosse forte ou clara, mas sempre incomparável à Desterro e mais tarde, Florianópolis. Segundo entrevistas, muitas pessoas diziam, e ainda dizem, "vou à Praça", e em menor escala "vou ao Centrinho". A Praça Hercílio Luz, neste contexto, faz parte da memória urbana e da identidade local, servindo como referência dentro da cidade. A denominação Centro Histórico seria instituída mais tarde, e indicada por placas de sinalização somente no ano de 2001, não sendo ainda muito utilizada entre os josefenses.

É interessante, entretanto, verificar que a cidade ainda não dava (e não dá) valor à sua área histórica, pois a importância destes espaços já era tratada na Carta de Atenas, documento que influenciou na concepção das leis pertinentes às cidades, como o Código de Posturas Josefense de 1948.

## **O NOVO CÓDIGO DE POSTURAS**

Em 06 de maio de 1948, em meio à crise econômica, é instituído um novo Código de Posturas de São José, que definia regras de construção e urbanização incorporando diretrizes modernas, que caracterizariam as implantações de novos bairros e loteamentos na cidade. Segundo a Carta de Atenas, resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933, as funções básicas do cotidiano são habitar, trabalhar, circular e recrear-se. A carta organiza estas premissas e faz proposições sobre cada uma delas. Este tipo de organização, onde as funções são separadas, refletiu amplamente na urbanização mundial, e também na legislação urbana baseada no zoneamento. Em São José estas diretrizes foram resumidas ao traçado em xadrez da malha viária.

O traçado das avenidas, ruas e Praças ou jardins, deverá ser executado de acordo com os modernos preceitos urbanísticos e de forma que os quarteirões apresentem quadriláteros regulares e que as Praças e

logradouros públicos formem, também, figuras geométricas regulares, sendo que as Praças de mais de 4 (quatro) lados deverão ter, pelo menos, 40 (quarenta) metros cada lado. (CÓDIGO DE POSTURAS. Art. 8º - p. 06)

Havia mais uma preocupação com o embelezamento da cidade, do que propriamente com as funções urbanas e suas necessidades. Na separação entre o público e o privado, por exemplo, há a indicação de não serem utilizadas cercas de arames farpados dentro do perímetro urbano, ficando estes restritos à zona rural.

Em terrenos ajardinados ou onde a edificação estiver alinhamento, quer em centros comerciais, quer nas ruas residenciais, a respectiva frente será fechada em toda a extensão por balaustrada ou por gradil de ferro, cimento armado ou madeira sôbre embasamento de alvenaria de bôa qualidade [...] (CÓDIGO DE POSTURAS, Art. 14º, §1º, p. 08)

Leis mais abrangentes seriam aplicadas somente em meados da década de 80, com o Plano Diretor de Uso do Solo, quando a área urbana alcança um nível maior de adensamento.

## **AS MIGRAÇÕES INTERNAS**

Os anos 50 seriam caracterizados pelo início do êxodo rural - fluxo da população rural em busca de trabalho e um melhor nível de vida nas áreas urbanas - e o conseqüente inchaço das cidades e regiões metropolitanas. Em Florianópolis, os investimentos públicos cresciam rapidamente e atraíam a classe média, enquanto as populações de menor renda transferiam-se para locais mais distantes, como o continente. (FARIAS. 2001) "O crescimento da antiga localidade de Barreiros – parte do Distrito sede de São José e situada entre a Capital e Biguaçu -, foi tão intenso que, em 1959, foi separado do Distrito Sede e passou a constituir o Distrito de Barreiros, considerado atualmente o mais populoso da área metropolitana".(SUGAI, 2002, p. 66) Em 1955 o bairro Campinas, que até então era um enorme pasto de gado, começa a ser loteado.

Nesta época a maior parte de São José era considerada rural, mas pela proximidade com a Capital catarinense, esta região teve um crescimento diferenciado, contrariando as estatísticas. Assim, em 1950 a população josefense

era de 14.562 habitantes, sendo somente 18,5% residentes na área urbana e 81,5% na área rural. Os dados populacionais podem ser verificados segundo Peluso Jr.:

[...] suas sedes diminuíram de população. O crescimento de São José foi a taxa média geométrica de 0,46%; o de Palhoça a 1,50% e o de Biguaçu a 3,50%. As áreas rurais, porém, tiveram as taxas de 9,55% (São José), 0,98% (Palhoça) e 0,37% (Biguaçu). Estes valores quantificavam o deslocamento da população pobre de Florianópolis para o espaço entre a Capital e São José. Tal ocupação foi geralmente do tipo invasão e a área continua rural. Palhoça e Biguaçu, mais distantes, não receberam essa gente, e assim, o crescimento das suas zonas rurais dos distritos das sedes não demonstrou aumento. [...] Os anos cinquenta foram de recuperação, e as cidades cresceram moderadamente - São José à taxa média de 3,39% e Biguaçu a de 2,15%. As zonas rurais desses dois últimos distritos pouco acréscimo demonstraram (respectivamente à taxa média de 1,36% e 0,10%), mas a de São José continuou a sofrer invasão, mostrando a taxa de 5,69%. (PELUSO JR. 1991, p. 320)

A partir da década de 60, com a implantação de instituições públicas na Capital, como a Universidade Federal de Santa Catarina, que ampliava a condição de centralidade de Florianópolis, iniciou-se um processo de intensa ocupação urbana. A BR 101 também foi fundamental neste processo, pois todas atividades comerciais, industriais e até mesmo residenciais tendiam a localizar-se em suas margens.

A implantação da BR-101 exerceu grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias nas quais se instalaram depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, ao redor dos quais se reuniam muitos trabalhadores. Os loteamentos surgiram por toda parte, inclusive de vilas do BNH, que nas margens da rodovia e sua vizinhança conta com diversos núcleos. (PELUSO JR. 1991, p. 320)

É também nos anos 60 que algumas empresas, as quais exercem até hoje o papel de agentes não somente na economia, mas também no desenvolvimento urbano da cidade, instalaram-se em São José, como Cassol e Casas da Água.

Na década de 60 começam a se instalar em São José as primeiras indústrias, como a fábrica de rendas e bordados Hoepcke, os estabelecimentos comerciais de maior porte, como as Casas da Água em 1965 (atual rede de comércio de material de construção), além de grandes empresas como a Madeireira Cassol (1960), que se expandiu e diversificou sua atuação nos setores comercial, industrial e imobiliário e que lançou o maior empreendimento imobiliário de São José, o Kobrasol (1975), o bairro central do atual distrito de Campinas e que hoje centraliza as atividades comerciais e de serviços do Município de São José. (SUGAI, 2002, p. 66 e 67)

Nesta época a maioria da população josefense era rural, cerca de 86,6%

contra 13,9% da população urbana, num universo de 31.192 habitantes. O Distrito de São José possuía um total de 17.116, sendo 3.251 moradores na zona rural e 13.865 nas zona urbana (IBGE, 1960). Logo em seguida a cidade sofreria o desmembramento de Angelina e o Distrito de Garcia (em 1961), e de Rancho Queimado (em 1962), delineando o mapa político que São José teria durante mais de 30 anos. A lentidão dos processos econômicos e sociais neste período podem ser verificados no novo Código de Posturas, instituído em 1966, que surpreende por não trazer nenhuma nova lei sobre a urbanização da cidade, havendo somente um capítulo relativo à construção de muros e cercas. Boa parte do Código é referente à higienização dos ambientes comerciais e industriais. Curiosamente, a indústria, que até então era quase inexistente em São José, seria impulsionada somente após uma década, em um novo momento de desenvolvimento do Município.

Neste período, que foi de 1750 a 1970, o Município passou por transformações em seus limites territoriais e na composição de sua população. Inicialmente de colonização açoriana, agregou de forma mais significativa famílias de origem alemã no século XIX e de várias partes do Estado a partir de meados do século XX. São José passou por momentos memoráveis em sua economia e chegou a despontar como centro cultural do Estado. A morfologia urbana, entretanto, permaneceu praticamente inalterada durante a maior parte do período. Mas como sofre o reflexo de tudo o que ocorre em Florianópolis, passou também por um período de estagnação, que refletiu em sua relação com a população josefense. A centralidade antes exercida pelo Centro Histórico e Praia Comprida, é transferida para a Capital do Estado. A intervenção estatal e a expansão urbana dos próximos 15 anos, entretanto, alterariam profundamente as relações sócio-econômicas e o modo de vida josefense.

## **CAPÍTULO 2**

# **INTERVENÇÃO ESTATAL E EXPANSÃO URBANA**

### **(1970-1985)**

## **2.1 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS**

Ao contrário de muitas cidades, a expansão urbana de São José não se deu a partir do núcleo original, mas sim, através de intervenções concentradas em grandes áreas próximas às BR 101, BR 282 e Florianópolis, pontos de escoamento, trabalho e consumo. Segundo Peluso (1991),

As duas áreas mais procuradas para o crescimento da Capital foram as de 'trás do morro' (Trindade, Itacorubi, Córrego Grande e Pantanal) e a de Campinas e Barreiros, entre Florianópolis e a BR 101. É através desta última área que os planos urbanos de Biguaçu, São José e Palhoça se fundem com o de Florianópolis. (PELUSO JR. 1991, p. 21)

A malha urbana de São José é uma amostra deste processo, fruto da pressão do capital imobiliário, caracterizada hoje por loteamentos que não param de surgir. Estes novos empreendimentos, no entanto, foram impulsionados por grandes conjuntos habitacionais, inseridos aqui a partir da década de 60, quando o problema do déficit habitacional no Brasil, até então ignorado, toma status de crise.

O período compreendido entre 1964 e 1969 é caracterizado pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Plano Nacional de Habitação e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, o SERFHAU. Neste período, do total de unidades financiadas pelo BNH no país, 69% foram destinadas a unidades de interesse social <sup>12</sup>, que passaram de 8.618 em 1964 para 106.195 em 1969 (BINOTTO. 1994). A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), foi criada por Lei Estadual de 12 de julho de 1965 e constituída na forma de Decreto Lei de 15 de abril de 1966.

---

12 Unidades de interesse social: destinadas a famílias com renda mensal de um a três salários mínimos.

De 1970 a 1979 o financiamento estatal foi direcionado principalmente à construções de grande porte, como rodovias, usinas elétricas e aeroportos. A BR 101, ligando Osório (RS) a Fortaleza (CE), foi inaugurada em 10 de maio de 1971.

Neste período o Estado patrocinou grandes intervenções viárias [...] como a rodovia BR-101 e demais investimentos viários em todas as maiores cidades brasileiras, parte da estratégia de integração territorial, que o governo militar considerava fundamental para garantir a segurança e a soberania nacional, mas que favoreceram o enriquecimento rápido das grandes empreiteiras, empresas da construção civil, mineradoras e financeiras, entre outras. (SUGAI. 2002, p. 82)

Implantados em São José a partir do final da década de 60 pela COHAB/SC, com financiamento do BNH - que a partir de 1986, com o Decreto - Lei nº 2.291 é extinta e incorporada à Caixa Econômica Federal - os conjuntos habitacionais foram particularmente importantes no processo de ocupação urbana. Dentre os doze projetos realizados no Município, destacam-se dois grandes conjuntos, que fazem parte dos atuais bairros de Bela Vista e Forquilha.

## **O BAIRRO BELA VISTA**

O Conjunto Habitacional Bela Vista (ver figura 3), composto pelos conjuntos Belo Vista I, II, III, IV e Alto Bela Vista, foi totalmente projetado de uma só vez pela COHAB, mas sua construção ocorreu por etapas. No momento possui as construções populares mais antigas - casas datadas de 1969 - e as mais recentes, - apartamentos do ano 2000 -, construídas pela COHAB no Município de São José. No ano de 1970, a ocupação humana era localizada quase que somente na Sede e no bairro Barreiros, nas proximidades do Estreito, bairro continental de Florianópolis. Desta forma, e com a BR 101 já aberta, é possível dizer que as terras rurais, relativamente próximas à ocupação existente, eram justamente as do atual bairro Bela Vista.

Na época de implantação do conjunto Bela Vista I, em 1969 (ver foto 3), a COHAB enfrentou graves problemas de aceitação por parte da comunidade que ali residia, pois a área escolhida não era dotada de “equipamentos e serviços adequados, tendo seus residentes que lutar para implementá-los ao longo dos anos”.

(PERES. 2000, p. 168) O deslocamento para o Centro de Florianópolis era dificultado pela falta de transporte público, e assim, muitos moradores abandonaram as habitações. A COHAB obrigou-se, então, a fazer um trabalho de conscientização e melhorias para que estes retornassem, o que aconteceu cerca de dois a três anos mais tarde.

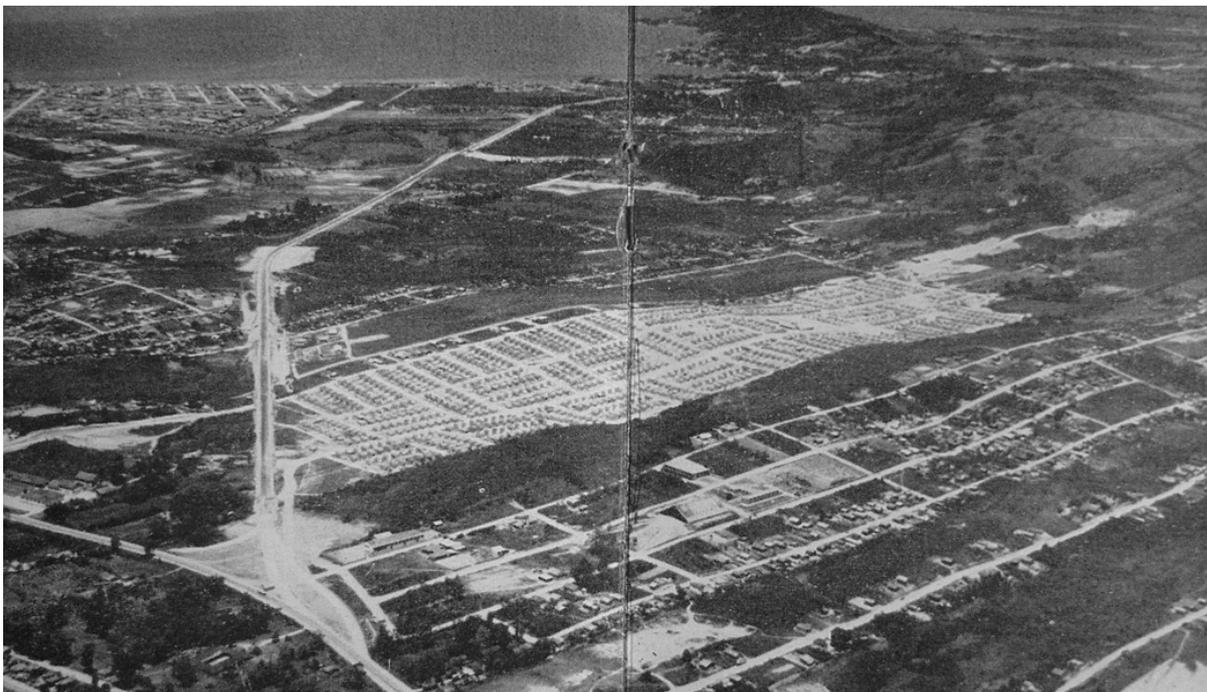


Foto 3 – Vista aérea norte-sul de parte do Conjunto Habitacional Bela Vista e entorno. Década de 1970.  
Fonte: IBGE, Coleção de Monografias, 1974 (?)

A partir da abertura da BR 282, a Via Expressa, foi facilitado o deslocamento a Florianópolis, e a aceitação dos outros conjuntos que fazem parte do Bela Vista. O adensamento populacional foi inevitável e novos loteamentos começam a surgir, transformando a paisagem local. Já em 1983, a lei ordinária nº 1498 “proíbe a construção de galpões para garagem e depósitos [...] bem como a construção de prédios sem garagens” na zona residencial de Barreiros. (CMSJ, 2005)

Em 1989, sem analisar a dinâmica urbana que transformava o bairro em um dos maiores aglomerados urbanos do Município, a COHAB/SC implanta o conjunto Bela Vista IV, finalizando um projeto que completava 20 anos, e que continuava “próximo da BR 101, com sérios problemas de impacto ambiental, sendo sua localização em si mesma residual e sem costura com o entorno.” (PERES. 2000, p. 168)

Atualmente o Bela Vista, denominado bairro em 1973, é o sétimo mais populoso de São José, com cerca de 9.200 habitantes (IBGE, Censo 2000). Apesar da problemática advinda do mau planejamento do conjunto, e também de sua relação espacial com o entorno - pois se analisarmos sua localização, veremos que as comunidades vizinhas mantêm uma independência entre si, no que se refere ao complexo viário principal, no caso a BR 101 e sua marginal - o diversificado eixo de comércio e serviços e os equipamentos urbanos como escola, posto de saúde e centro comunitário, fazem dele um bairro com vida própria.

Os dois bairros mais populosos de São José, Serraria e Ipiranga, estão localizados no Distrito de Barreiros. O bairro Serraria, apesar de ser uma das comunidades mais antigas do Município, não possuía uma estrutura bem definida e aparece como adensamento humano a partir dos anos 80. O Bairro Ipiranga, que nasceu de um loteamento iniciado em 1960, também era isolado do resto da cidade. Hoje, estas áreas possuem uma demanda por comércio e serviços que aos poucos incentiva as atividades locais e a conquista de maior infra-estrutura urbana.



**Foto 4 - Vista aérea sul-norte de parte do Conjunto Habitacional Bela Vista e entorno, em 2006.  
Fonte: Acervo de Marcelo Pinheiro.**

## O BAIRRO FORQUILHINHAS

Até o ano de 1980, o atual bairro Forquilhaas era uma área estritamente rural. Segundo Farias (2001) “O nome advém do pequeno rio chamado Forquilhaas, afluente do Forquilhaas. A comunidade chamava-se anteriormente Aterrado, Benfica ou ainda Picadas do Norte.” (FARIAS. 2001, p. 226) Contava com algumas pequenas propriedades quando foi implantado o conjunto habitacional Forquilhaas.

No ano de 1981, os Conjuntos Habitacionais Arthur Mariano (ver foto 5), com 251 unidades e Picadas do Norte, com 250, formaram, juntamente como o Forquilhaas, o que seria o segundo maior aglomerado de habitações populares na cidade de São José, com 1.187 unidades. Por terem sido construídos em datas muito próximas e possuírem formas e tipologias arquitetônicas semelhantes, é muito difícil dissociá-los. Atualmente o bairro é o quinto mais populoso do Município, com cerca de 11.791 habitantes. (IBGE, Censo 2000)



**Foto 5 – Vista aérea do Conjunto Habitacional Arthur Mariano (no alto), em Forquilhaas. Início dos anos 80. Em destaque o trevo de acesso ao bairro e adjacências. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São José.**

Segundo a COHAB/SC, a escolha do local de implantação seguiu a diretriz do menor preço do terreno, o que aqui significou adquirir terras localizadas em uma área inundável, próximo ao Rio Forquilhas - o bairro enfrentou muitas enchentes até meados dos anos 90, quando houve a canalização dos córregos. Além disso, havia a proximidade com a BR-101, garantindo acessibilidade à Capital e a todo o litoral. O empreendimento gerou algumas dúvidas na população josefense, principalmente acerca da infra-estrutura que o projeto proporcionaria.

Comentava-se muito, 'fizeram lá em Barreiros um conjunto habitacional grande' [...] 'vai morar gente que não é brincadeira' [...] ia dar uma população maior do que muitos bairros. Ali na Forquilha [sic] também, era só pasto, então quando começaram a fazer o núcleo diziam 'também vai dar muita gente, estão acabando com os pastos'. Alguns achavam bom porque vai gerar comércio, sempre vai melhorar alguma coisa para a localidade. (OSNI MACHADO)

Desde o início da ocupação, o setor terciário esteve presente. Segundo relato, "O primeiro supermercado era o Faizão, que ficava na rua geral onde hoje é o Koerich. Depois o dono construiu onde hoje é o Xande Supermercados, do outro lado da rua. Acho que a primeira coisa que se faz quando tem uma população grande como aquela é construir um supermercado". (FRANCISCO SILVA) Hoje, este espaço é um forte corredor de atividades, situadas principalmente na rua Arthur Mariano, que liga o bairro à BR-101. Possui ainda postos de gasolina, equipamentos como escola, posto de saúde, centro comunitário e uma infinidade de casas de comércio e serviços, sendo notória a construção de pequenos edifícios de uso misto.

É possível verificar que em torno do aglomerado formado pelos conjuntos habitacionais, surgiram novos loteamentos residenciais, que sofreram uma ocupação gradual. Atualmente, "gravitam em seu entorno as comunidades de Picadas do Sul, Picadas do Norte, Los Angeles, Potecas, Forquilhas, Flor de Nápolis, e outras comunidades que vão-se [sic] formando na área." (FARIAS. 2001, pg. 228) Estas, por sua vez, possuem uma relação de dependência muito clara em relação ao bairro Forquilha (foto 6), relativa ao comércio e serviços, e aos equipamentos como escolas, delegacia, posto de saúde e centro comunitário.



**Foto 6 – O bairro Forquilha em 2006, visto a partir do viaduto que substituiu o trevo de acesso.  
Fonte: Acervo da autora.**

O fato de uma única via de acesso, a Rua Arthur Mariano, ligar a maioria destas comunidades à BR 101, faz com que a área central do bairro Forquilha seja de passagem constante. O aparecimento de novos loteamentos residenciais, juntamente com a criação da nova Área Industrial de São José, dependentes deste acesso, causa congestionamentos no trânsito e certamente será um dos grandes desafios viários na cidade nos próximos anos. Segundo Santos,

Através do tempo ocorre a multiplicidade das atividades. E a intensificação da ocupação das áreas limítrofes às rodovias, origina ou agrava os conflitos já existentes, aumentando conseqüentemente o número de acessos não planejados, o que descaracteriza parcial ou totalmente os antigos núcleos urbanos. Tal processo ocorre porque as vias de acesso escoam as atividades comerciais e de serviços ao lado das migrações não planejadas, tendo como resultado o esvaziamento e decadência de uns e inchamento de outros. (SANTOS. 1989, p. 155)

A topografia local, tendo a própria BR 101 como ponto de segregação, fez com que esta subcentralidade fortificasse, não havendo mais a necessidade de deslocamento até bairros próximos e ocupados, como a Praia Comprida e o Centro Histórico. A questão negativa desta situação é que investimentos em casas comerciais dos bairros adjacentes não chegam a efetivar-se, pois não conseguem competir com a centralidade desenvolvida em Forquilha. Ainda assim, tem-se como pólo de atração maior destas comunidades, os bairros Campinas e Kobrasol.

É interessante observar que estas comunidades poderão sofrer no futuro as

conseqüências de uma grande obra federal. Já existe, desde a década de 50, a possibilidade de fazer um desvio da BR 101, que a deslocaria para uma área próxima ao bairro Forquilha. Assim, o atual traçado da BR 101 seria transformado em via urbana, desafogando o trânsito pesado. Foi uma das questões mais difíceis, discutidas na Revisão do Plano Diretor da Cidade de São José <sup>13</sup>, pois, apesar de incerta, se implantada, influenciará imensamente na expansão urbana e nas diretrizes para o crescimento econômico do Município (ver figura 6).

Com a criação da política habitacional federal, as chamadas vilas do BNH espalharam-se por todo o país. Dependendo da organização espacial, da localização do sítio e das relações sócio-econômicas, algumas destas vilas transformaram-se em bairros consolidados, adquiriram maior infra-estrutura e criaram pequenas centralidades ou subcentralidades. Segundo CASTELLS (1983, p. 275),

É verdade que a concentração de certas atividades de troca num espaço em relação simétrica com as diversas zonas urbanas, está cedendo o lugar a uma estrutura multinuclear ou a uma espécie de difusão urbana. No entanto, isto não implica que exista maior correlação entre os elementos da estrutura urbana; simplesmente esta nova centralidade pode operar através de outras formas espaciais.

Para Castells, a criação de mini-centros no interior dos conjuntos habitacionais é uma das conseqüências da expansão urbana da maioria das grandes cidades capitalistas, e parte importante no processo de difusão urbana. “A partir de algumas pesquisas americanas poderíamos deduzir que, quanto maior a homogeneidade social no conjunto das habitações, mais o minicentro pode desempenhar um papel de interação” (CASTELLS. 1983, p. 282)

Em São José, apesar dos conjuntos habitacionais Bela Vista e Forquilha terem sido iniciados sem qualquer infra-estrutura adequada, com localização bastante isolada da cidade, conseguiram formar os bairros com atividades que suprem as necessidades primárias da população. Os dois conjuntos têm hoje características de subcentralidade, cada qual com seu grau de influência sobre as

---

13 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ – SDU. Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José. São José, 2003.

comunidades vizinhas. Como a cidade é dinâmica, isto vêm se alterando com o tempo. No caso do Bela Vista, os bairros vizinhos vêm adquirindo seus próprios equipamentos urbanos e melhorias, o que em Forquilhaínas têm sido um processo lento, devido à dependência que o entorno tem de seus serviços.

De qualquer forma, parece claro que a implantação dos conjuntos habitacionais da COHAB em antigas áreas rurais de São José impulsionou a ocupação das áreas adjacentes, através dos loteamentos que continuam a proliferar-se em seu entorno.

## 2.2 O KOBRASOL

O período de 1969 a 1973 é caracterizado pelos vários projetos de modernização do país, “que na verdade seria o grande mote dos governos militares para a política de atrelamento total da economia nacional ao capital estrangeiro, mais especificamente o norte-americano”. (FIGUEIREDO. 2005, p. 101) Com o montante de empréstimos foram executadas grandes obras, principalmente rodoviárias, por todo o país. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo, gerando uma dívida externa elevada e um intenso fluxo migratório da área rural para a área urbana, que viria a desencadear uma série de problemas sócio-econômicos. (SUGAI. 2002)

Em 1970, a população urbana de São José superou a rural pela primeira vez. Num total de 42.155 habitantes, a área urbana deteve 61,9% e a rural 38,1% da população (IBGE, 1970). As cidades próximas à capital catarinense abrigavam boa parte da população migrante, e os dados relativos à renda mostram a realidade da época.

No ano de 1970, em torno de 99% da população economicamente ativa que habitava os Municípios de São José, Palhoça e Biguaçu possuíam rendimentos mensais inferiores a 5,86 salários mínimos. [...] indicam a predominância de rendimentos inferiores a 2,34 salários mínimos, correspondendo a 89,6% da população em São José. (SUGAI. 2002, p. 67)

A política habitacional federal estimulou a implantação não somente de conjuntos habitacionais para a classe de menor renda, mas também os loteamentos para a classe média e média alta. Segundo Binotto (1994, p. 66)

O Decreto lei nº 1358, de 12 de novembro de 1974, institui crédito na declaração de renda equivalente a 10% dos pagamentos efetuados no ano base. Esse decreto beneficiou somente os mutuários de renda mais elevada, pois somente aqueles que ganham mais é que pagam imposto de renda.

Em São José surgiam vários núcleos habitacionais, próximos à BR 101 e às estruturas já consolidadas. No ano de 1975, as empresas Koerich S/A Indústria e Comércio, Madeireira Brasilpinho e Cassol S/A Indústria e Comércio, uniram-se para lotear o Distrito de Campinas, e criaram a Kobrasol Empreendimentos Ltda., cujo

nome resulta de parte do nome das três empresas. Em 1977 foi lançado o Loteamento Kobrasol, construído em terras onde antes era o antigo Aeródromo Nereu Ramos, na área de Campinas. Visando à classe média alta, o loteamento foi um dos primeiros bairros formados pela iniciativa privada. Segundo Pereira (1999, p. 95), as três empresas se uniram para “fortalecer o capital privado através da criação e valorização do solo urbano” além de ampliar suas relações comerciais e políticas. A intervenção estatal no empreendimento garantiu a agilidade dos fluxos econômicos através do BNH e da realização das rodovias BR 101 e BR 282.

Na produção do espaço urbano do Kobrasol, o Estado estipulou os impostos fundiários e imobiliários, que variavam segundo a dimensão do imóvel, o uso da terra e a localização; e organizou os mecanismos de crédito habitacional aos compradores dos lotes e dos apartamentos através do Banco Nacional da Habitação. (PEREIRA. 1999, p. 65)

O loteamento Kobrasol, foi facilitado pela inexistência, na época, de um Plano Diretor de Uso do Solo, concebido somente em 1985 e da necessidade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), pois este seria efetivamente introduzido no sistema normativo brasileiro em 1986, através da Resolução CONAMA 001. A exigência do EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), seria aplicada para viabilizar “atividades modificadoras do meio ambiente, bem como as diretrizes e atividades técnicas para sua execução”. (IBAMA. 1995, p. 22) Ou seja, não houve nenhum impedimento legal e ambiental, mas conseqüentemente nenhum estudo que pudesse prever quais as implicações sócio-econômicas e espaciais de sua realização.

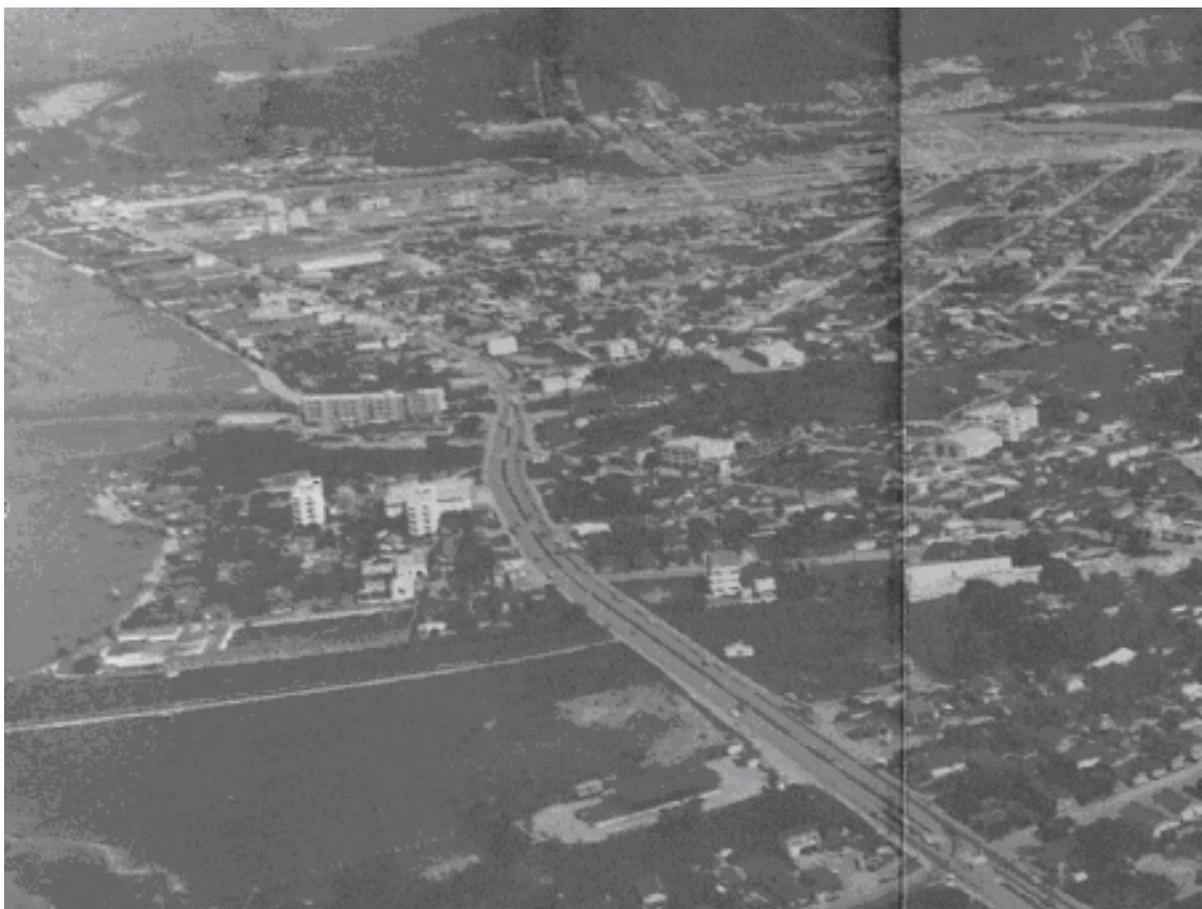
A localização privilegiada em uma área de fácil acesso, entre a BR 101, a BR 282 e a Avenida. Presidente Kennedy impulsionou a venda dos lotes para uso residencial, comércio e serviços. Com a facilidade para adquirir os terrenos em longo prazo, as empresas de construção civil da Grande Florianópolis viram no empreendimento uma boa oportunidade de negócios. Segundo Pereira (1999, p. 71) “as empresas faziam ficha cadastral com a empresa Kobrasol, e dela recebiam indicação de crédito para o SFH. Desse modo podiam apresentar esse terreno como garantia na Caixa Econômica, que lhes emprestava o dinheiro para a construção dos prédios. O lucro vinha com a venda dos apartamentos”.

Já em 1978, manifestando a preocupação com a estética do conjunto urbano e objetivando garantir o perfil de classe média alta da área, a municipalidade decretou a Lei Ordinária nº 1143, que proibiu a construção de casas de madeira no bairro Campinas, que faz parte do entorno imediato do Kobrasol (CMSJ, 1978). No loteamento, as áreas comerciais estavam concentradas na avenida central, e o gabarito máximo era de dois pavimentos. Logo a seguir, a Lei Ordinária nº 1145 direcionou as normas de construção que deixava clara a intenção de uma pequena, mas já visível, centralização.

Art. 3º - Somente serão permitidas construções em Alvenaria, obedecendo sempre a área mínima de 70 (setenta metros quadrados).

Art. 6º - Somente poderão ser construídos prédios de até 4 (quatro) pavimentos.

Art. 7º - Não está permitida a construção de áreas industriais e depósitos, etc. (CMSJ, 1978)



**Foto 7 – De cima para baixo: bairro Kobrasol, bairro Campinas e bairro Capoeiras (já em Florianópolis), provavelmente no final da década de 70.**

**Fonte: IBGE, 1974 (?)**

A imagem da foto 7, apesar da fonte indicar a data de 1974, anterior ao próprio loteamento, acredita-se ter sido capturada no fim dos anos 70, justamente

pela presença das edificações de 4 pavimentos na área do Kobrasol, ainda isoladas. Campinas, por sua vez, já compreendia uma densidade considerável e seu traçado urbano estava definido. Neste período os empreendedores imobiliários tinham sido os responsáveis pela abertura e pavimentação da maioria das novas vias públicas, “como o caso das quadras já comercializadas do loteamento da empresa Kobrasol (lançado em 1977), em Campinas, e do loteamento Jardim dos Lordes situado próximo ao centro histórico, ambos dirigidos para a classe média”. (SUGAI. 2002, p. 100)

No ano de 1982, o antigo campo de aviação já seria um novo bairro, e o Kobrasol transformaria a paisagem urbana dando início ao processo de expansão vertical do Município. A forma arquitetônica predominante era a dos edifícios de 4 pavimentos, em blocos, com ou sem garagem livre e pequenas sacadas, formando quadras inteiras. Nesta época uma das empresas que mais construiu no Kobrasol foi a Zita Empreendimentos Imobiliários, também da família Koerich, com cerca de 350 unidades habitacionais comercializadas. Em 1985, com a implantação do Plano Diretor, o Kobrasol começa a ser regulado como Área Mista Central (AMC), e seu gabarito máximo passa de 4 para 12 pavimentos. Foi uma mudança substancial, mas que não atraiu grandes investidores imediatamente. Em 1988, foi construído o Centro Comercial Campinas, na Av. Presidente Kennedy, com 4 pavimentos e cerca de 120 unidades, entre salas e lojas, incrementando as atividades de comércio e serviços.

## **CENTRALIZAÇÃO**

Nos anos 90, apesar da demanda populacional, as operações imobiliárias estavam enfraquecidas pela conjuntura econômica, e a construção civil no Kobrasol adquiriu um ritmo lento, voltando a crescer somente no final da década. A mudança de gabarito para 14 pavimentos no Kobrasol e Campinas, já denotava que as construtoras passavam a operar de um modo mais agressivo, interferindo diretamente na legislação urbana.

Na realidade, o bairro de Campinas têm apresentado uma verticalização maior do que a do Kobrasol nos últimos 5 anos. Isto se explica porque na época de implantação deste último, muitos prédios multifamiliares de 4 pavimentos foram erguidos, enquanto que em Campinas predominavam as residências unifamiliares. Hoje, na substituição por edifícios de maior porte, torna-se mais fácil a demolição de casas térreas, do que a dos antigos edifícios. Muitos conjuntos menores, com cerca de 20 anos, permanecem na paisagem do Kobrasol (foto 8).



**Foto 8 – Construções mais antigas, de quatro pavimentos, e mais recentes de quatorze pavimentos em Campinas e Kobrasol. 2006.**

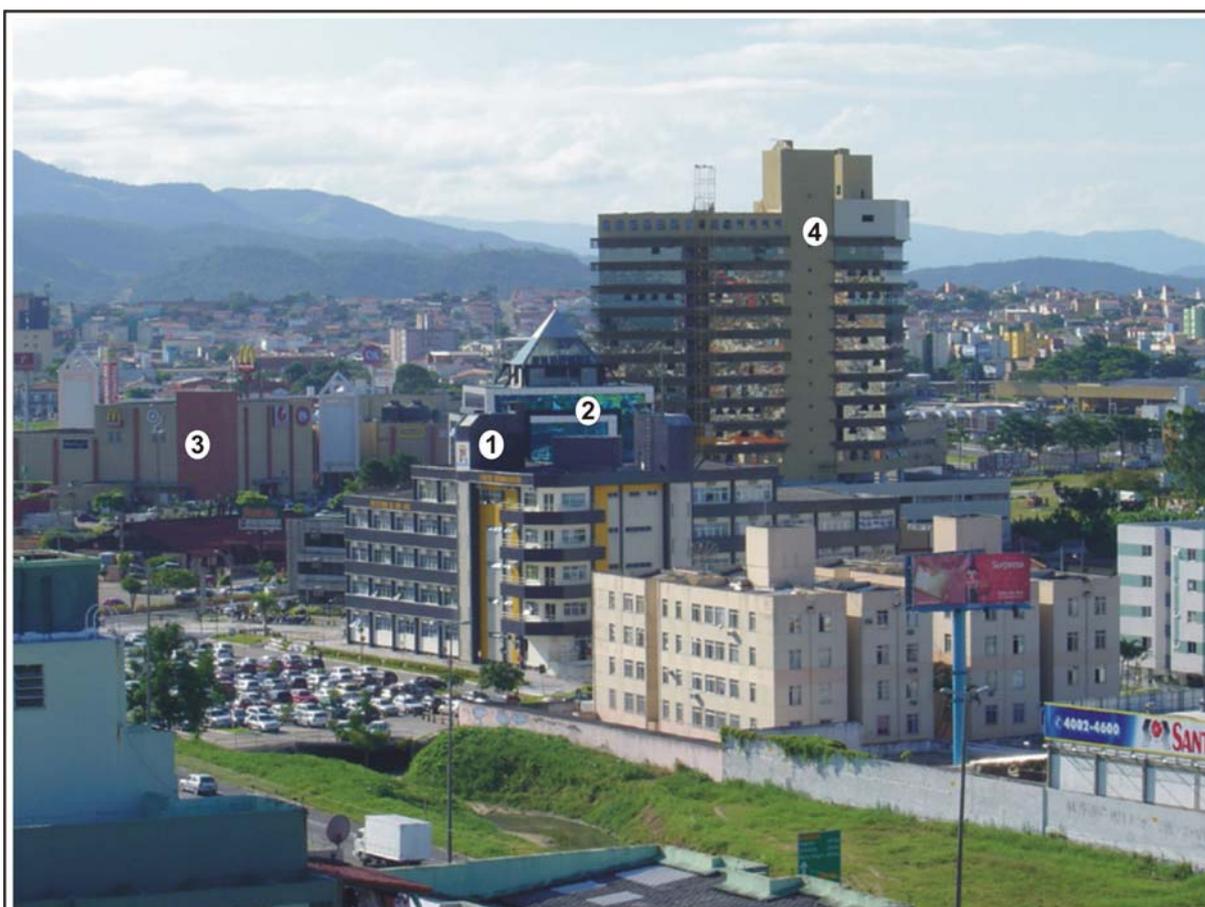
**Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.**

A especulação do solo no Kobrasol levou à aprovação da Lei 4.210/04 (sob os olhares atentos dos agentes imobiliários) que “possibilitou o aumento da taxa de ocupação e do índice de aproveitamento por permitir a construção de até três pavimentos destinados à garagens, sem que estes estejam incluídos no percentual de utilização, que foi ampliado para 70% do terreno.” (AN. 2005, p. 6). Desta forma, os edifícios chegariam a uma altura de até 19 andares. O caso foi denunciado ao Ministério Público por inconstitucionalidade, mas alguns projetos arquitetônicos foram aprovados e encontram-se em fase de execução.

Com a escolha de uma área adjacente para a implantação das novas estruturas decisórias do Município - Centro Administrativo e Fórum (foto 9) - e o projeto da Avenida Beira Mar Continental, privilegiando todo o Distrito de Campinas, a posição de centralidade do Kobrasol foi confirmada, tanto no nível econômico, quanto político-institucional (Castells, 1983). Sobre este processo Lefèbvre cita que as diferentes tendências urbanísticas esboçam uma estratégia global, reunindo condições para que haja uma dominação da população, enquanto produtora e

consumidora:

Uns [...] construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão [...] uma ideologia de felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. [...] Outros edificarão centros decisoriais, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. [...] Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. (LEFÈBVRE, 1991, p. 25)



**Foto 9 – Centralização do poder decisoriais, aliado a um centro de consumo. 2006. 1) Sede Administrativa, 2) Fórum Municipal, 3) Shopping Itaguaçu e 4) Centro Empresarial privado em construção. Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.**

Além de prédios de apartamentos, universidades, sedes de empresas, edifícios comerciais e instituições públicas de São José, tendem a localizar-se no Kobrasol. Uma das consequências diretas é a supervalorização dos lotes e das novas unidades comercializadas, com preços hoje comparáveis a Florianópolis.

As indústrias, por outro lado, sempre foram direcionadas para outras partes do Município, por serem incompatíveis com este modelo de centralidade.

## 2.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO

No processo de metropolização no Brasil, que teve seu ápice nos anos 70, o ideário era de futuro, da crença incondicional no novo. Isto foi claramente vivido no Governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961. Simbolizado pelo slogan “50 anos em 5”, JK utilizou uma política econômica baseada na ação do Estado, combinada com empresa privada nacional e capital estrangeiro. Segundo o “Plano de Metas”, suas prioridades eram Energia, com 43,4% dos investimentos, e Transportes, com 29,6%. (BUENO, 1996)

A crescente indústria automobilística enfraqueceu o transporte ferroviário e marítimo. Este período seria um grande passo em direção à transformação nas relações comerciais e sociais, pois alteraria não somente os meios de transporte para escoamento da produção, mas faria do automóvel um bem de consumo desejado pela massa. Entre 1956 e 1960 foram produzidos no país mais de 320 mil veículos, que extrapolaria em 90% o previsto. Entre os anos de 1955 e 1961, foram abertos 13 mil quilômetros e pavimentados sete mil quilômetros de estradas no Brasil. Destas, boa parte foi em prol dos acessos à nova Capital Federal, Brasília. “Era uma época em que as florestas, que JK queria ‘arrombar’, eram tidas como ‘mato’ e representavam um ‘entrave’ ao progresso. O surto desenvolvimentista do governo JK foi acompanhado de uma devastação ecológica sem par na história do Brasil”. (BUENO, 1996, p. 243)

Esta ideologia, onde o progresso está sempre associado à implantação de acessos viários, é também chamado de “rodoviarista”, e persiste até os dias de hoje em nosso país, não somente nas diretrizes governamentais em suas várias instâncias, mas na mente da sociedade civil, de forma generalizada. É o que Berman chama de “mundo da via expressa”.

Os fomentadores e adeptos do mundo da via expressa o apresentavam [na década de 60] como o único mundo moderno possível: opor-se a eles e a suas obras era opor-se à própria modernidade, fugir à história e ao progresso, tornar-se um ludita, um escapista, um ser temeroso da vida e da

aventura, da transformação e do crescimento. Essa estratégia pareceu eficaz porque, na realidade, a vasta maioria dos homens e das mulheres modernos não pretende resistir à modernidade: eles sentem a sua excitação e crêem na sua promessa, mesmo quando se vêem em seu caminho. (BERMAN. 1982, p. 297)

As grandes obras, como viadutos, pontes, túneis e vias expressas, sempre apoiadas no discurso sobre “acessibilidade”, “qualidade de vida” e “progresso”, são invariavelmente os motes de campanhas eleitorais. Na realidade, o que vemos é uma dependência excessiva do automóvel particular, pois o transporte público é insuficiente ou inadequado, por falta de planejamento neste setor.

## **O PDI E AS TRANSFORMAÇÕES LOCAIS**

Como reflexo da conjuntura política e econômica no país, a paisagem urbana da Grande Florianópolis também sofreria alterações irreversíveis nas décadas de 70 e 80. A execução do aterro da Baía Sul e de parte da via de contorno norte, que liga o centro da cidade à Universidade Federal, foram as principais obras do período, bem como as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, de ligação entre a ilha e o continente. Até então a passagem era feita somente pela ponte Hercílio Luz.

O ideal por transformações se revela também no chamado Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis (PDI), elaborado entre 1969 e 1971, que visava à consolidação da capital numa verdadeira metrópole, num pólo de desenvolvimento. Segundo Sugai (2002), o PDI

priorizava duas áreas de expansão urbana: uma área ao longo da BR 101, no trecho dos Municípios de São José, Palhoça e Biguaçu e a outra, e a mais importante, na costa leste da Ilha, chamado setor Oceânico Turístico da Ilha, na área do Campeche. (SUGAI. 2002, p. 83 e 84)

No estudo, que englobou 21 Municípios situados próximos à Capital, definiu-se a cidade de São José para absorver as atividades industriais, e assim adequar o espaço urbano de Florianópolis para as atividades turísticas. Em 1974, é oficializado o empreendimento, através da Lei Ordinária nº 928/1974 de 16/07/1974, que diz, em seu Art. 1º:

Denomina-se de Área Industrial da Grande Florianópolis, uma área de propriedade da BESC Empreendimentos e Turismo S.A., situada às margens da BR-101, Km 212, na Fazenda Santo Antônio, Município e São José, que se destina a implantação de Indústrias. (CMSJ, 2005)

A chamada “zona de expansão industrial” foi delimitada pelo traçado da BR 101, em direção ao interior, deixando o litoral livre de qualquer contato com tal atividade, como descrito no Art. 9º:

Será considerada zona de expansão industrial a área triangular formada pelas linhas assim descritas: uma primeira linha reta que partindo da ponte sobre o Rio Maruin, BR-101, atinja o morro da Pedra Branca; daí em uma segunda linha reta até atingir o limite São José com Biguaçu, junto a BR 101; e a terceira linha será determinada pela BR-101 em toda sua extensão no Município de São José.

A área escolhida para o empreendimento, com aproximadamente 113 hectares (ver figura 3), pertencia ao BESCTUR (Banco do Estado de Santa Catarina - Empreendimentos e Turismo S/A). No ano de 1978, a Área Industrial da Grande Florianópolis, passa a se chamar Área Industrial de São José, e tem como “agente de supervisão, administração e comercialização a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina – CODISC” (CMSJ, 2005. Lei Ordinária nº 1133/1978), que fica responsável pela continuidade do projeto.

Os incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, a acessibilidade rodoviária através da BR 101, a falta de controle rígido de poluição, o isolamento das residências e a abundante mão-de-obra barata, contribuíram para o desenvolvimento da atividade, que se transformou na base econômica da cidade.

Entre 1970 e 1975, São José, Palhoça e Biguaçu tiveram aumento de 21,24% no número de estabelecimentos industriais [...] A maior parte destas indústrias e empresas de comércio atacadista que ocupavam as áreas continentais localizava-se em São José. Durante a década de 70 o crescimento de estabelecimentos industriais em São José atingiu 151,85%. (SUGAI, 2002, p. 94 e 95)

No projeto, 71% do espaço era reservado para as instalações industriais, com pouquíssimas ruas pavimentadas. As empresas eram micros, pequenas e médias, predominando os setores de alimentos, móveis, artefatos de concreto, entre outros. A implantação deste empreendimento gerou uma grande expectativa entre a

população mais próxima, carente de empregos e estrutura urbana, pois a pavimentação da BR 101, a abertura da Via Expressa (BR 282), e a inauguração da ponte Colombo Salles, já haviam acelerado o processo de migração.

O distrito industrial foi em 73/74, na administração do Arnaldo Mainchein de Souza [...] Como tinha aquela área da fazenda Santo Antônio, uma área muito grande, a BR 101 estava sendo asfaltada, era o ponto ideal para construir o Distrito Industrial. Foi feita muita divulgação na época. Todo mundo estava muito entusiasmado porque 'ah, tem tantos lotes para indústrias, vem indústrias de fora, essas indústrias vão dar emprego.' [...] 'vai melhorar a vida das pessoas, o lugar vai crescer porque vem gente de fora, procurar emprego também'. (OSNI MACHADO)

Nesta época o Município de São José já contava com 54 indústrias e 214 estabelecimentos comerciais. Dez anos após, em 1984, os empresários locais criaram a Associação Empresarial do Distrito Industrial de São José (AEDIS), para garantir maior representatividade e solucionar problemas. Em 1986 a entidade ampliou a área de atuação e passou a se chamar Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO).

## **OS CENTROS EMPRESARIAIS**

Com o intuito de ampliar a oferta de espaço para as indústrias, a Câmara de Vereadores aprovou, em 1994, a criação de uma nova Área Industrial em São José, no bairro de Forquilhas, mas tal projeto não foi adiante por enfrentar problemas ambientais. Seria inaugurada somente no ano de 2003, regulamentada pela Lei nº 3.654/ 01 e com a nova denominação de Centro Empresarial de Forquilhas. Possui 130.440 m<sup>2</sup>, divididos em 37 lotes de vários tamanhos, permitindo a implantação de diversos segmentos, além de área reservada para empresas de apoio, como cozinha e restaurante, formação de mão-de-obra, entre outros. (VEADO e ISOPPO, 2004) Hoje, a ocupação da área ainda é pequena, talvez por sua menor acessibilidade, se comparada às instalações ao longo da BR 101.

Desde o ano de 2002 a política de desenvolvimento adotada pela municipalidade vêm incentivando a instalação de outros centros empresariais, estrategicamente localizados. Entre estes, destacam-se o Centro Empresarial do

Sertão do Maruim, já regulamentado pela Lei nº 3.780/ 01, ocupando uma área de 115.00 m<sup>2</sup> e destinado à indústrias de maior porte e o Centro Empresarial de Barreiros - ainda em projeto - , na Avenida das Torres, destinado a empresas menores.

No ano de 2003, com 61 empresas no local, a Área Industrial de São José passou por um processo de renovação, que incluiu o recadastramento de todas as empresas e levantamento das áreas ocupadas, instalação de pórticos e placas de sinalização, abertura e pavimentação de ruas, ampliação da rede elétrica, saneamento e drenagem pluvial. Um dos problemas ainda enfrentados no local são os terrenos baldios, de especuladores imobiliários. Além de ser uma prática ilegal, pois os terrenos comprados tinham um prazo para serem ocupados, há o acúmulo de lixo e entulhos, resultante da falta de consciência ecológica por parte das empresas já instaladas.

## **EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS**

Na década de 70, dois grandes empreendimentos públicos foram instalados pelo Governo do Estado, em São José. Em Barreiros, foi o Centro de Abastecimento de Alimentos (CEASA). Este centro vinha com uma proposta de atendimento diferenciado na venda dos produtos, tornando-os mais acessíveis ao consumidor. Mas na realidade os preços praticados eram tão altos quanto os dos supermercados. Desconfiado, o Sr. Francisco, morador do bairro Flor de Nápoles e consumidor do CEASA, receia que à época os distribuidores usassem uma estratégia para ajudar seus revendedores.

Os distribuidores vendiam para o pessoal que revendia nas bancas, lá dentro mesmo. As bancas vendiam, por exemplo, a 40 centavos por quilo. Daí o próprio distribuidor ia lá e colocava o mesmo produto, em outra banca, a 50 centavos. As pessoas acabavam comprando, só por achar que o de 40 centavos estava barato. Mas se fosse ver, o do mercado era o mesmo preço ou mais barato. Era tudo uma jogada comercial. (FRANCISCO SILVA)

Hoje, o CEASA (ver figura 3) abastece supermercados, mini-mercados, restaurantes e lanchonetes, e enfrenta a competição direta de outros

empreendimentos como o “Cestão do Povo” e o “Direto do Campo”.

No ano de 1987, a cidade ganha um importante equipamento, o Hospital Homero de Miranda Gomes, mais conhecido como Hospital Regional de São José (ver figura 3). Localizado no bairro Praia Comprida, próximo à BR 101 e ao viaduto de Forquilha, atende à pessoas de toda a Grande Florianópolis e do interior catarinense.

Já em 1982 foi inaugurado o primeiro grande empreendimento privado da cidade, um centro de compras na linha “shopping center”, o Shopping Itaguaçu (ver figura 3), no entroncamento das BRs 101 e 282. A localização do edifício é estratégica do ponto de vista da circulação, e hoje parte da área do entorno é supervalorizada com a proximidade dos bairros Kobrasol e Campinas e a implantação da Prefeitura e Fórum Municipais.

Na década de 70, a área urbanizada deixa definitivamente de concentrar-se no Centro Histórico e expande-se por toda a faixa litorânea. Os conjuntos habitacionais, a finalização das BR 101 e BR 282, a implantação da Área Industrial e de loteamentos destinados à classe média como o Kobrasol, são empreendimentos subsidiados pelo Estado, os quais constituem-se na base do desenvolvimento urbano de São José. É o início das mudanças na paisagem urbana e da relação da sociedade com a cidade.

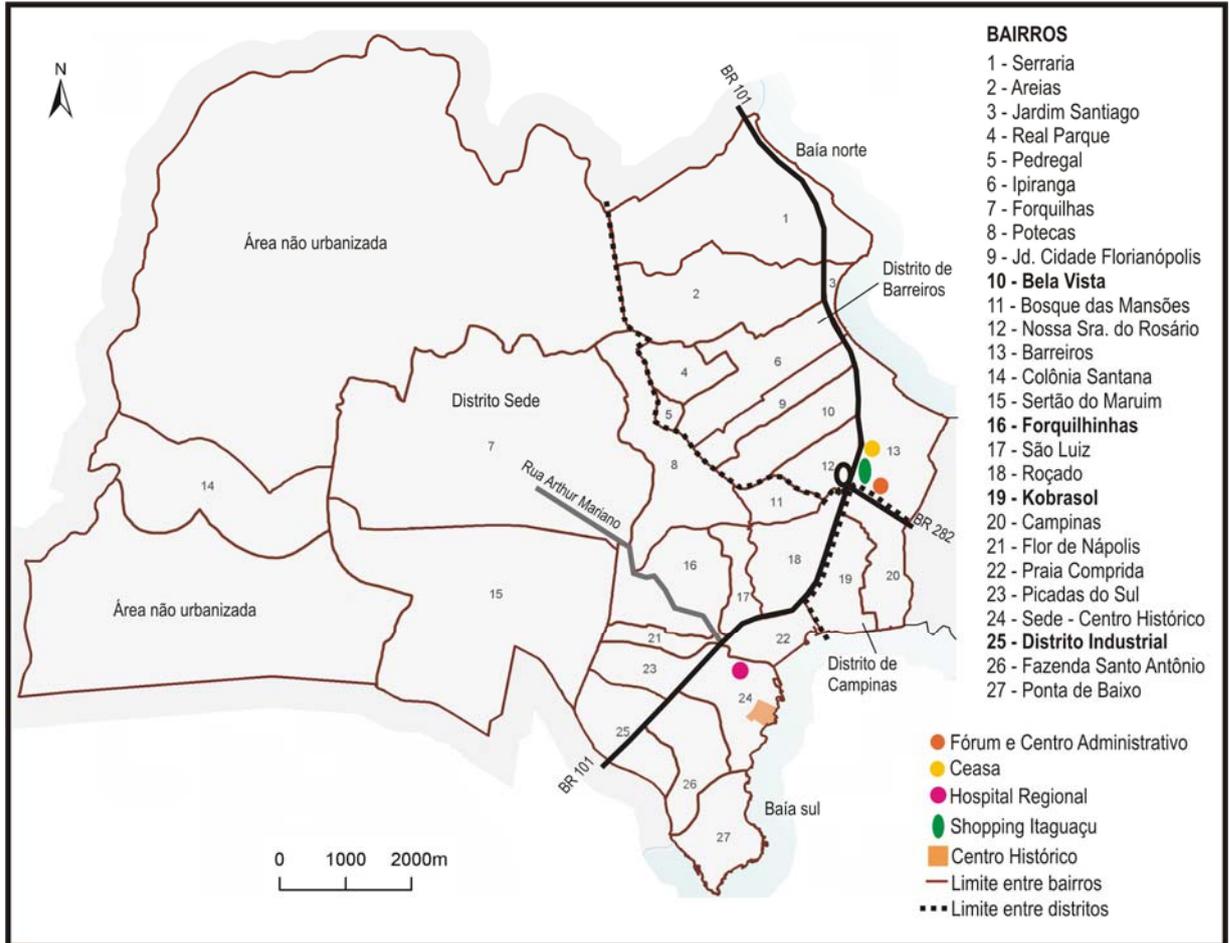


Figura 3 – Divisão por distritos e bairros (segundo a Administração Municipal).  
 Fonte: Mapa base modificado por Tatiana Silva de PRPDSJ, 2004.

## **CAPÍTULO 3**

### **A CIDADE ATUAL (1985 - 2006)**

#### **3.1 O PLANO DIRETOR DE 1985**

Na década de 80, marcada no plano político pelo fim do regime militar, o início da democratização, e a ascensão dos movimentos sindicais e populares, a intervenção desenvolvimentista do Estado sofre uma grande queda. Com a escassez dos investimentos externos, o financiamento de obras e a própria rolagem da dívida externa, a economia desacelerou e a inflação era crescente. As consequências diretas foram o desemprego, a concentração de renda e a exclusão social, além da queda dos investimentos nas áreas urbanas.

Em São José, este período foi caracterizado por novas migrações, devido à oferta de empregos na Capital, aliada à crise no campo. Desta vez, as populações são provenientes de cidades serranas e do oeste catarinense, bem como de gaúchos, paranaenses e nordestinos, que instalaram-se nos bairros de Foquilha e Bela Vista, com seus conjuntos habitacionais em consolidação, e no Kobrasol. No ano de 1980, a população da cidade chegou a 87.075 habitantes, com 90,1% concentrados na área urbana e 9,9% na área rural. (PRPDSJ, 2004)

Este inchaço desordenado faz surgir a necessidade de uma legislação urbana em São José. Em 17 de abril de 1985 foi decretada a Lei 1604, denominada de Lei do Plano Diretor, que era composta ainda pela Lei de Zoneamento (Lei 1605), Lei do Parcelamento do Solo (Lei 1606) e o Código de Obras, que não chegou a ser implementado. A Lei do Plano Diretor (PD) é a definição conceitual e dispõe sobre as questões administrativas, objetivos e diretrizes. A Lei de Zoneamento, também chamada de Lei de Uso e Ocupação do Solo, define a função de cada área, “estabelecendo para elas limitações de ordem urbanística, tais como permissões de

usos, índices de aproveitamento, taxa de ocupação, gabaritos, etc.” (PRPDSJ. 2004, p. 18), bem como o sistema viário (ver figura 4). A Lei do Parcelamento do Solo trata dos loteamentos, desmembramentos e remembramentos.

No capítulo II da Lei do Plano Diretor, o segundo objetivo é “estruturar de forma integrada o espaço urbano continental, considerando como um conjunto único a Área Conurbada formado pelos Municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu”. (PDSJ, 1985) Já nesta época, as margens da BR 101 e BR 282 eram ocupadas de tal forma, que tornara-se impossível discernir os limites entre as áreas urbanas das quatro cidades. Na realidade, desde o ano de 1968 já havia sido criada a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), com o intuito de promover o desenvolvimento integrado da região, e que na década de 80 contava com 14 cidades participantes – hoje são 22. Entretanto, apesar dos esforços neste sentido, a prática do planejamento urbano continuou de forma isolada. As grandes vias propostas no PD de 1985, por exemplo, interligam o litoral com o interior josefense, mas não fazem a integração com as cidades de Palhoça e Biguaçu, ficando esta função a cargo exclusivo da BR 101.

Os instrumentos utilizados pelo PD de 1985 estavam de acordo com aqueles adotados em todo o Brasil, entre eles o zoneamento. Este, por sua vez, vêm recebendo críticas por sua ineficácia, pois limita-se a estabelecer regras, onde a população se enquadra ou não. Isto acaba por beneficiar as classes média e alta, deixando o restante da população em uma situação de marginalidade perante o processo (PRPDSJ. 2004). A negação da multiplicidade de funções por parte da municipalidade, faz do zoneamento uma lei incoerente, que em nada contribui para a implementação das infra-estruturas adequadas. Segundo Lefèbvre:

A ordenação das “zonas” e das “áreas” urbanas se reduz a uma justaposição de espaços, de funções, de elementos práticos. Setores e funções estão estreitamente subordinados aos centros de decisão. A homogeneidade predomina sobre as diferenças provenientes da natureza (sítio), do meio camponês (território e torrão natal), da história. (LEFÈBVRE. 2001, p. 77)

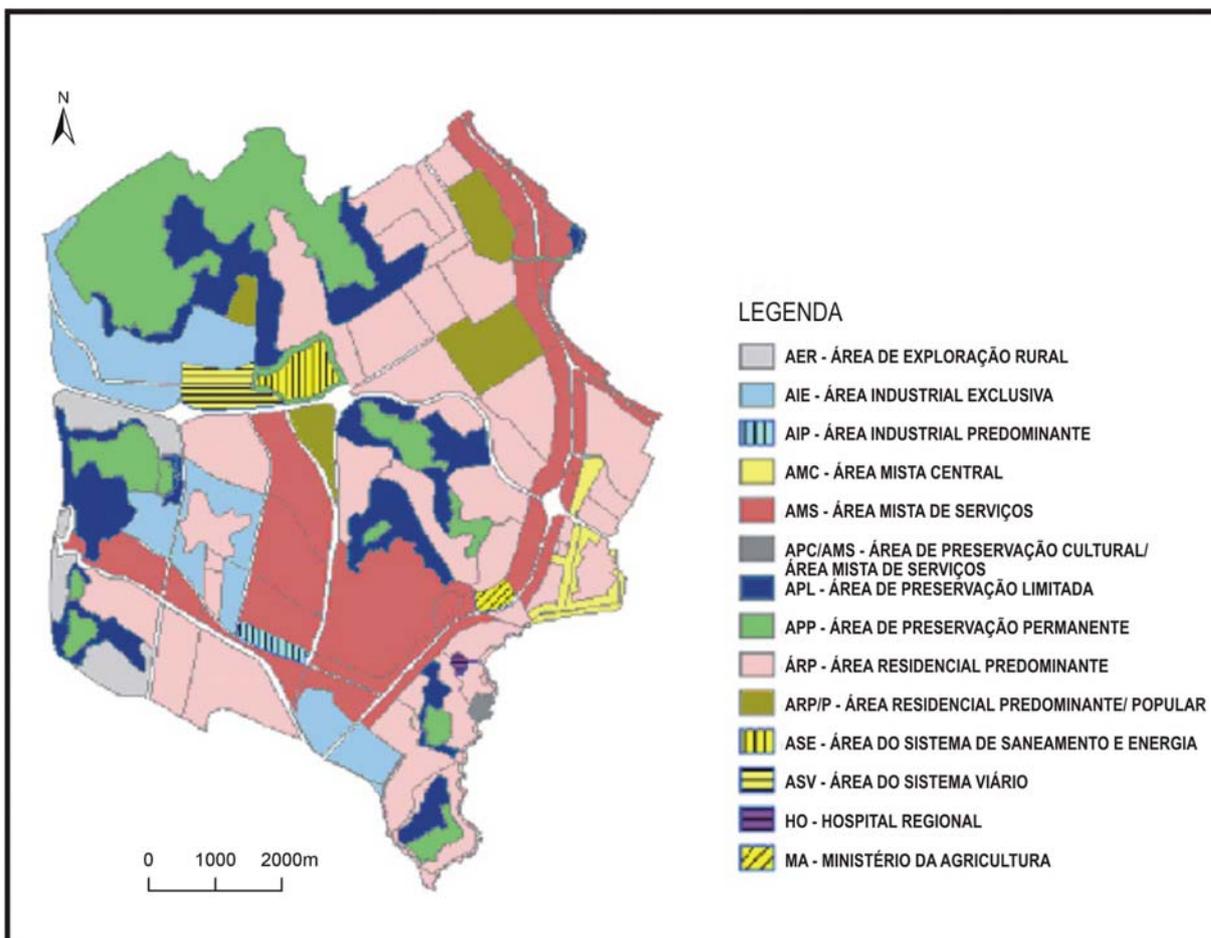


Figura 4 – Zoneamento do Plano Diretor de São José, 1985.  
Fonte: Modificado por Tatiana Silva de SDU, 2004.

Analisando o PD de 1985, é possível observar a intenção de fortalecer a economia industrial e da criação de uma centralidade em São José. No Artigo 5º, lê-se as seguintes Diretrizes:

[...] II - incentivar a geração de um Centro Regional, criando uma área de alta densidade, destinada a ser o centro municipal de serviços, comércio e administração;

III - incentivar nos bairros a criação de áreas de densidade média para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços;

IV - reservar as áreas necessárias para a implantação ou ampliação de fontes de emprego industrial, compatibilizando-as como uso do solo, a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico do Município [...] (PMSJ, 1985. Grifos meus)

Estes três pontos vão ao encontro das seguintes questões levantadas por Castells (1983), anteriormente discutidas nesta pesquisa: a criação de uma centralidade econômica e de controle, que está se concretizando no Kobrasol; dos mini-centros localizados, entre outros, nos bairros Bela Vista e Forquilha; e a

criação de novas áreas industriais. Ou seja, havia a pré-existência das condições necessárias à execução destas diretrizes em 1985, sendo as áreas citadas, ocupadas há pelo menos 10 anos. Assim, ocorre a legalização de uma realidade, mas poucos argumentos propositivos em direção à uma nova estruturação urbana.

## **ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA**

Uma das problemáticas atuais em relação à Lei do PD, é justamente a alteração constante de suas leis. Quanto ao zoneamento, os gabaritos e taxas de aproveitamento, podem mudar de configuração a qualquer momento. Este tipo de imposição legal, traz consigo uma série de conseqüências para a (falta de) infraestrutura urbana e para a população. Um dos exemplos mais recentes é a alteração da taxa de ocupação no Kobrasol e Campinas. Como sabemos, os bairros tornaram-se centralidades comerciais, e de certa forma, a sua vivência é dinamizada por moradores de praticamente toda a cidade.

Contrários a densificação da área, encontramos vários argumentos. Um deles é a precariedade no saneamento básico, pois a demanda inviabilizaria uma situação já problemática. Outro argumento é que os dois bairros - bem como boa parte de Palhoça e Biguaçu - estão edificadas sobre uma formação geológica chamada Complexo Canguçu, que apresentam materiais arenosos mais propensos aos processos erosivos, e onde a cobertura vegetal deveria ser melhor preservada. (SDU, 2004) Na realidade, pelo menos três conjuntos residenciais localizados nestas áreas já apresentaram rachaduras graves em sua estrutura, tendo sido evacuadas pelos bombeiros até que fossem novamente estabilizadas. Com a permissão da construção de garagens subterrâneas, muitas edificações novas precisam retirar a água encontrada no solo para poder realizar a obra. Isto compromete as edificações mais antigas, que utilizam estruturas de madeira nas fundações, e hoje, com o rebaixamento do nível do lençol freático, ficam expostas ao ar, diminuindo a sua resistência.

Esta especulação imobiliária também é reponsável pelos vazios urbanos. Em

São José existem parcelas consideráveis de bairros já consolidados sem qualquer tipo de ocupação. O PD de 1985 tem entre seus objetivos “orientar o crescimento urbano do Município, evitando a ocupação desordenada ou em locais inadequados e os chamados ‘vazios urbanos’”, e entre as diretrizes “atingir uma densidade mínima que aumente o rendimento dos investimentos públicos e privados, através de incentivos à densificação das áreas centrais e de extrafiscalidade sobre os terrenos vazios” (PMSJ, 1985). No entanto, ainda não há lei específica que forneça meios de coação a estes proprietários, que acabam sendo privilegiados. Enquanto isso, é possível observar a invasão de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Preservação Limitada (APL), como na foto 10.



**Foto 10 – Vista aérea do bairro Areias: loteamentos com pouca acessibilidade, casas populares e invasão de APP. 2006.**  
Fonte: Acervo de Marcelo Pinheiro.

Ou seja, o que se percebe é a completa falta de planejamento para a cidade. O Plano Diretor age somente como instrumento regulador, mas não realiza estudos de ordenamento espacial, levando em consideração as potencialidades e deficiências de São José. Por este motivo é tachado de inoperante, pois não reflete a realidade política e social.

No ano de 2004, o Plano Diretor de São José seria revisado e uma nova Proposta de Lei elaborada, como veremos adiante.

### 3.2 ANOS 90 E ATUALIDADES

Nos anos 90, o país passava por uma profunda crise econômica, e necessitava urgentemente de ações no âmbito social. Após o fim do governo militar, as políticas adotadas pelo novo presidente Fernando Collor de Mello, através das privatizações, produziu a “desfuncionalização” dos serviços públicos e agravou a crise. “Retirou-se do Estado a sua capacidade de planejamento estratégico e de realizar políticas setoriais, além de afetar e reprimir os gastos na área social”. (SUGAI. 2002, p. 115)

Na região da Grande Florianópolis, a crise é revelada em números. Segundo dados do IBGE (2000), em 1987 o número de favelas era de 29, chegando a 46 no ano de 1996. No ano de 2000 subiria para 55, abrigando cerca de 10% da população total. Destes, 47% são provenientes do interior do Estado. Em São José, a população mais carente instalava-se preferencialmente às margens da BR 282 (Via Expressa). Ao longo da via, um mar de casebres de madeira e papelão faziam parte da paisagem urbana dos anos 90. Mas como a via era também a porta de entrada para a capital e cidade turística de Florianópolis, uma política habitacional deste Município realocou a maioria desta população para áreas pré definidas.

Se entre os anos 80 e 90, a população carente vai residir nos limites da área urbana com a rural, prolongando as vias existentes, onde muitas áreas são alagáveis e precariamente urbanizadas, agora há uma proliferação de loteamentos designados para as classes baixas e médias, em locais descontínuos da malha urbana. Se antes as constantes enchentes faziam com que perdessem tudo ou quase tudo o que possuíam, hoje residem em local de péssima acessibilidade, com a estrutura viária em espinha de peixe, isolada, onde uma única via principal faz o escoamento de todas as outras. Sem fiscalização, o aproveitamento dos lotes é de quase 100%, provocando a impermeabilização excessiva do solo. Infelizmente, os equipamentos públicos ali existentes não minoram os problemas sociais, como o desemprego e a violência urbana. Segundo Singer,

Na verdade a economia Capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano. (SINGER, 1998, p. 41)

Dentro da política habitacional do Município, foi inaugurado em 2003 o Conjunto do Programa Morar Bem, localizado no Jardim Zanelatto, no Distrito de Barreiros. Foram entregues 320 casas, de um projeto de 600, a moradores de baixa renda, que moravam em áreas de risco. Mas o que seria uma boa iniciativa, pecou pela falta de cuidado na construção das casas. Segundo matéria do Jornal A Notícia, de 18 de fevereiro de 2005, o reboco estaria literalmente se esfarelando, devido ao uso de uma quantidade de areia muito maior do que a de cimento na mistura. Um dos pedreiros que trabalhou na obra fez a denúncia de que "para fazer o reboco, eles usaram 15 partes de areia para uma de cimento. A água foi tirada de um córrego que passa aqui perto, onde o pessoal lança os esgotos". A reportagem flagrou materiais de construção em frente à maioria das unidades habitacionais, pois todas necessitavam de reparos. Além disso, com as fortes chuvas, o deslocamento do solo fez com que vários esgotos ficassem a céu aberto.

Isto mostra que, passados 35 anos da implantação do primeiro conjunto habitacional em São José, a visão de qualidade de vida para as classes de baixa renda continua deturpada. Se em 1969 boa parte do Município era rural, com toda uma problemática de acessibilidade e infra-estrutura, hoje, a problemática está na falta de fiscalização e na atitude despropositada das construtoras que participam destes projetos. Nem mesmo a parceria com o Ministério das Cidades, como foi o caso do Morar Bem, muda esta realidade. É o mascaramento de um problema que tende a se agravar, caso não sejam implantadas medidas efetivas de inclusão social desta população. Simplesmente agrupá-los em um bairro periférico - praticamente na divisa com Biguaçu - apoiado no discurso do direito à casa própria, não atende mais às expectativas da cidade. Esta questão é pertinente a toda Grande Florianópolis, onde a demanda habitacional é de aproximadamente 20.000 moradias, segundo a COHAB/SC.

## ECONOMIA

No início dos anos 90, São José apresentou melhoras significativas em sua economia. Depois, de 1993 ao ano 2000, manteve-se entre a 10ª e a 9ª posição entre os Municípios catarinenses na arrecadação de ICMS, chegando à 8ª posição nos anos de 97 e 98. Nesta época São José foi sede, no bairro Kobrasol, da Feira da Indústria e do Comércio (FEINCO), realizada anualmente de 1989 a 1992. A programação era composta por exposições das novidades nos dois setores em Santa Catarina, com destaque para as concessionárias de automóveis e imobiliárias, setores que continuam a crescer até hoje.

Em 1996, com o desmembramento de São Pedro de Alcântara, o Município perde a maior parte de sua área rural e mais da metade de seu território, indo de 255,5 km² para 114,7 km². A população era de 151.024 habitantes, onde cerca de 91,2 % habitavam a área urbana e 8,8% a área rural (PMSJ, 2006). É interessante observar, que apesar do desmembramento, e do aumento significativo de habitantes no Município, a porcentagem da população rural, em relação à década de 80, não sofreu uma alteração muito significativa.

O crescimento das cidades reflete também na problemática da infra-estrutura básica, como o saneamento. Segundo a SDU de São José, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) atende somente 30% da área urbana. Também recebe o esgoto produzido pela população da parte continental de Florianópolis, somando um total de mais de 123 mil pessoas, o que representa quase 83% de sua capacidade. A consequência direta é a poluição dos rios, através dos efluentes que caem na rede pluvial. Ainda assim, no ano de 2005 foi lançado um edital de licitação para a ampliação da rede de esgotos nos bairros Centro Histórico, Praia Comprida, Roçado e a Beira Mar de São José, mas não há previsão de como isto afetará a Estação de tratamento. Os conflitos, porém, estendem-se à ocupação urbana em torno das instalações da ETE, com a construção de novos loteamentos.

Outro reflexo do crescimento desordenado, desproporcional às infra-

estruturas, é o problema do transporte público, cada vez mais sentido pela população. A centralidade exercida por Florianópolis, resume as linhas intramunicipais, que poderiam ser ampliadas. O uso do automóvel privado é cada vez mais estimulado e aparece na economia jofesense um ramo comercial que se espalha rapidamente, principalmente no fim dos anos 90: a revenda de automóveis usados. Anteriormente reservados às áreas mais centrais, hoje podem ser facilmente encontrados em qualquer bairro da cidade. A problemática do transporte rodoviário está relacionada, em grande parte, à falta de integração viária e à precariedade das pavimentações. Para a população em geral e também para as empresas, a inviabilização de novos itinerários para o transporte coletivo municipal e intermunicipal é outro fator a ser considerado. A atual má distribuição dos itinerários, com trechos chegando a até 103 linhas diferentes, juntamente com a má distribuição no número de viagens, gera conseqüências indesejáveis no tráfego e deficiência no atendimento aos passageiros. (SDU, 2004)

Uma das alternativas viáveis, não somente para São José, mas para toda a região litorânea, é o transporte marítimo, há muito discutido, mas que esbarra no alto custo de implantação (apesar do retorno relativamente rápido), e nos interesses das empresas de transporte rodoviário, que formam verdadeiros cartéis. Em São José, o 'planejamento' ligado à execução de obras viárias foi mais visível a partir da segunda metade dos anos 90, como veremos a seguir.

## **OBRAS VIÁRIAS**

Em 1996, com a eleição de Dário Berger para a prefeitura municipal, dá-se início a um novo processo político em São José. Baseado em obras viárias como a Operação Tapete Preto, que previa o asfaltamento de quase 450 km de ruas, além de grandes obras como a Beira Mar Continental e a Avenida das Torres, a administração pública adotou a tendência rodoviarista como símbolo de desenvolvimento. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, somente de 1995 a 2001 foram abertas cerca de 35,88 km de vias por ano, mais do que os quase 30 km de vias anuais, abertas entre os anos de 1969 e 1978, época em que foram implantados conjuntos habitacionais e loteamentos como o Kobrasol e

Campinas, além da Área Industrial, ou seja, uma época de grande expansão urbana (ver figura 5)

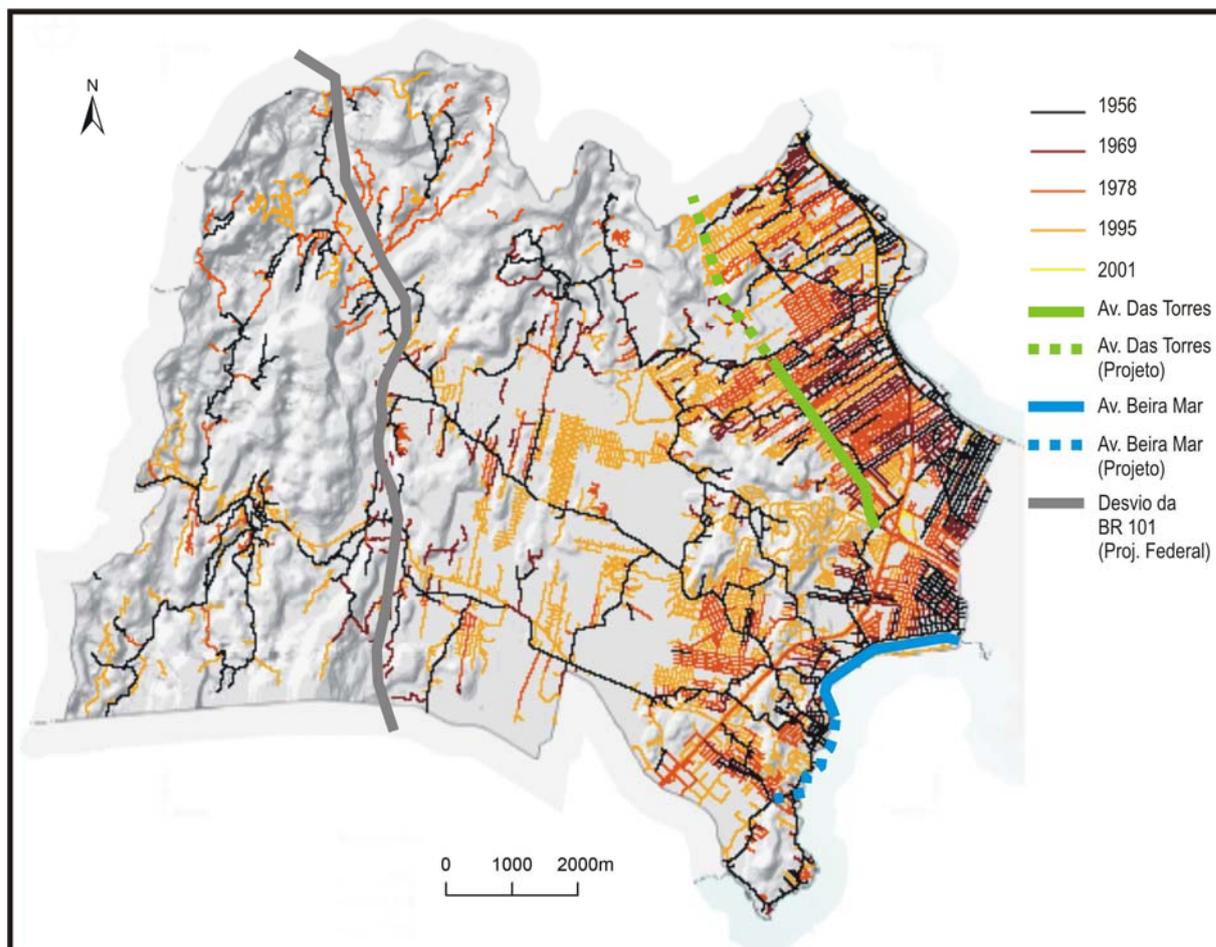
A nova Avenida das Torres, no Distrito de Barreiros, que segue a rede de transmissão de energia elétrica, possui, no projeto original, seis quilômetros de extensão, ligando a cidade de Biguaçu à BR 282 (Via Expressa). Sua execução não está completa, e com boa parte da obra sem calçamento, calçadas para pedestre, sinalização, meio fio e equipamentos de redução de velocidade, transformou-se em local perigoso para a comunidade, principalmente os moradores do Conjunto Bela Vista. Infelizmente, o que poderia tornar-se um eixo de geração de renda para o Município, pois muito dificilmente será um espaço de convivência <sup>14</sup>, é somente mais um espaço de especulação imobiliária, consequência direta das melhorias urbanas de grande porte em São José.

A avenida Beira Mar Continental, que consiste no aterro da faixa litorânea sul, atingindo diretamente os bairros Campinas, Kobrasol, Praia Comprida, Centro Histórico e Ponta de Baixo, é desde o princípio conflituosa. É importante ressaltar, que esta obra vultuosa reitera a canalização de investimentos para a área em questão, e deixando clara a intenção de especulação imobiliária, pois segundo Sugai (2002, p. 144 e 145),

Os maiores investimentos, viários ou não, que vêm sendo feitos nas últimas décadas no Município de São José, privilegiam o terço do seu território situado na faixa litorânea. O Aterro e a av. Beira-Mar de Campinas mantêm esta política e foram localizados na orla sul, próximo à divisa com Florianópolis. Nos bairros situados no entorno destas obras encontram-se as áreas residenciais onde se concentram os habitantes com maior concentração de renda do Município de São José. A administração de São José divulga que estas obras irão garantir “através das áreas de lazer, o reencontro da cidade com o mar”, e tudo indica que haverá a qualificação e a valorização imobiliária desta área, mas o que se observa, também, é que todas as principais avenidas que estão sendo executadas (av. Beira-Mar Campinas e av. das Torres) em São José [...] estão direcionadas para a via expressa de acesso a Florianópolis. E que esta acessibilidade ao eixo residencial privilegiado de Florianópolis constitui-se garantia da valorização imobiliária pretendida.

---

14 Por estar situada na faixa da rede de transmissão de energia, as áreas dos canteiros centrais não são indicadas para uso de atividades de lazer.



**Figura 5 – Abertura de vias até o ano de 2001 e grandes projetos viários.**  
**Fonte: Modificado por Tatiana Silva de SDU, 2004.**

Iniciada no ano de 2001, a obra sofreu embargo da justiça e mexe nas questões ambientais e patrimoniais de São José, sendo por isto discutida na segunda parte deste trabalho.

São José conta hoje com uma população de quase 180 mil habitantes, e mais de 98% da população vive na área urbana. Já no ano de 2000, mais de 30% da população economicamente ativa trabalhava no segmento de comércio (mais de 4 mil unidades) e serviços. Cerca de 23 % eram trabalhadores do ramo industrial (mais de mil unidades) e mais de 15% faziam serviços administrativos. Os trabalhadores agropecuários somavam menos de 1%. A agitação no mercado imobiliário é registrada através do impressionante número de mais de mil pessoas ligadas ao ramo. (IBGE, 2003) Desta forma, pode-se afirmar que São José deixa de ser considerada cidade dormitório, contando com uma economia capaz de atender à

demanda do Município.

Nos anos de 2004 e 2005 a cidade promoveu a revisão do seu Plano Diretor, o que mostrou o quanto São José carece de equilíbrio em seus investimentos e de políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e cultural.

### 3.3 O NOVO PLANO DIRETOR

No ano de 2001, a Lei Federal nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade <sup>15</sup>, estabeleceu que Municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, elaborassem seus planos diretores, ou revisassem os já existentes, com um prazo de 5 anos para a sua aprovação. Pretendendo fazer uma revisão no modo de pensar o urbano, em seu artigo 2º o Estatuto diz que “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e tem entre suas diretrizes a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” e “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”.

Ou seja, os planos urbanos devem ser feitos em conjunto com a população local, verificando quais os problemas e potenciais da cidade, para poder induzir o crescimento adequado e garantir o direito à cidade. Com o Plano Diretor de 1985 defasado, não legislando sobre áreas já ocupadas e com a invasão de áreas de proteção permanente, entre outras situações conflituosas, a exigência do governo federal para a atualização destas leis veio em boa hora para São José. Nos anos de 2003 a 2005 foi realizada a Revisão do Plano Diretor de São José, focada principalmente nas questões ambientais. A equipe multidisciplinar, composta por especialistas de várias áreas, faz inicialmente um “diagnóstico” da cidade, apontando seus problemas e potenciais. Depois, o Município foi dividido em nove áreas, onde ocorreram reuniões com os líderes comunitários e foram definidas as necessidades de cada uma. Finalizado este processo, deu-se início às reuniões

---

15 Lei disponível na página do Ministério Público de Santa Catarina na Internet. [www.mp.sc.gov.br](http://www.mp.sc.gov.br) . 2003.

onde foram definidas diretrizes urbanísticas para toda a cidade. A divulgação junto à comunidade, resumiu-se a alguns líderes comunitários, assegurando parcialmente a participação popular.

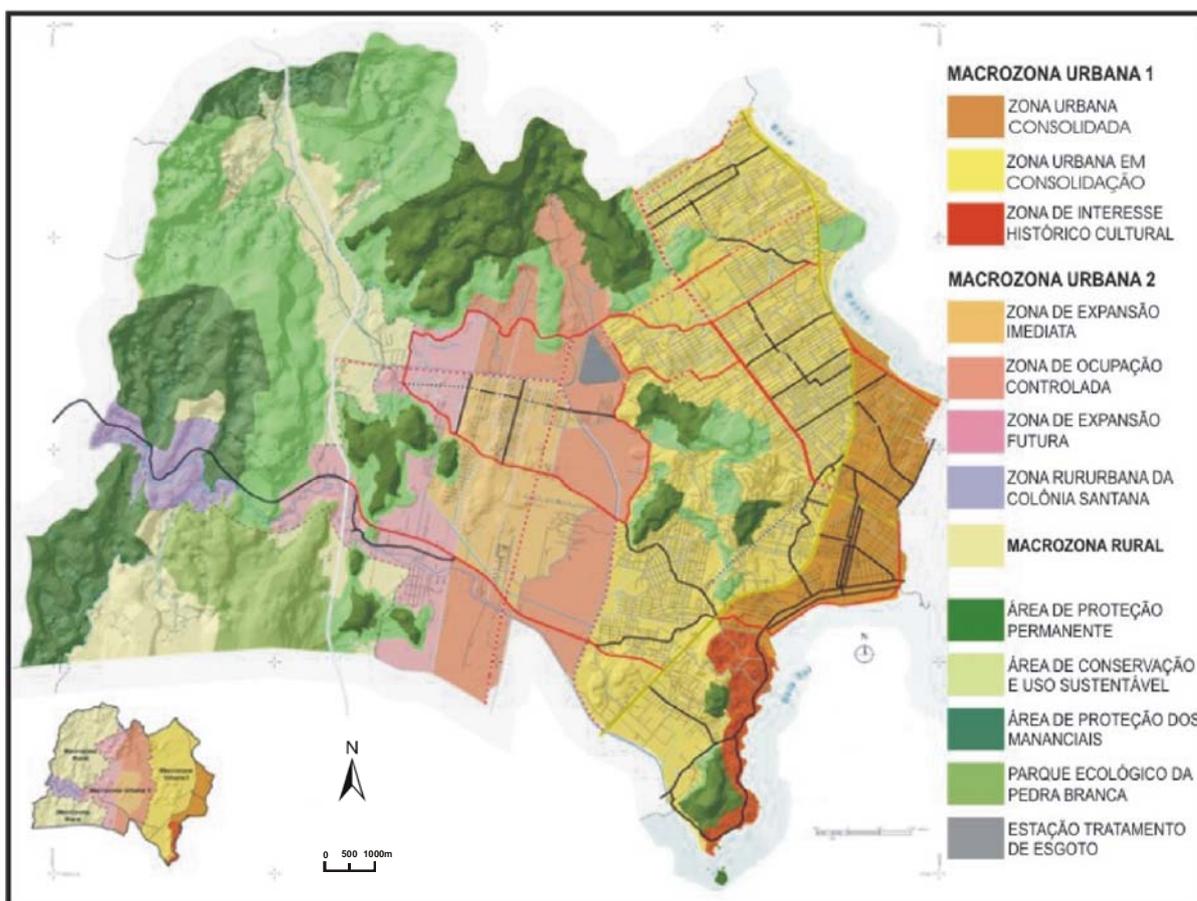
Na Proposta de Lei para o Novo Plano Diretor (SDU, 2004, p. 35), feita pela equipe técnica, os instrumentos para o desenvolvimento urbano são: Zoneamento, Normas de uso e ocupação do solo, Normas de parcelamento do solo, Transferência do direito de construir, Direito de preferência, Outorga onerosa do direito de construir, Operações urbanas consorciadas, Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamentos em títulos, Consórcio imobiliário, Direito de superfície, Estudo de impacto de vizinhança<sup>16</sup>. O Zoneamento é baseado na divisão do Município em macrozonas, zonas e áreas especiais de interesse, cada qual com suas diretrizes de uso e ocupação do solo, referenciados no ambiente natural e construído.

As normas de uso e ocupação do solo trazem uma inovação importante, pois descartam o zoneamento detalhado com índices diferenciados (e muitas vezes incoerentes) para pequenas áreas dentro da cidade, e adota um zoneamento baseado em macrozonas e zonas que oferecem um referencial espacial para as diretrizes a serem aplicadas ao Município. Complementando essas zonas, existem ainda as áreas especiais de interesse, que aplicam diretrizes específicas a áreas com características especiais, e a hierarquia do sistema viário, que atua como limitador das possibilidades de localização das atividades na malha urbana, de acordo com seu grau de incomodidade. (SDU. 2004, n/p)

As macrozonas são três (ver figura 6): a) Macrozona Urbana I, subdividida em Zona Urbana Consolidada, Zona Urbana em Consolidação e Zona de Interesse Histórico Cultural; b) Macrozona Urbana II, subdividida em Zona de Expansão Imediata, Zona de Ocupação Controlada, Zona de Expansão Futura e Zona Rururbana da Colônia Santana; e c) Macrozona Rural. As Áreas Especiais podem ser de Interesse Social (AEIS), Comercial (AEIC), Econômico (AEIE) e Ambiental (AEIA). (SDU. 2004) Supõe-se que com esta nova concepção, a cidade consiga alcançar de forma equilibrada um desenvolvimento urbano de acordo com a capacidade de expansão da cidade.

---

<sup>16</sup> Sobre os instrumentos de desenvolvimento urbano ver SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ. Proposta para projeto de lei do Plano Diretor do Município de São José (SC). São José, Agosto de 2004.



**Figura 6– Divisão do Município em Macrozonas, segundo a Proposta para o Novo Plano Diretor.**  
**Fonte: Modificado por Tatiana Silva de SDU, 2004.**

Entre os objetivos do plano está a elevação da qualidade ambiental, através da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio, seja ele histórico, artístico, cultural, arqueológico ou paisagístico. Desta forma, a antiga Área de Proteção Cultural (APC), passou a ser chamada de Área de Interesse Histórico-Cultural (AIHC), e abrange desde a Ponta de Baixo até a Praia Comprida, confirmando a importância dos três bairros na formação cultural da cidade.

Outro objetivo é racionalizar o uso da infra-estrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, através do controle sobre o adensamento urbano. Este aspecto é particularmente importante, pois até o momento continuam a ser feitas alterações no antigo Plano que visam somente a especulação, sem medir as consequências físicas e sociais para o resto da cidade. A descentralização das atividades comerciais e de serviços, reduzindo a intensidade dos fluxos, é um dos pontos importantes a ser considerado nesta nova forma de pensar a cidade. E a

aplicação dos recursos, distribuída de forma mais homogênea, é imprescindível para atingir esta meta.

Com um enfoque ambiental bastante pertinente, torna-se claro que a preservação de áreas de proteção ambiental, desde morros, até mangues e praias é primordial, mas é necessário investir também na implementação de parques e Praças que qualifiquem o ambiente urbano. Pode-se dizer que São José possui pouquíssimos exemplares dentro do conceito de Praça, onde podem ser desenvolvidas atividades de lazer, como contemplação e recreação, e uma delas está localizada no Centro Histórico. As maioria das áreas verdes dentro dos loteamentos, quando reservadas, são disponibilizadas próximas a córregos, onde não é possível construir e nem usufruir para o lazer, ou deslocadas das áreas mais densas, em espaços residuais que posteriormente, por falta de uso, são desmembrados e vendidos.

A evolução da ocupação humana pode ser verificada na figura 7, que demonstra que nos últimos anos vem ocorrendo um processo de interiorização, onde loteamentos de pouca infra-estrutura inicial tornam-se espaços urbanizados apesar da pouca acessibilidade. Nas áreas urbanas apesar dos vazios à espera dos especuladores imobiliários, a imagem da densificação causa um efeito muito maior sobre a população antiga. Para o Sr. Osni Machado, morador do Centro Histórico, houve uma modificação substancial no visual da cidade. “A transformação foi assustadora. Não deu para acompanhar. Para mim São José chegou no limite”. A comparação das fotos 11 e 12 mostra parte da transformação da paisagem.

O novo Plano Diretor, ainda em tramitação na Câmara de Vereadores, não encerra em si a solução para os problemas acumulados em 50 anos de expansão urbana da cidade. Faltam políticas públicas seriamente comprometidas em todos os setores, e um replanejamento que leve em consideração as infra-estruturas urbanas e as condições de saneamento, viabilizando a demanda populacional. O crescimento urbano deve acontecer em prol de uma dinâmica saudável que ofereça conforto ambiental e uma verdadeira qualidade de vida para toda a comunidade josefense.



**Foto 11 – Vista do Centro Histórico, que concentrava toda a área urbanizada, em 1929.  
Fonte: Acervo de Osni Machado.**



**Foto 12 – Vista sob o mesmo ângulo do Centro Histórico e o Distrito de Campinas ao fundo, em 1996.  
Fonte: PMSJ, 2006.**

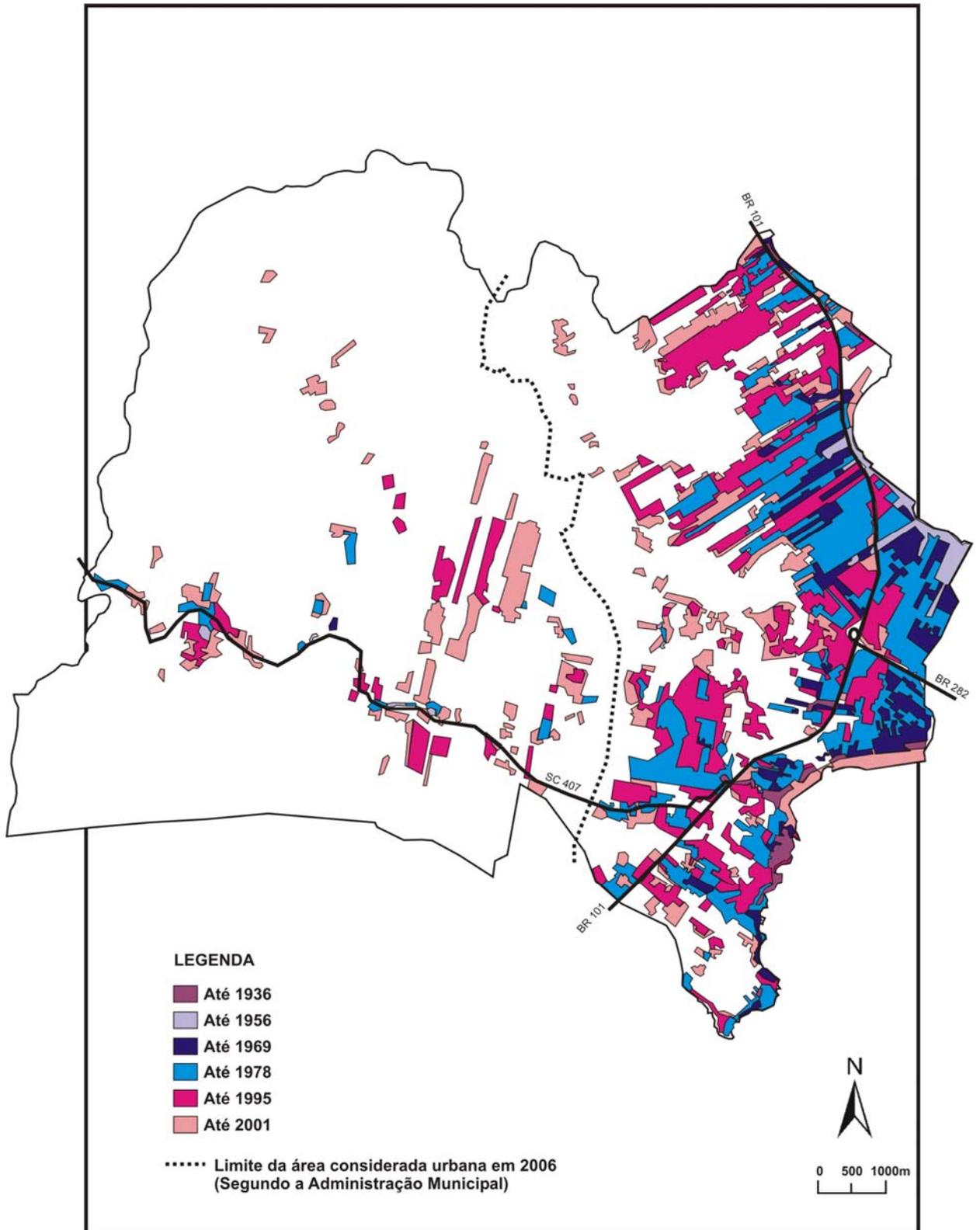


Figura 7 - Evolução da ocupação humana em São José até o ano de 2001.  
Fonte: Mapa base modificado por Tatiana Silva de SDU, 2004.

## O CENTRO HISTÓRICO



## CAPÍTULO 4 - O CENTRO HISTÓRICO DE ONTEM

### 4.1 A PRIMEIRA ESTRUTURA

No início da colonização açoriana, a conformação espacial de São José se deu através da localização da capela, da Praça e do trapiche, que era o ponto de partida e comunicação com outras localidades. Assim, os lotes foram demarcados a partir desta centralidade espacial, caracterizando o modelo de área central litorânea portuguesa, que seria repetida em vários outros núcleos colonizados. De acordo com descrição de Althoff, sobre a conformação dos núcleos açorianos em Santa Catarina

tem-se registro de que em alguns assentamentos a primeira morada do imigrante foi construída de pau-a-pique [...] nos núcleos urbanos os lotes possuíam pequena testada e grande profundidade no alinhamento da rua e por razões de segurança e economia, geminadas, configurando um contínuo correr de casas muito semelhantes. (ALTHOFF. 2000, p. 467)

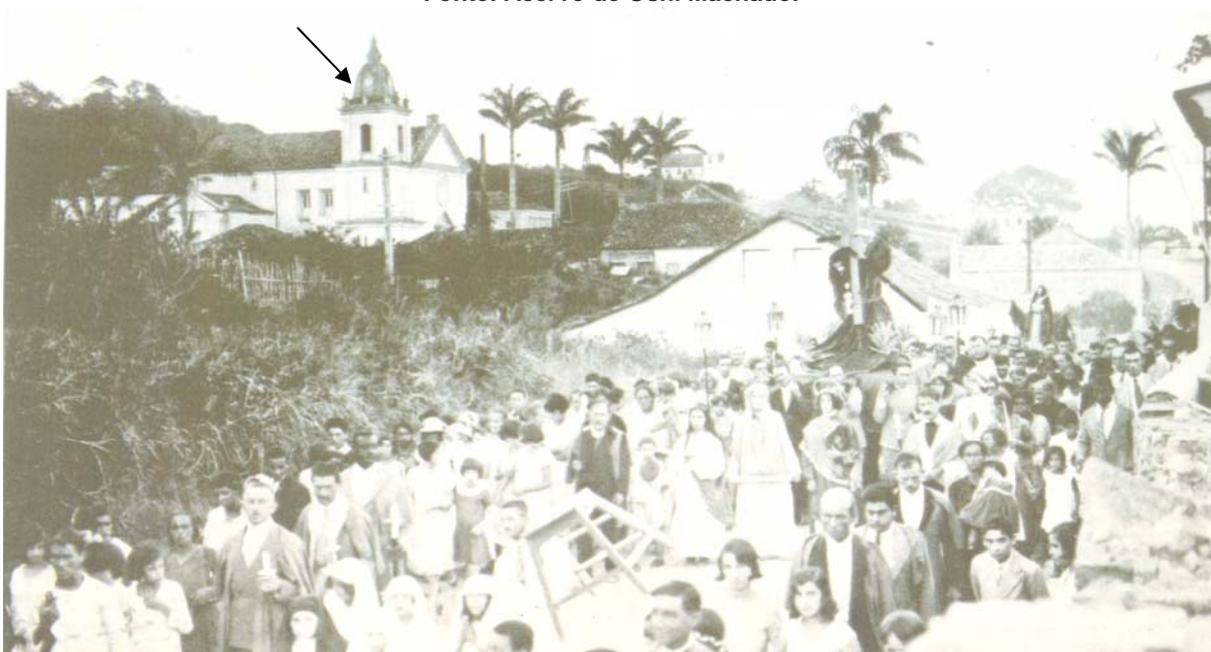
Sabe-se que as ruas não existiam como tal, mas sim através da conformação das casas, que delineavam os caminhos. As construções eram modestas, e aos poucos a peça única começou a ser ampliada, adquirindo um quarto e uma cozinha. A arquitetura era baseada no processo que utilizava o barro, e mais tarde tijolos, pedra e cal. (FARIAS. 2001, 212)

Em 1751, tendo em vista a demora para a construção de Igrejas nas freguesias da Ilha de Santa Catarina, o então Governador Manoel Escudeiro, ordena que as capelas sejam feitas de pau-a-pique. Em São José, há indícios da substituição da capela original por outra, de pedra e cal, já no ano de 1765 (ENCICLOPÉDIA SIMPÓZIO, 2006). Na década de 1830 a capela passa por reparos, mas em 1846 sofre um desabamento, que lhe custaria a torre e uma de suas laterais. Foi reconstruída somente em 1848 e até hoje mantém suas principais características arquitetônicas. A remodelação da torre, no ano de 1908, é percebida

através de fotografias da época (ver foto 13 e 14). Originalmente mais arredondada, passou a ostentar o estilo gótico, alterada somente em 1969 para a que permanece até os dias atuais.



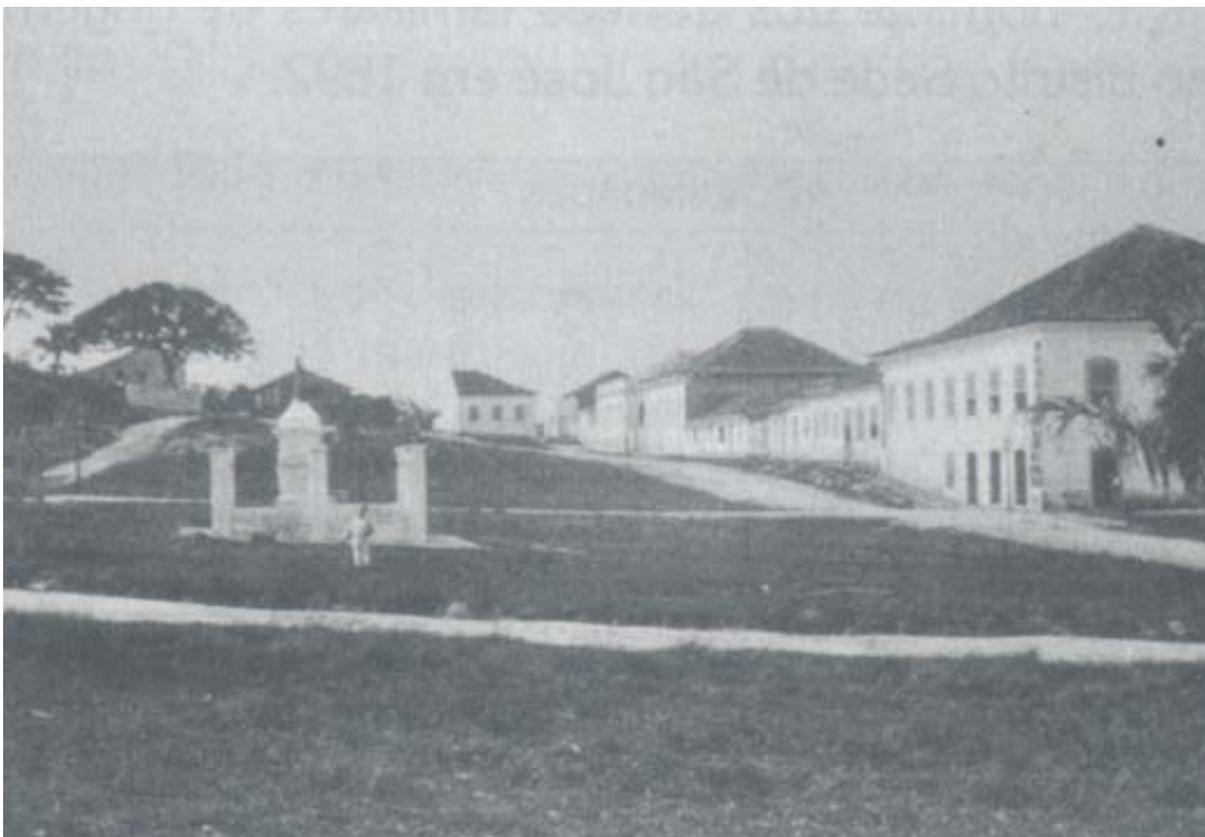
**Foto 13 – Encontro familiar no morro do Bonfim, no início do séculoXX.  
Notar a torre da Igreja Matriz com o coroamento arredondado.  
Fonte: Acervo de Osni Machado.**



**Foto 14 – Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos. A Igreja Matriz ao fundo já com o coroamento da torre em estilo gótico. 1929.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

Em 1772 foi construído o primeiro casarão utilizando-se óleo de baleia, casca de berbigão e argila, o solar da família do abastado Coronel Ferreira de Mello (ver foto 15). É constituída de dois pavimentos, com várias aberturas e coberta de telhado de quatro águas. O mais provável é que a função residencial tenha se dado somente no andar superior, tendo a parte inferior servido aos trabalhos domésticos. Possui ao lado do edifício, um espaço que serviu para a cavalaria, ladeado pela senzala estreita e escura, onde eram colocados os escravos, cujos respiradouros

eram buracos abertos para o alojamento dos cavalos. Ali foi assinado o Termo de Instituição da República no Estado de Santa Catarina e as cerimônias de inauguração dos trabalhos da estrada de ferro Dom Pedro I, em 1883<sup>17</sup>.



**Foto 15 – Solar dos Ferreira de Mello no canto direito, alinhado ao conjunto de casaríos, no ano de 1910. Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

A Freguesia de São José da Terra Firme continuou crescendo vagarosamente, até o ano de 1829, com a chegada dos imigrantes alemães a São Pedro de Alcântara. Estes, após fixarem-se em suas terras, embarcavam sua produção agrícola nos trapiches josefenses (como o da foto 16) e levavam para ser comercializados em Desterro (Florianópolis) ou outras localidades. Sobre a atividade comercial dos alemães de São Pedro de Alcântara, temos o relato de Paiva (1995, p. 76 e 77):

Os colonos ao chegar a este lugar com seu cargueiro embarcam os gêneros nas lanchas de que nós falamos e transportam-nos à Capital, onde os vendem, abastecendo-a assim dos gêneros de primeira necessidade. À tarde voltam à Praia Comprida, que poderá distar légua e meia da Cidade, e recolhem-se à Colônia, levando consigo efeitos para negócio e próprio consumo.

---

17 A estrada de Ferro D. Pedro I passaria pelo litoral catarinense até Porto Alegre, o que ainda hoje não é realidade.

Com a vinda de parte destes imigrantes para a localidade de Praia Comprida, a Freguesia teve um incremento em seu setor comercial. Um dos primeiros imigrantes a residir aqui foi Adam Michels, conhecido como velho Adão, que possuía uma espécie de hospedaria. O francês Avé-Lallemant, após sua passagem por São José, comenta sobre a instalação destes imigrantes, em especial do seu anfitrião, a quem chama de Adão Michel:

A praia ao norte de São José chama-se Praia Comprida por formar um amplo arco. Aqui mora há muitos anos o “velho Adão”. Muitos lhe chamam de Adão Michel, mas é chamado também o velho Adão, tal qual se chamava o marido de Eva no paraíso. Há muitos anos o velho Adão, de quem só sei que descende em linha reta do primeiro Adão, se estabeleceu na Praia Comprida. Então era tudo areia e primitivismo. No entanto Adão abriu ali um pequeno negócio. Os moradores das colônias em formação vinham à casa dele quando traziam seus produtos ao mercado ou quando queriam adquirir os artigos da cidade necessários às suas casas; ali se encontravam, ali se conheciam, compravam e vendiam. Os filhos dos colonos cresceram, casaram-se, instalaram-se na vizinhança e atraíram outros alemães. Assim nasceu a atual Praia Comprida, à esquerda e à direita do velho Adão, que deve ser visto como o pai comum daquela civilização praieira e ficará imortal nas lendas dos alemães em Santa Catarina. [...] Muito antes de amanhecer houve ruído em baixo. Foi carregada a grande barca do velho Adão, sendo despertados todos os que deviam seguir nela para Desterro. Tinha ainda alguns negócios a atender na ilha e preparei-me. Mas, por ser raso o embarcadouro, não foi rápido o despacho da embarcação e já era dia quando o velho Adão desfraldou suas velas e deslizamos sobre a baía. Entre os vinte e um passageiros só o meu “spahi” não era alemão. Do contrário, imaginaria achar-me numa barca alemã, num lago alemão, no “Oberland” da Baviera. (AVÉ-LALLEMANT. 1980, p. 127 a 129)



Foto 16 - O trapiche da Praia Comprida no fim do século XIX.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

Em 1833, Desterro sofre um desmembramento em três partes, elevando de freguesia à vila, São José e São Miguel. Em São José as comemorações incluíram a realização de grandes saraus e diversões populares. Na igreja Matriz, foi cantado um “Te Deum” (hino de louvor e ação de graças) e os sobrados, pertencentes ao sr. João Vieira da Rosa, ao Coronel Joaquim Xavier Neves, ao Coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello e ao sr. José Antônio de Pinho, “foram iluminados a azeite, na transparência de vidros coloridos”. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)

A bica da Carioca, que fornecia água potável a toda a população, foi construída em 1843, em um bosque próximo à Igreja Matriz. Durante muito tempo foi ponto de encontro das famílias josefenses e também das escravas, que terminavam as tardes lavando as roupas de seus donos, e envolviam o ambiente com seu cantório.

Na metade do século XIX, São José mantinha boas relações comerciais com Lages e o planalto, que aqui vinham desembarcar seus produtos para Desterro. Os produtos eram quase sempre gado, cavalos e mulas, e estas traziam nas costas gêneros alimentícios como queijos, doces e couro. Na volta, aproveitavam para levar tecidos, cachaça, farinha de mandioca, açúcar, café e sal, entre outros. (PHILIPPI, 2003, p. 32) Este tipo de comércio baseado na baldeação transformou São José em uma grande economia para a época. Outras cidades, como Palhoça, também faziam a travessia, e sabendo de sua rentabilidade, incentivavam o negócio, mas não chegavam a desestruturar o negócio do lado josefense. No jornal O Despertador de 3 de fevereiro de 1871 (apud PHILIPPI, 2003, p. 32), pode-se ler a seguinte oferta:

Vende-se na Palhoça, districto da cidade de S. José, ponto aonde affluem os colonos de Santa Izabel e Theresopolis, e as tropas do municipio de Lages, tres propriedades proprias para uma grande estalagem e negocio; tem excellentes paiões para sal e farinha. O porto para embarque e desembarque é o melhor possivel, por ser na margem do rio. Para informações dirija-se á Julio M. de Trompousky, nesta cidade.

Nos 50 anos seguintes, São José estaria no auge de sua ascensão econômica e cultural, um período de riqueza e transformações em seu espaço urbano.

## 4.2 NOVAS CONSTRUÇÕES

A partir de 1850, no centenário de sua fundação, São José começa a ver algumas mudanças significativas de seu espaço urbano, de acordo com o crescente destaque de seu comércio e do enriquecimento das elites locais.

Foi nesta época que as primeiras casas de pedra existentes dentro do largo da Matriz, foram demolidas para dar lugar a outras construções arquitetônicas de maior vulto em volta deste largo. Contava a Praça da matriz com 4 sobrados: um na parte superior, ao norte da igreja; outros três na parte inferior, próximos ao local da feira e do trapiche onde desembarcaram há pouco as mais ilustres visitas, D. Pedro II e D.<sup>a</sup> Thereza Christina. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p.)

As casas térreas eram muito parecidas, apesar de não haver nenhuma regra para a sua construção. Infelizmente boa parte deste conjunto urbano foi demolido. Segundo Farias (2001. 214),

[...] um corredor ligava as lojas ou salas abertas para a rua aos cômodos que as mulheres ocupavam para o quintal. As alcovas (quartos de dormir) eram dispostas ao longo deste corredor e raramente recebiam iluminação natural. O telhado, em duas águas, lançava parte das chuvas na rua e na parte do quintal. As construções de fachadas alinhadas tentavam garantir uma relativa estabilidade. Às edificações, e a proteção das paredes laterais as resguardavam contra as intempéries.

Os anos de 1850 foram marcados pela construção de edificações públicas e institucionais muito significativas nos arredores da Praça, e que felizmente permanecem na paisagem urbana do Centro Histórico. Segundo o Sr. Osni Machado, os sobrados localizados na parte inferior da Praça Hercílio Luz, podem ter sido erguido neste período. O atual Arquivo Público possui uma placa com a inscrição “Solar Joaquim Lourenço de Souza Medeiros”, a provável última família a residir ali, até ter sido abandonado e doado para a Prefeitura Municipal, que o reformaria somente na década de 20. Já o edifício mais conhecido como Salão de Bilhar e Café, seria demolido em 1953 (foto 17).



**Foto 17 – Salão de Bilhar e Café (demolido em 1953), e atual Arquivo Histórico Municipal nos anos 20.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

O século XIX é marcado também pelas construções religiosas. Em 1851 foi erguida a Capela de Nosso Senhor do Bonfim, financiada por doações dos fiéis. A imagem foi trazida da Bahia e guardada na Igreja Matriz até a inauguração. Todos os anos, no dia 31 de dezembro, a população josefense saía em procissão pelas ruas da cidade, levando a imagem para a Matriz que, na tarde de 1º de janeiro voltava solenemente para sua Capela. Esta viria a ser a segunda maior manifestação religiosa da região, perdendo apenas para a Festa do Divino Espírito Santo. A arquitetura da edificação segue o mesmo partido da Igreja Matriz, mas em menor proporção, com torre lateral única.

O cemitério municipal, próximo à Capela do Bonfim, foi inaugurado em 7 de setembro de 1855 pelo presidente da província João José Coutinho e no mesmo ano é construída a Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, na entrada para a Ponta de Baixo (FARIAS. 2001). Em 1879 foi construída a Capela de Nossa Senhora de Fátima e Santa Filomena na Praia Comprida. Infelizmente não foram localizadas fotografias antigas destas edificações, mas é possível observar os mesmos traços em sua arquitetura (fotos 19 e 20).



**Foto 18 – Solar dos Ferreira de Mello e Theatro no canto esquerdo. No alto à direita, a Capela de Nosso Senhor do Bonfim. Década de 1930.**  
**Fonte: Acervo de Osni Machado.**



**Foto 19 e 20 – Montagem com as imagens da Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e da Capela de Nossa Senhora de Fátima e Santa Filomena, em 2005.**  
**Fonte: Arquivo Histórico Municipal e acervo da autora.**

A construção da Casa de Câmara e Cadeia (fotos 21 e 22) foi iniciada em 07 de setembro de 1854, com verba do Conselho Municipal e de particulares. Inaugurada em 1859, é um dos poucos exemplares no sul do Brasil. O pavimento térreo se destinava aos presos e o superior à Câmara Municipal, Júri e Audiência. Em 1910 sofreu alterações como o fechamento de alguns vãos, no térreo, e substituição das sacadas por elementos decorativos.

A cadeia faz parte da memória da população não somente pelos serviços que prestava, mas também através de acontecimentos como a fuga de presos.

Praticamente naquele tempo a polícia não tinha automóvel e quando havia fuga de presos, vinham 10, 20, 30 cavalos, vinha a cavalaria da polícia. Ficava tudo aí na Praça e aí era um rolo aqui em São José, era uma festa (risos). E fugiam, de vez em quando fugiam. Eles saíam da cela e tinha um setor ali, que deixavam eles apanhar sol, e ali eles conseguiam escapar. Era um pandemônio (risos) (JACÓ DE SOUZA)

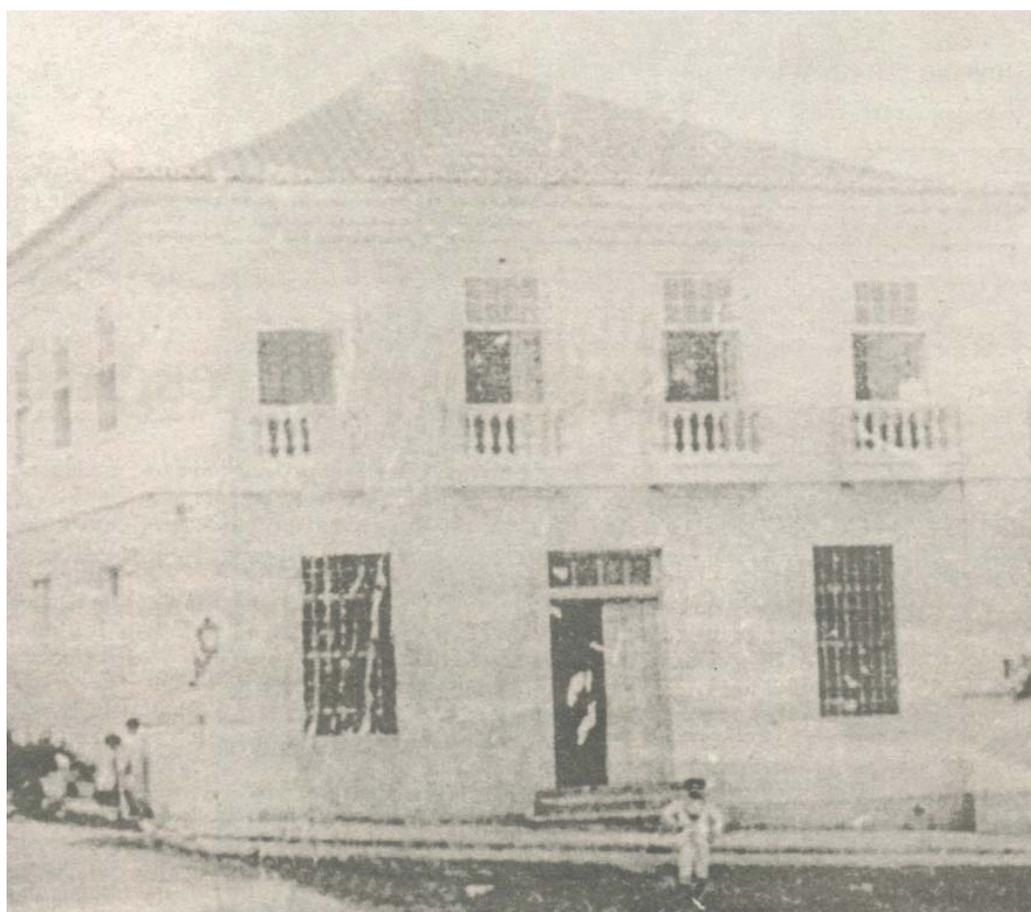


Foto 21 – Casa de Câmara e Cadeia em 1913. Notar grades nas janelas inferiores.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

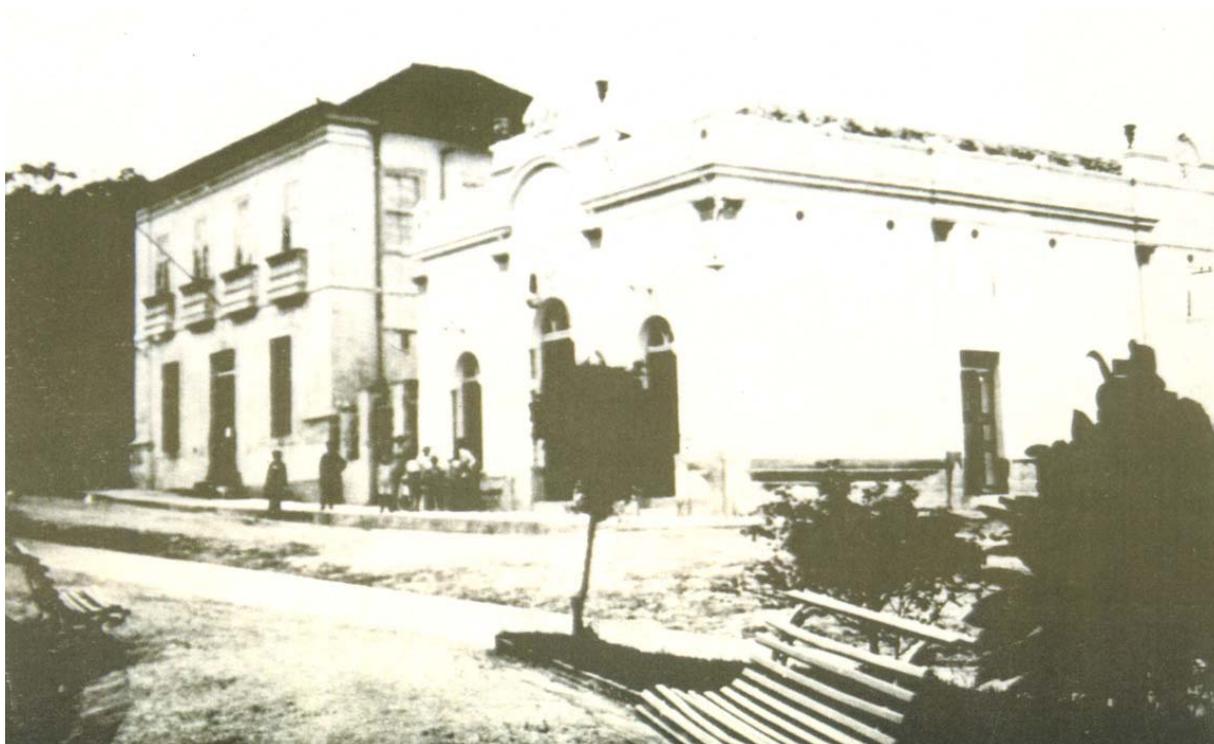


Foto 22– Casa de Câmara e Cadeia e Theatro no final da década de 20.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

Em 1854, no dia 17 de setembro, foi lançada a pedra fundamental do Theatrinho da Villa de São José, atual Adolpho Mello (foto 22) resultante de um intenso movimento da Sociedade Dramática, que inauguraria ainda o Teatro de Laguna (1855) e São Francisco do Sul (1856). Em São José foi inaugurado no dia 21 de junho de 1856, no mesmo dia em que a Vila foi elevada à Cidade.

Esse novo panorama foi observado por Avé-Lallemant, ao passar em Santa Catarina no ano de 1858, quando a Igreja Matriz estava sendo ampliada. O viajante francês relatou que “São José é uma pequena cidade, aprazível como tudo o que fica na Lagoa de Santa Catarina; estende-se numa colina com muitas casas bonitas. Parece estar parada a construção de uma nova igreja e parecia torná-la supérflua uma pequena capela, situada em posição elevada.” (AVÉ-LALLEMANT.1980, p. 28) A capela a que ele se refere é a de Nosso Senhor do Bonfim.

## O FIM DO SÉCULO XIX

A obra literária de Schutel menciona a cidade de São José e a sua baía, entre 1860 e 1861, e revela que a área ao redor da Praça já possuía as características de

uma centralidade, destacando-se no cenário urbano josefense. É uma paisagem que permanecerá praticamente inalterada até o início do próximo século, como podemos ver pela foto 23.

Uma bonita Praça extensa, quase quadrada, com o terreno em declive, tendo uma igreja no alto olhando para o mar: uma linha de pequenas casas à direita dela, uma outra de casas melhores à beira-mar com frente para a Praça, ao lado esquerdo algumas casinhas, e o teatro defronte da igreja: é o centro da cidade. [...] e a estrada geral que se transforma em rua ao entrar e sair da Praça da cidade. Nesta, há uns cinco ou seis sobrados de bonita aparência e algumas casas de gosto e dela parte uma travessa ou antes, ela mesma é aberta logo na praia, ponto de desembarque da cidade. (SCHUTEL. 1988, p. 161.)



**Foto 23 – Cartão postal com vista da área central em 1910, a partir do morro do Bonfim.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

A Ponta de Baixo permaneceria caracterizada pela atividade oleira até início do século XX. Infelizmente nenhum casario ou olaria permanece como testemunho histórico edificado, e nenhum registro fotográfico foi localizado, sendo a pesquisa sobre esta área embasada em descrições feitas por viajantes, escritores e moradores antigos. BOITEUX (1916) observou a cidade de São José e destacou a atividade oleira:

São José oferece uma lindíssima perspectiva ao lado do mar, estendendo-se por duas longas ruas, que começam na sua espaçosa praia, uma na

direção do sul, bem edificada, a outra na do norte até o interessante subúrbio da Praia comprida, onde se acha a maior força de comércio e indústria artística. Possui alguns edifícios notáveis como a sua vasta Matriz, a casa da Municipalidade, o teatro, a Capela do Senhor Jesus dos Passos [...] e um pequeno chafariz de excelente água. [...] é também nas cercanias desta cidade que fabrica-se a melhor louça de barro, que exporta para outros pontos do estado. (BOITEUX. 1916, p. 101)

Em 1892 a Sede (foto 24) era composta de 33 troncos descendentes de açorianos, contra sete de famílias alemãs e somente uma de origem italiana. Já na Praia Comprida, são 20 famílias descendentes de açorianos, 8 de alemães e um tronco sueco. (FARIAS, 2001) Não há dados sobre a composição étnica da Ponta de Baixo, mas pode-se prever uma maioria açoriana. Esta mistura de etnias, complementada com a dos negros africanos, e de futuras pequenas inserções de nacionalidades estrangeiras, resultou na composição da população josefense até meados do século XX, quando acontecem as migrações internas, do interior do Estado.

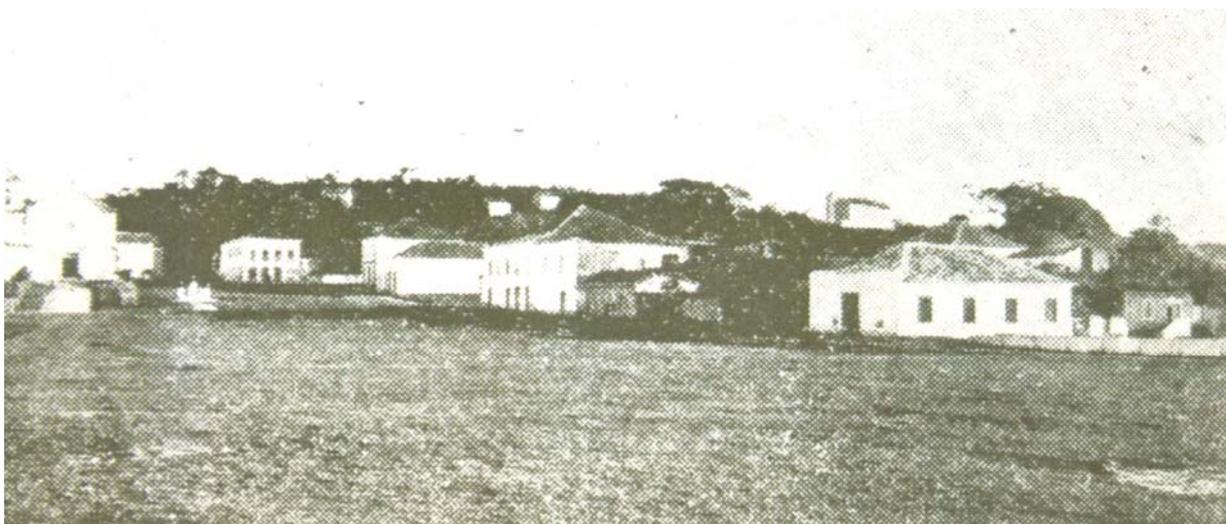


Foto 24 – Vista do Centro Histórico na década de 20.  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

### 4.3 CENTRALIDADE URBANA

Na primeira década do século XX, a Sede mantinha sua posição de centralidade. Em 1903 foi feita a urbanização do Jardim da Matriz (foto 25) e em 1913 foi inaugurada a luz elétrica na cidade. Os três poderes concentravam-se em torno da Praça, bem como as atividades culturais e os grandes casarios (fotos 26 e 27).

O plano de urbanização da área onde hoje é o jardim Napoleão Poeta remonta aos primeiros anos deste século. Com o plantio das palmeiras reais em 1903, obedecendo a um alinhamento tomando por referência o trapiche e a Igreja Matriz, à margem de uma trilha antiga que cortava o capinzal ali existente, ligando os dois pontos, estava lançada a primeira diretriz para a urbanização. A semente de muitas das árvores que ainda hoje estão de pé, deve ter sido fincada por esta época. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p. )



**Foto 25 – Os arredores da Praça em 1903, com suas palmeiras recém plantadas.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

No mesmo ano do plantio das palmeiras, a Câmara aprovou a Lei nº 13 (de 29 de abril), em que alterava a denominação de várias ruas principais. Esta troca dos nomes que já faziam parte do cotidiano da população, por nomes de políticos, é considerado um dos maiores atentados à memória urbana da cidade.

Da entrada da Ponta de Baixo até o final da Praia Comprida, passando pelo Largo da Matriz, São José era conhecido pelas ruas da Esperança, do Fogo, a rua Nova, a Augusta, a do Passeio e a do Adão Miguel (sic) – que foi o primeiro morador da Praia Comprida quando a região era só uma extensa praia ... o antigo morro das Olarias, o mato da Coruja, a rua da Vala, a dos Finados, a do Bonfim, da Praia, do Cadeado, etc. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)



Foto 26 – Praça em um dia tranquilo em 1910.  
Fonte: Arquivo Histórico de São José, 2005.



Foto 27 – Praça em dia de festa. Meados da década de 10.  
Fonte: Arquivo Histórico de São José, 2005.

Vinte anos após, seria inaugurada na Praça o Jardim Carlos Napoleão Poeta, com um chafariz, onde “muitas moedas lançadas pelos cavaleiros viajantes eram logo depois sacadas pela gurizada que ficava à espreita, esperando pela dádiva destinada à deusa da fonte”. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)

Em 1910 surgiu uma sociedade denominada Liga Josephense, com os fins religioso, social e recreativo. A Liga teve grande importância ao fomentar muitas encenações teatrais, organizar festas dentro e fora da cidade, e introduzir o cinematógrafo no Theatro Municipal. Junto à Liga funcionaria o grupo teatral “As filhas de Maria”, que teria espaço próprio em 1933, o Salão Boaventura, anexo à Igreja Matriz. Por mais de quarenta anos muitos grupos, não somente josefenses, utilizavam a estrutura do Salão, que no início da década de 60 mudou de função, sendo utilizada para reuniões das associações e irmandades. Foi também o supermercado Imperatriz. (GERLACH; MACHADO. 1982)

Uma das mais importantes formas de diversão e difusão da cultura que nós tivemos aqui em São José, foi proporcionada pela administração da Igreja, dos Padres Franciscanos. Em 1933, eles inauguraram um anexo junto à Igreja e este anexo transformou-se no Salão Boaventura. Ali, na década de 30, 40, 50 e comecinho de 60, ele funcionou com muita atividade [...] as Filhas de Maria, os Congregados Marianos e muitas vezes equipes da nossa vizinhança, de Florianópolis, da Palhoça vieram montar seus dramas e comédias aqui. Então o Salão Boaventura merece ser mais estudado, mais divulgada a atividade dele naqueles anos. Todos aqueles dramas e comédias não eram qualquer coisa, eram dramas já padronizados para divulgação da fé, da Igreja, sempre incentivando a moral das pessoas e da família. A responsabilidade pelas atividades era da Congregação Mariana, das Três Marias, e de outras ligadas à Igreja. (OSNI MACHADO)

Logo após, em janeiro de 1913 nasce em São José, aquela que seria a associação da elite josefense, a Associação do Clube 1º de Junho e o primeiro jornal impresso, O ASTRO. Este último, de fonte independente e de circulação semanal sobreviveu até setembro de 1914, véspera da 1ª Guerra Mundial. Em uma de suas tiragens, sob a autoria de alguém chamado K-Zuza, pode-se ler uma engraçada passagem vivida pelos espectadores de uma sessão de cinema no Theatro.

No domingo o Macario disse-me que o velho casarão do Theatro quasi desaba, tal era a quantidade de moscas que mordiam as pernas dos espectadores. Batiam tanto os pés para afugenta-las que a coisa chegou ao auge do desespero. E a polícia! Ora a polícia. Fez levantar aos que estavam sentados para dar lugar a outrem, quando os bilhetes não são numerados. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)

O Clube 1º de junho teve quatro sedes diferentes em São José (foto 28). Em seus primeiros anos, alugou um casario situado na parte inferior da Praça, para realizar seus encontros e bailes. Em 1926, alegando problemas de manutenção do edifício, o Clube mudou-se para o edifício vizinho, atual Arquivo Histórico, onde ficaram até meados de 1944. Nesta época surgiu a necessidade de uma sede própria, quando foi adquirido um terreno nas proximidades da Praça. Conta-se que os associados construíram a nova edificação com as próprias mãos. Mais tarde o prédio foi destruído por um incêndio que muitos dizem ter sido criminoso, apesar da falta de provas e finalmente, em 1973, com o espaço físico já insuficiente, a Diretoria adquiriu o chamado Casarão <sup>18</sup>, um edifício histórico do final do século XIX.



**Foto 28 – Montagem com as quatro sedes do Clube 1º de Junho. 1913, 1926, 1944 e 1973.  
Fonte: Folder Publicitário do Clube 1º de Junho, 1985.**

O Sr. Jacó lembra bem de que a população mais pobre realmente não frequentava o 1º de junho, e que havia uma certa segregação social quando da realização de bailes.

<sup>18</sup> Este casarão, em estilo colonial na sua origem, pertenceu primeiramente ao Major Marciano Francisco de Souza, que vende ao Sr. Carlos Napoleão Poeta em 1912. Em 1938 o Casarão foi vendido ao austríaco Ferdinando Josef Kunz, que fez reformas e ampliações na parte frontal do edifício, adquirindo este um estilo próprio. Em 1973, já de posse do Clube, passou por muitas reformas internas, e a transferência completa se deu no ano de 1976.

Eram bem frequentados os bailes. Tinham os bailes chamados de “soirée” [lê-se soarê] que é um nome francês [...] e tinha a domingueira, que era feita domingo à tarde, começava às 04, 05 horas e ia até às 08 da noite. E aí era mais prá moçada de São José e a soareux era pra turma mais de idade [...] O Clube 1º de junho era da sociedade [...] E atrás da igreja morava o pessoal mais humilde, mais pobre. Praticamente eles não frequentavam muito esse tipo de coisa, era mais separado. Então até ali, dentro das próprias casas, aos sábados, eles faziam os seus bailes e se reuniam. (JOÃO JACÓ)

No início do século a cultura josefense era incentivada e disseminada de várias formas. E ainda que houvesse uma cultura elitizada, a população humilde também compartilhava de parte dos eventos. No próximo século, a cidade, no seu auge cultural e econômico, ganha ares de modernidade.

## DÉCADA DE 20

Na década de 20, as mudanças mais notáveis ocorrem nas fachadas dos casarios. Introduzindo novos valores estéticos europeus, as edificações incorporam elementos como platibandas, cimalkas, frontões, frisos, e as sacadas ganham gradis em ferro e as venezianas internas são retiradas. Em algumas casas, as laterais ganham uma cobertura, para indicar a nova entrada da edificação. Esta forma denominada de Eclética, foi assumida em quase todos os casarios de São José. Entretanto, não localizou-se nenhuma lei municipal que tivesse determinado esta alteração por qualquer outro motivo, parecendo um recurso somente para embelezamento.

Comparando fotos do início do século com fotos da década de 20, é possível notar a alteração, que constituiu-se na primeira descaracterização do conjunto arquitetônico de origem colonial portuguesa. Em 1924, o Theatro também sofreria uma reforma para adaptá-lo em sala de projeções, passando a chamar-se Cine York. Foram levantadas as platibandas nas suas quatro paredes externas, mas em estilo neoclássico.

Tinha uma série de casas ali, era tudo geminada e tudo modelo açoriano [...] foi pena terem desmanchado [...] Quando chovia, a água caía na calçada, no passeio. Aí a Prefeitura determinou, porque o pessoal começou a reclamar, queria passar [...] determinou que eles fizessem essa platibanda aqui, então as pessoas foram fazendo as casas e botando a calha prá evitar que a água caísse e a pessoa não pudesse passar. Isso eu me lembro bem [...] Uma das poucas que sobra ainda hoje é o museu. (JOÃO JACÓ)

Como visto anteriormente, o ano de 1926 foi a data de construção da Ponte Hercílio Luz, que participou do processo de transformação nas relações sócio-econômicas entre São José e Florianópolis. Também em 1926 foi lançado o Jornal O JOSEPHENSE, e em 1929, O MUNICÍPIO. Neste mesmo ano acontece em São Pedro de Alcântara e São José a grande Exposição Comemorativa do Centenário da Colonização Alemã (foto 29), que durou 30 dias, de 17 de novembro a 17 de dezembro. Foi a maior festa já realizada na cidade.

Iniciada em São Pedro de Alcântara, a festa prosseguiu na Praça de São José, com uma completa exibição de produtos catarinenses, grande parque de diversões (aeroplanos, carrossel, tubo do riso, fio-aéreo, balaços, barracas com tómbola, prado de corrida de valos mecânicos), cinema ao ar livre todos os dias, bandas de musica, etc. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)



Foto 29 – Comemorações do centenário da Imigração Alemã, 1929.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

Na Praia Comprida, surgiram novas casas de comércio, como a de Domingos Philomeno, cuja residência, já demolida, pode ser vista na foto 30.

Olha, na Praia Comprida que eu me lembre, sempre foi o ponto mais alto do

comércio. Nós desde pequenos temos lembrança disso, porque ali ficavam localizadas padarias, oficinas, casa de ferreiro, então tinha comércio e indústria daquela maneira de subsistência. Tinha fábrica de café do Philomeno, tinha toda essa parte de comércio, era bem desenvolvida, porque dali, da Praia Comprida, parte a estrada que vai para São Pedro, ia até Angelina, então era muito fácil ser localizado naquelas imediações da estrada, ou ao longo dela, a parte comercial, prá aproveitar a descida dos colonos que traziam seus bens para venda aqui e em Florianópolis e na volta já ter o que levar. (OSNI MACHADO)

No mês de agosto sempre tinha a feira de Santa Filomena. As feiras eram boas. Começava a semana com as novenas até um sábado e domingo onde era feita a festa, aí tinham barraquinhas. Outra coisa que eu esqueci de citar, que eu achava muito interessante é que na época, geralmente na Praia Comprida, que tinha umas áreas desabitadas, pastos [...] sempre os circos em São José ficavam ali. (JOÃO JACÓ)



**Foto 30 – Casa de Domingos Philomeno na Praia Comprida. Década de 20.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

A casa de comércio da família Petry (foto 31) também era muito frequentada, pois suas mercadorias eram diversificadas. Esta casa também permanece na paisagem urbana. “Era um comércio assim, como hoje tem essas firmas de atacado. Eles traziam coisas tipo sal, açúcar, tinham as fazendas, tinha todo o tipo de mercadoria, tinha o charque, o arroz. Isso tudo era então distribuído para praticamente todo o interior de São José. (JACÓ DE SOUZA)



**Foto 31 - Casa de comércio de Felipe Petry na Praia Comprida. 1922.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

A Ponta de Baixo ainda possuía um número significativo de olarias, e o comércio com o Mercado Público de Florianópolis era freqüente (foto 32).

Nós temos um amigo nosso que fez pesquisa sobre as olarias, e fez referência de 17, 18, em torno disso, de olarias na Ponta de Baixo, muitas uma ao lado da outra e de proprietários diferentes. E quase todos esses oleiros eram pescadores também [...] As olarias ficavam sempre com os fundos para a praia. [...] do outro lado da rua, tinham olarias também, mas a maioria delas ficava do lado da praia. Normalmente muitos transportavam para Florianópolis, de canoa, a produção. Quase todos eles tinham a olaria e o rancho de canoa, com todo o material de pesca guardado ali. (OSNI MACHADO)

Aquelas pessoa faziam todos os utensílios que se possa imaginar de barro [...] pratinhos, caneca, prato maior para refeição, prato maior, que se chamava alquidar para lavar a louça, boião, onde se botava o leite e se passava o café também, chaleira de barro, panela de barro, moringa [...] todos eles eu conhecia. Eles ficavam na Ponta de Baixo, era um ao lado do outro, uma infinidade deles [...] E iam de baleeira [...] em Florianópolis, onde hoje em dia é o Camelão [Camelódromo Municipal], ali o mar batia, então ali era o posto de venda deles de louça. Todo o produto artesanal, de barro, era confeccionado na Ponta de Baixo. (FERNANDO ROCHA)



**Foto 32 – Comércio de cerâmicas em frente ao mercado público de Florianópolis. Década de 1910.  
Fonte: IHGSC, 2006.**

Os utensílios de barro passariam a ser substituídos por outros materiais, como metais e o vidro, voltando a ser muito procurado durante a Segunda Guerra Mundial, ironicamente para ‘substituir’ todos os materiais de alumínio que estavam sendo arrecadados para as campanhas. (PHILIPPI. 2003, p. 40) Manifestações religiosas como as festas em homenagem a São Pedro, o padroeiro dos pescadores, eram organizadas pela Colônia de Pescadores. Era destaque da festividade, a procissão pelo mar com a imagem do santo, onde embarcações decoradas navegavam da Ponta de Baixo até, provavelmente, o trapiche municipal de São José. Em notícia do jornal O Estado de 30 de junho de 1936 lê-se:

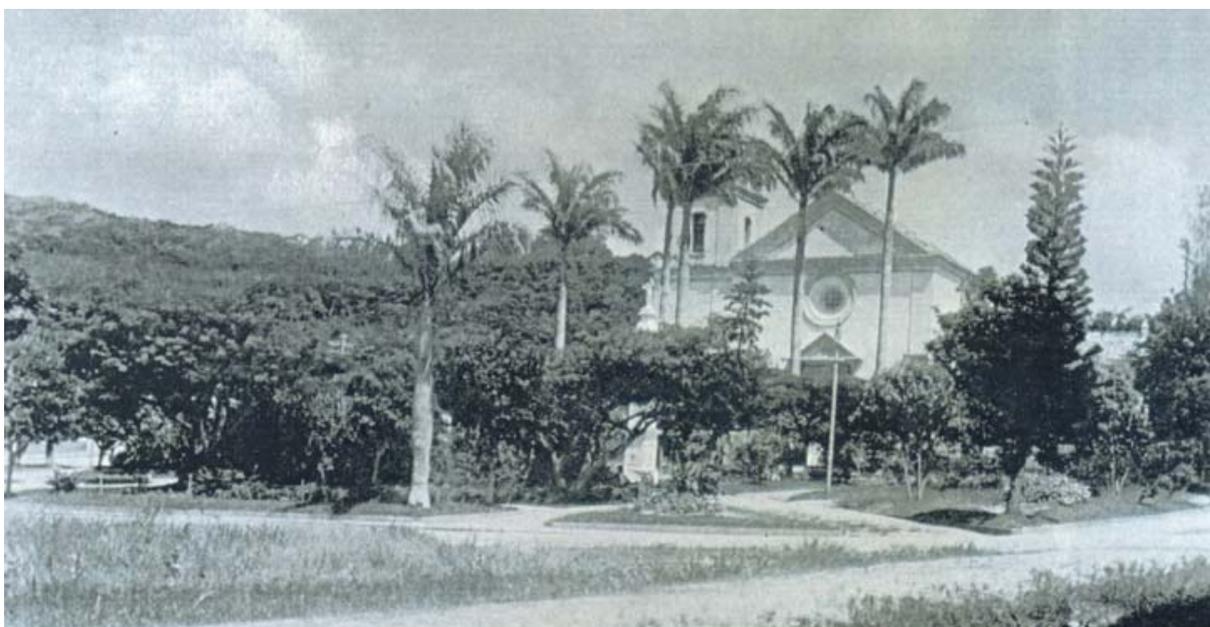
Realizou-se (sic) nos dias 29 e 30 na Ponta de Baixo, Município de S. José, a festividade de São Pedro, promovida pelos pescadores da Colônia de Pesca Z-11. No dia 29, á noite, houve leilão de prendas e fogueiras. Ontem, dia consagrado ao padroeiro dos homens do mar e chefe da Igreja Cathólica, foi celebrada a missa na capella da citada colônia. Após esse officio, effetuou-se a procissão pelo mar, desde aquelle até próximo a Praça da cidade de S. José, onde se deu o desembarque da imagem. Dahi o trajeto fez-se por terra até a capella. Grande número de embarcações, todas embandeiradas – canôas e baleeiras – tomaram parte da procissão marítima, rebocadas por uma lancha da Capitania dos Portos.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> O Estado. Festividade de S. Pedro. 30 jun. 1936. p. 6. Apud PHILIPPI. Op. Cit., p. 43 a 44.

#### 4.4 SOBREVIVÊNCIA DO LÚDICO COTIDIANO

Neste trabalho, muitos aspectos do cotidiano do Centro Histórico serão reconstituídos através das lembranças dos moradores mais antigos. Os entrevistados recordam bem de como era São José da década de 30 em diante e é possível observar em seus relatos, que as três áreas de concentração de atividades, verificadas no início do século XIX, ainda eram características.

Apesar da crise econômica que assolou a cidade, o centro continuava como palco das manifestações populares, agregando a comunidade não somente em datas festivas mas também em seu cotidiano. Os suntuosos bailes nos casarões, possível para um elite bem definida, agora se dá através do Clube 1º de junho. Mas a sobrevivência cultural também se deve a uma cultura popular, através das festas religiosas, do futebol, do cinema e dos bares, sempre em torno da Praça da Matriz (foto 33).



**Foto 33 - Praça da Matriz em 1929.**  
**Fonte: Acervo de Osni Machado.**

Culturalmente, o cinema, que funcionava no casarão do Theatro, teve importância fundamental. “Sempre foi a diversão mais popular e barata que o povo

teve. Então aqui tivemos nas década de 20, 30, 40". [...] (OSNI MACHADO). Segundo o Sr. Jacó de Souza que trabalhou no cinema, as sessões eram bastante concorridas, com excessão dos dias de chuva à noite, pois não havia transporte para voltar para casa. E muitas vezes as sessões demoravam mais do que o previsto.

As pessoas vinham da Ponta de Baixo, da Praia Comprida, de diversos lados, mas sempre tinham que voltar a pé, e como não havia ônibus em dia de chuva eles não vinham aqui. E também tinha muita gente na época em que determinados artistas é que faziam o povo ir ao cinema. Então os filmes eram um pouco diferentes dos de hoje, eram mais aqueles filmes que a gente chamava de "capa e espada" que eram os espadachins, os faroestes. E tinha também muito filme de guerra, no pós guerra, né? O americano com a sua propaganda. Geralmente o soldado americano era o mocinho, nunca morria, a guerra sempre era fácil [...] e aos domingos era a matinê, aí tinham os famosos seriados que o pessoal acompanhava, passava por capítulos, passava às quartas feiras e domingos à tarde. Então sempre dava bastante gente [...]. (JOÃO JACÓ)

Como a luz aqui em São José era muito fraca, e não tinha força nenhuma, você tava passando o filme, e o motor de repente já começava a não funcionar mais. Você tinha que interromper. Aí eu descia lá na platéia e dizia "Ó vocês vão ter que ter paciência, a luz não dá mais para virar o motor, vamos esperar que melhore". Aí se você começava 8 hs a sessão, às vezes eram 8:15, 8:30 e você interrompia. O pessoal saía ficava fumando ou conversando na frente do cinema. Quando chegava 9 hs, 9 e pouco, as casas começavam já a desligar a luz e aí melhorava. Eu começava a passar o filme novamente às 9 e meia, às vezes quase 10 hs. Depois botamos um gerador próprio, e aí não dependíamos mais da luz. Não teve mais problema. (risos) (JOÃO JACÓ)

O cinema era ponto de lazer de toda a família, e também dos namorados. Para o Sr. Jacó, os filmes eram somente pretexto para encontrar os amigos, era um espaço de socialização.

Na matinê também, outra coisa interessante aqui da minha época, coisa antiga que ficou muito gravado, foi quando eles inventaram a sessão das moças. Eles passavam filmes bem alegres, musicais ou filmes de comédia. Aí as moças pagavam - vamos dizer se custasse um real - a moça pagava 20 centavos, era alguma coisa assim. Então no dia de sessão das moças estava sempre cheio o cinema (risos), era um meio de atrair o pessoal. Florianópolis também tinha um dia que tinha sessão das moças. E todo o pessoal ia ao cinema, e depois era muito interessante, porque o cinema na época passou a ser um ponto de reunião das famílias. Não era que você ia só para ver o filme, era mais, porque era tudo família que ia assistir. São José era muito pequena, em número de população e as famílias iam e se encontravam no cinema. Era um meio de se reunir e conversar. (JOÃO JACÓ)

A banda de música, hoje Sociedade Musical Josefense, era presença certa em todos os eventos festivos e em finais de semana, no coreto da Praça, doação de Carlos Napoleão Poeta.

[...] Nós temos também a banda de música. Os antigos papéis dela diziam que ela foi fundada em 21 de novembro de 1876, mas não se tem documento algum que comprove. A gente vê que passaram três, quatro, cinco bandas diferentes uma em seqüência da outra, com as mesmas pessoas mas alteravam a denominação dela. Essa que nós temos hoje existe desde 1921. Está em atividade plena e hoje tem um prestígio muito grande. (OSNI MACHADO)

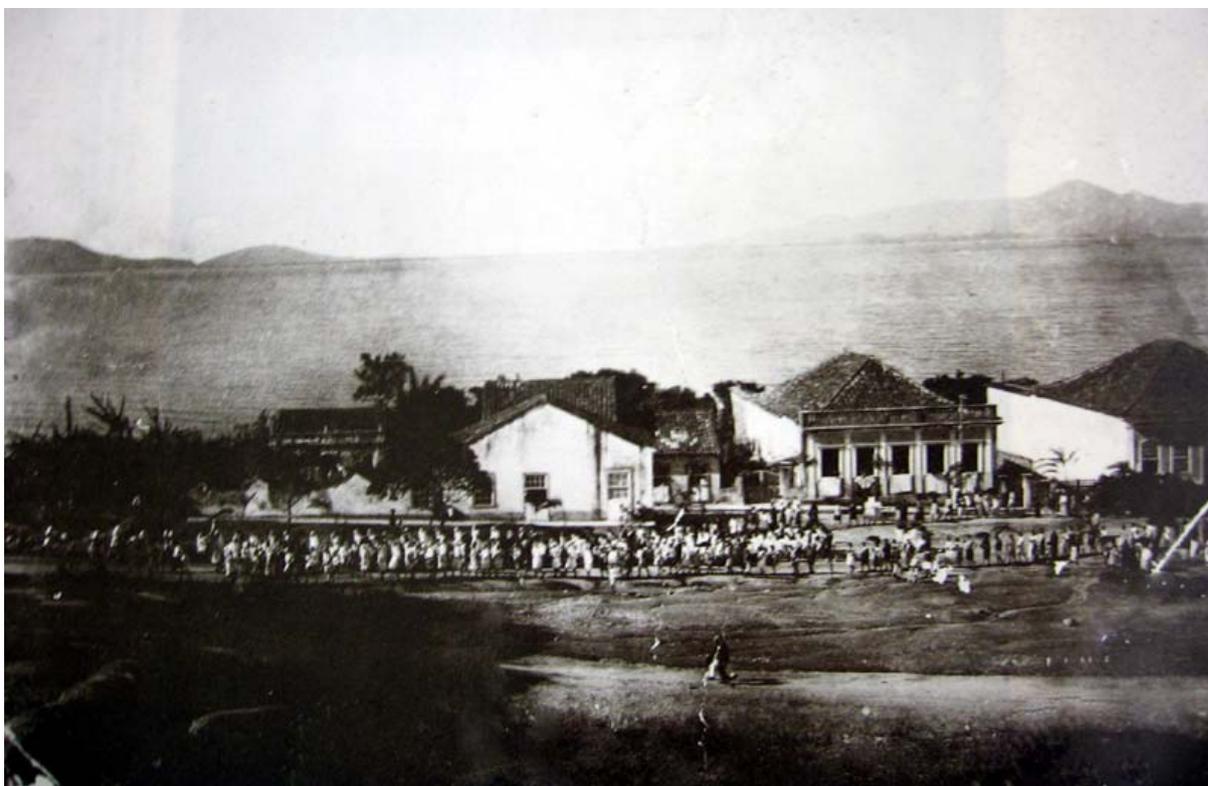
Outros dois pontos de encontro do Centro Histórico nesta época eram o Café Social, do Sr. Benjamin Gerlach, que funcionou no sobrado onde hoje é a Casa da Cultura Estácio de Sá, e o bar do saguão do Cine York, que funcionava no Theatro (fotos 34 e 35). Agregaram as elites e a população local por muitos anos.



Fotos 34 e 35 - O bar do Cine York, em 1925 e o Café Social, em 1930.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

É importante assinalar que os eventos mais intensamente vividos pelos josefenses foram as do calendário cristão, quando as procissões paravam a cidade. As mais lembradas são as procissões de Senhor Bom Jesus dos Passos, São Sebastião (foto 36), Nossa Senhora de Fátima e Santa Filomena, São José e Senhor do Bonfim, entre outras. Esta última era muito prestigiada, talvez por ser a única imagem do santo em Santa Catarina. Muitas pessoas das cidades vizinhas vinham participar da celebração que ocorria em 31 de dezembro e 1º de janeiro.

As procissões aqui de São José sempre foram muito concorridas. Pela colonização açoriana, recebeu uma herança muito forte da religiosidade. A festa do Divino e as procissões eram feitas com toda a devoção, e um acompanhamento de pessoas que vinham de todos os lugares da redondeza [...] tanto a festa do Divino, a festa do Senhor dos Passos, e principalmente a Festa do Bonfim [...] era uma concorrência muito grande. Era uma verdadeira multidão que ficava aqui na Praça. Os ônibus das empresas, até a década de 60, faziam viagens extras, lembro de ver filas enormes de pessoas esperando os ônibus prá irem embora depois das procissões. O Senhor do Bonfim era a maior que tinha. Era uma tradição muito forte [...] era o supra sumo da religiosidade popular. [...] A população ficava até tarde, rezando, conversando com pessoas conhecidas [...] todas as pessoas ficavam esperando e preparando roupa nova para aquele dia. (OSNI MACHADO)



**Foto 36 – Procissão de São Sebastião, em 1929.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.**

Das festas entretanto, outros personagens aparecem na memória, os comerciantes ambulantes. A maneira peculiar de abordar as pessoas e as delícias que vendiam, abrem um enorme sorriso no rosto do Sr. Jacó.

Mas nessas festas existia também - o que desapareceu - diversas pessoas que ficavam famosas pelos quitutes, os doces, as coisas que faziam. O bombocado, aqueles cartuchos com amêndoa, doces, salgadinhos. Eles iam ali prá frente da Igreja e eles armavam não barraquinha, eram uns tabuleirozinhos, e o pessoal ia ali e comprava. [...] Na festa do Espírito Santo, tinha a balinha de côco que era trançado em papel, formavam uma tira. Então o pessoal vendia ali no Jardim. Era gozado porque o nosso Jardim, digamos assim, forma uma quadra com as ruas, ali é onde se fazia o footing. O pessoal ficava andando, e antes de começar as festas ficavam todos no Jardim. As moças andando e os rapazes olhando, começavam a namorar e aquelas coisas. Era interessante aquilo. E o pessoal na festa, prá vender a balinha de côco, dizia "Olha a balinha de côco, quem não chupa fica louco!" Aí tinha a bala de argola também, era uma argolinha: "Olha a balinha de argola, quem não compra não namora!" Faziam os versinhos, prá vender. (JACÓ DE SOUZA)

## A CARIOCA

Como é possível perceber em noticiário da época, o largo da Carioca (foto 37) já era local consagrado de lazer, espaço democrático de todas as família josefenses.

Tinha a carioca que era a fonte de água de toda a região da Praça de São José [...] as pessoas não tinham água encanada, distribuição de água. Então todas as pessoas, de manhã ou no fim de tarde, praticamente se reuniam ali porque iam com seus vasilhames pegar água naquela fonte. E ao lado, então a prefeitura construiu um tanque enorme ali para as lavadeiras lavarem roupa. E o pessoal que lavava roupa era um pessoal mais pobre, digamos assim, mais humilde de São José e morava atrás da Igreja. O pessoal ali é que era prestador de serviço para determinadas famílias aqui [...] só que era muito bem arborizado, tudo muito limpo. E todo o morro não tinha casa, não tinha nada, era pasto e a água era limpa (JOÃO JACÓ)

Em 1939 a reforma em sua infra-estrutura já estava sendo realizada pelo prefeito João Machado Pacheco Júnior. As melhorias previstas para as áreas adjacentes não foram concretizadas. (PHILIPPI, 2003)

Pretende, ainda o sr. Prefeito, alargar a rua que da Praça vai até a cariôca, arborizando-a e colocando bancos de pedra para o visitante refestelar-se após saciar a sede na fresca e cristalina linfa. A própria cariôca, passará por especial reforma e as terras do lado sul e leste que ficam num pitoresco promontório serão transformadas num belo e moderno parque, que servirá para piqueniques, descanso e festas escolares. (Diário da Tarde, 1939, p. 02)



Foto 37 – Carioca e fonte para lavação de roupas, em 1998. Sobreposta, a placa de inauguração.  
Fonte: FARIAS, 2001.

Nesta época o trapiche do Centro (fotos 38 e 39), além da função comercial, também era utilizado como ponto de encontro das famílias e casais de namorados. Na época de carnaval vários blocos faziam um “banho de mar à fantasia”, onde as roupas eram feitas de papel crepom colorido. (PHILIPPI, 2003)

Esse aqui da Praça era coberto e não era muito grande, entre 7 a 10 metros de comprimento e largura de 3 a 4 metros. Tinha a escadinha do lado prá gente subir e era coberto com zinco. E também servia às embarcações que chegavam aí prá descarregar, carregar mercadorias. O outro na Praia Comprida a gente chamava trapiche dos Philomeno. Aquele era grande, não sei se tinha de 20 a 30 metros talvez, uma coisa assim. O lanchão ficava ali do lado, aportado. E todo o transporte deles era feito pelo lanchão. (FERNANDO ROCHA)

Após uma tempestade derrubá-lo nos anos 50, a reconstrução deste importante equipamento ficou na promessa.

Nós temos fotografias dele [trapiche da Sede] da década de 20/30. Ele era da mesma maneira que ele era nos anos 50. Em 1955 ele caiu, deu uma tempestade, derrubou o trapiche, foi parar pedaço dele pela praia, a cobertura dele caiu inteira e a Prefeitura ficou de arrumar, refazer, fazer um novo [...] ficou, anos e anos, uma planta no quadro lá na prefeitura, em exposição. Algumas vezes teve exposição lá no armazém do seu Beijo, mas nunca tiveram iniciativa de refazer, só tiveram a iniciativa de querer refazer. (OSNI MACHADO)

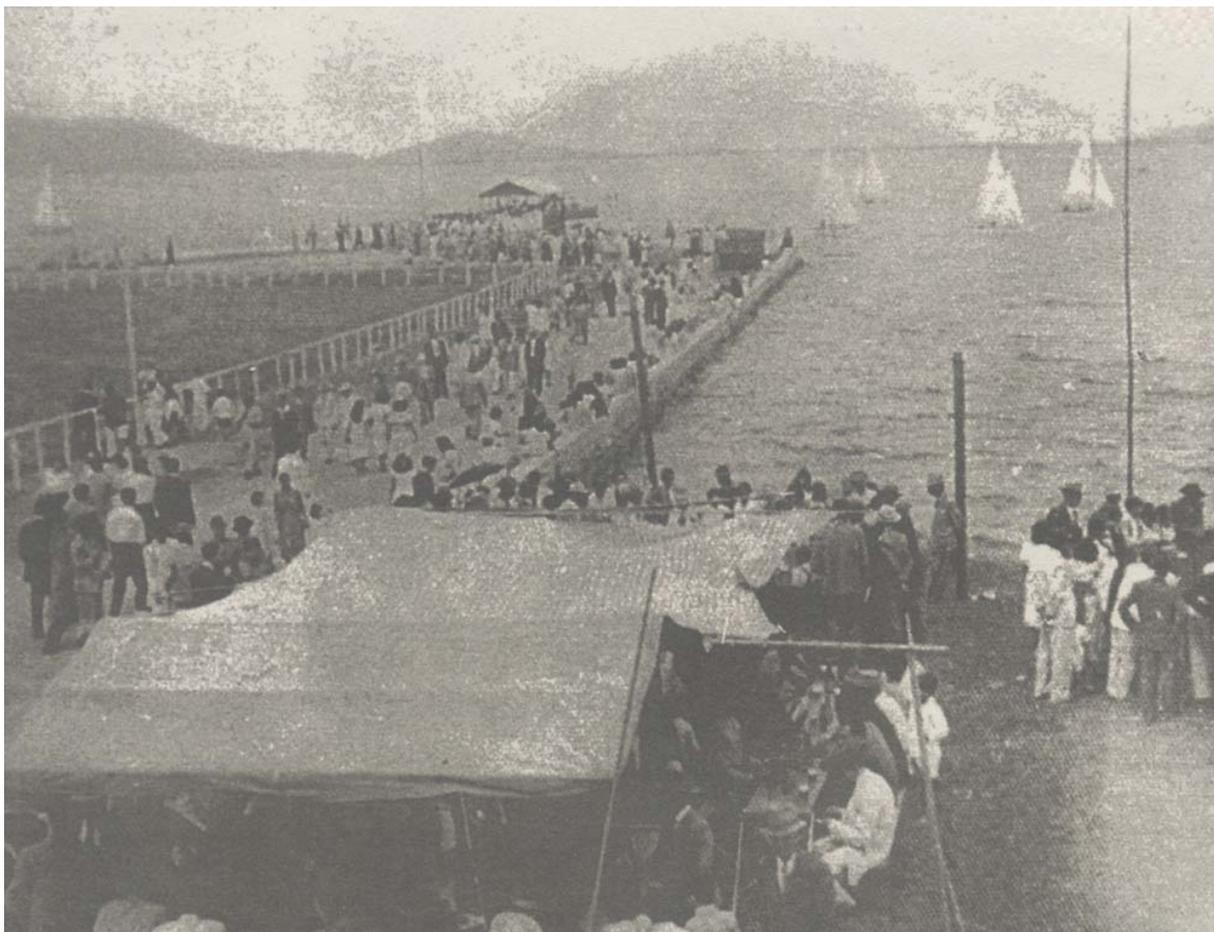


Foto 38 – Um dia de festa e barcos à vela no mar, na década de 30. O trapiche ao fundo.  
Fonte: Acervo de Osni Machado.



Foto 39 – Família reunida no trapiche do Centro Histórico, perto dos anos 30.  
Fonte: Acervo de Osni Machado.

## O FUTEBOL

O futebol, praticado no antigo campo do Ipiranga, onde hoje é a Praça Arnaldo de Souza, era o destino certo de muitas famílias aos domingos. Existiam também o campo de Campinas e de Capoeiras, mas o do Ipiranga era o mais utilizado.

O futebol era no campo da Praça. Desde a década de 20, ele sempre serviu para a prática do futebol e isso era um modo de diversão do povo, praticamente uma das únicas que tinha. No dia que tinha jogo, até mesmo em dia de chuva forte, era uma coisa tão arraigada, que vinha gente de todos os lugares da nossa região, da sede do Município. Então agregou muitas pessoas ali. (OSNI MACHADO)

Pela foto 40 pode-se ter uma dimensão do significado dessa atividade na época, uma forma de lazer barata e acessível.



Foto 40 – Vista da do antigo campo do Ipiranga, em um domingo de jogo. Década de 40.  
Fonte: GERLACH; MACHADO, 1982.

## ANOS 50

As transformações ocorridas neste período, como a abertura de novas ruas, o calçamento das mesmas, a mudança no perfil das habitações, também permanecem na memória dos idosos. É possível verificar uma certa melancolia nas descrições das atividades diárias, das relações de vizinhança e de locais específicos que hoje não existem mais.

As ruas não eram calçadas, eram todas de chão batido. Isso quando dava chuva, e depois secava e dava um vento era um horror nas casas porque era uma poeira, uma sujeira! (risos). Essas ruas começaram a ser calçadas no começo dos anos 50. No começo calçaram em frente à Praça, depois calçaram outra, depois foram calçando a rua geral. Aí é que elas foram arruadas direitinho, o meio fio, teve uma ordem de calçada. Até na frente da banda, tinha uma casa muito antiga ali, ela foi derrubada para arrumar a rua direitinho, mas não foi feito nada, só tem um triângulo ali que é um espaço ocioso sem utilização nenhuma<sup>20</sup>. (OSNI MACHADO)

Durante um período da Segunda Guerra, a notícia de que havia submarinos alemães escondidos na costa brasileira, alterou a rotina das comunidades litorâneas, e São José não fugiu à regra.

Quando começaram eu era guri, deveria ter uns doze anos [...] diversos navios brasileiros foram afundados, eles diziam que eram os alemães, com submarinos, etc. Em praticamente toda a costa do Brasil, o governo determinou o blecaute. Então todas as casas, principalmente nas janelas ou vidraças, tudo era colado, um pano ou um papel, tapado [...] somente em beira de praia. E o meu pai trabalhava na prefeitura, era motorista da prefeitura, e ele ia junto com o tenente do exército, todas as noites, com outros funcionários e percorriam toda esta costa de São José. Começavam em Serraria, Barreiros, até a Ponta de Baixo. Eles percorriam todas as noites para ver se tinha alguma luz acesa. (JOÃO JACÓ)

O comércio vicinal, de primeira necessidade, era praticado de modo extremamente simples, algo inimaginável para os dias atuais em São José.

Interessante que depois da pesca, ou o cara depois que pegava o peixe vinha vender com carrinho de mão, e corria as ruas aqui de São José, ou senão com uma carrocinha. [...] Tanto a venda o leite como o próprio pedido do açougue, ele passava e deixava pendurado na porta, na janela a carne e o padeiro também com a chamada "galiote", carrocinha, também passava e deixava o pão. Você vê como o tempo é interessante [...] é que as pessoas de noite deixavam o saquinho que era prá colocar o pão na porta e ninguém mexia. De manhã o padeiro já sabia que na casa de fulano de tal era tantos

---

20 Hoje, o 'triângulo' citado pelo Sr. Osni faz parte do acesso à nova avenida Beira Mar Continental.

pães, colocava ali, marcava na cadernetinha, final do mês, ia lá acertava, pagava, havia uma confiança maior. (JOÃO JACÓ)

O litoral sul de São José, que vai de Campinas à Ponta de Baixo, era formado por cinco quilômetros de praias. O mar não era poluído e este espaço era ponto de encontro das famílias josefenses. A praia em frente à Igreja Matriz, chamada de praia do Pires, ou prainha, e as chamadas furnas de Campinas eram locais de muitos piqueniques, conhecido também como convescotes.

Outra prática comum era o piquenique nas areias da praia, principalmente nas furnas de Campinas, ou em outros locais que possibilitavam um maior contato com a natureza. As furnas de Campinas era composta por uma grande lage, colocada sobre três pedras, formando um grande salão capaz de abrigar por volta de 100 pessoas. (PHILIPPI, 2003, p. 27)

Na Ponta de Baixo havia também as praias da Ada e da Antonieta. Os banhos de mar e as competições de remo aconteceram pelo menos durante 40 anos, da década de 30 à década de 70, quando as transformações urbanas foram mais acentuadas. (PHILIPPI, 2003)

No período de 1750 a 1970 o Centro Histórico manteve sua morfologia praticamente intacta e sua história confunde-se com o do próprio Município. O Centro (Sede), Praia Comprida e Ponta de Baixo foram os espaços de sociabilidade e de vivência, os palcos para os acontecimentos que ficaram na memória ou que perduram até hoje, materializados nas edificações que teimam em ficar de pé. A partir da próxima década, seriam apenas mais alguns bairros dentro de um emaranhado de vias urbanas de São José. O passado deixaria saudades?

## CAPÍTULO 5 O CENTRO HISTÓRICO DE HOJE (1970 – 2006)

### 5.1 DESCARACTERIZAÇÃO

A partir da década de 70, fase de grandes transformações, quando a cidade começa a expandir seus limites urbanos, o Centro Histórico também sofreu intervenções que descaracterizaram seu conceito de Praça litorânea. A construção do prédio da Prefeitura Municipal, hoje Câmara de Vereadores (foto 41), que dá as costas para o mar, e o Ginásio de Esportes, são os exemplos mais danosos.

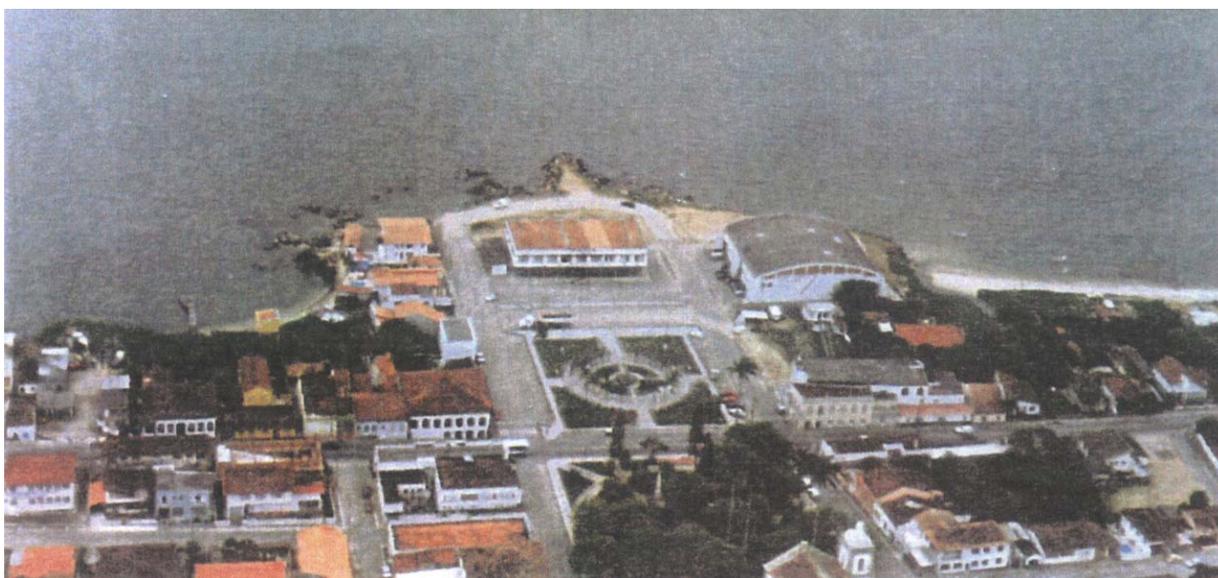


Foto 41 – Vista aérea do Centro Histórico. O prédio da antiga Prefeitura Municipal em construção.  
Fonte: IBGE. 1974 (?)

Até a década de 70 a atual Praça Arnaldo de Souza era um campo de futebol,

muito utilizado pela população. Com a implantação da Prefeitura, a urbanização do entorno foi consequência imediata, acabando com o espaço de recreação. Tentando “compensar” o espaço de lazer que fora tirado dos cidadãos, a municipalidade constrói o Ginásio Municipal de Esportes, obstruindo de vez o contato visual com o mar, mudando a sua relação com a comunidade (fotos 42 e 43). Após a edificação da Prefeitura e do Ginásio e juntamente com outros fatores advindos do crescimento urbano, o lazer à beira mar jamais seria o mesmo.

A construção do Ginásio de Esportes em 1976, em grande parte da Praia do Pires, a privatização de algumas áreas da faixa litorânea, a facilidade para se deslocar para outras praias e, principalmente, a poluição da orla tornou pouco atrativa a permanência do costume nas praias de São José. (PHILIPPI. 2003, p. 25)



**Foto 42 – Vista aérea do Centro Histórico. Década de 90.**  
Fonte: Acervo da autora.



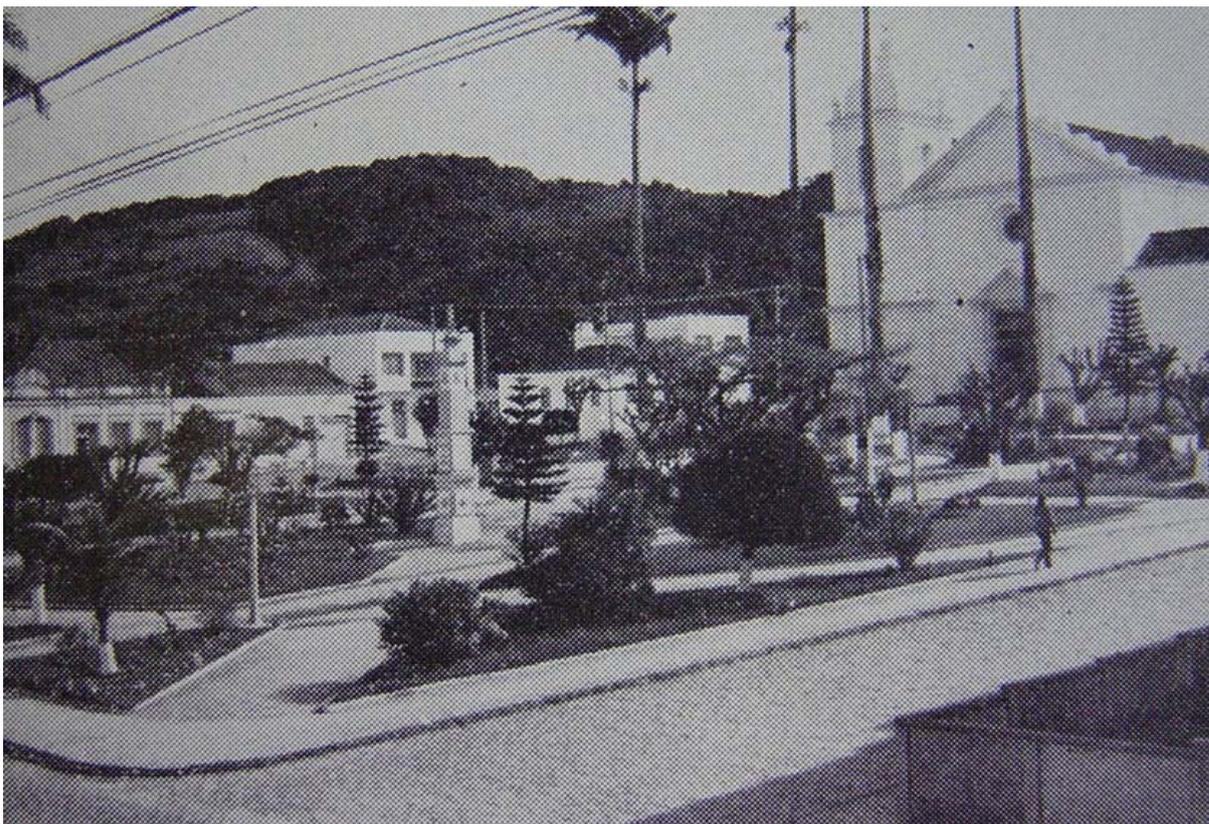
**Foto 43 – Vista do Centro Histórico a partir do mar em 2001. Notar a imposição do prédio da Câmara e do Ginásio de Esportes na paisagem.**  
Fonte: Acervo da autora.

Até a atividade das lavadeiras, que trabalhavam na centenária carioca, foi sendo extinta juntamente com as novas tecnologias. Mas os loteamentos, que agora cercavam o Centro Histórico, fizeram com que a finalidade da fonte de servir água potável gratuitamente, também acabasse.

Quem usava mais eram as lavadeiras. [...] Imagina de 5 a 8 mulheres, todo os dias lavando roupa, cantando, gargalhando, soltando piada, fazendo fofoca. Dava prá ouvir a algazarra lá da ponta da rua. [...] aquilo ali durou até começo de 1970. É que todos esses morros aqui foram sendo loteados, e foram construídas casas novas, mas para construir eles passaram máquinas de terraplanagem. Então, toda a estrutura do terreno do morro era pasto, mas era todo arborizado e todo esse material prendia a terra. A chuva quando descia era só água, quando muito um pedaço de madeira. Quando eles começaram os loteamentos é que cortaram toda essa estrutura de proteção da terra, e nas enxurradas o que descia era lama, barro, pedra. Isso tudo descia com toda a força, e foi acabando com o tanque [...] já tinham poucas lavadeiras e foi se acabando. (OSNI MACHADO)

As alterações de funções de alguns espaços consagrados no cotidiano josefense, seria o ponto chave para o início de uma nova dinâmica urbana. Atingem inclusive as manifestações religiosas, que declinam a partir deste período, sendo particularmente sentida a transferência da data da procissão do Senhor do Bonfim em 1977. De 1º de janeiro, uma data simbólica e de confraternização, passa para novembro, fazendo com que perdesse o sentido para a maior parte da população. O patrimônio imaterial vai se perdendo, e o espaço, o seu aspecto lúdico.

A privatização da área pública localizada ao lado do Theatro Municipal na década de 70 (foto 44), fecha o quadro das transformações urbanas da década de 70. O parcelamento foi destinado às atividades comerciais voltados para as vias principais e residenciais nas demais. Em uma das esquinas o terreno continuou público, onde foi erguida a Escola Profissional Feminina.



**Foto 44 - Praça Hercílio Luz, com as ruas pavimentadas. No canto inferior direito, os tapumes da construção de edifício comercial sobre a antiga área pública.**  
**Fonte: IBGE, 1974 (?)**

## ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL

No ano de 1985, com o Plano Diretor de Uso do Solo, o Centro Histórico passa a ser regulado como Área de Preservação Cultural (APC) e Área Mista de Serviços (AMS) – esta restrita à faixa da orla marítima. Para a APC, as diretrizes para construção dentro do conjunto urbano são limitadas, como pode ser visto no primeiro parágrafo do artigo 173 (PDSJ, 1985)

§ 1º - Nas novas construções ou de modificação das construções existentes fica subordinada à prévia verificação da harmonia dos projetos com as construções já existentes, respeitadas as seguintes características da arquitetura tradicional:

- I - volume e altura das edificações;
- II - coberturas e prolongamentos dos telhados;
- III - relações entre cheios e vazios;
- IV - proporção das aberturas (portas e janelas);
- V - materiais;
- VI - cores dos revestimentos exteriores.

Esta forma demasiadamente generalizada de legislação tende a deixar

brechas para ao seu não cumprimento e na prática, para a implantação de pastiches, sobre o que será discutido no sucapítulo 5.3. Degradações do espaço urbano. Já as observações acerca dos tombamentos a serem feitos posteriormente, estão em seu Artigo 174, que determinava critérios de avaliação do bem, desde o valor arqueológico, passando pelo risco de desaparecimento, até a possibilidade de uso para fins de lazer, cultura, ou administração pública. (SDU, 1985)

Entre as diretrizes, encontrava-se a utilização dos controles de uso do solo “de modo a preservar, recuperar e aproveitar racionalmente o patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural do Município.” (SDU, 1985) Ou seja, dentro de um plano geral, o patrimônio cultural teria sua preservação assegurada, mas dentro da Lei de Uso do Solo, as regras para construção de novas edificações para a Área de Proteção Cultural (APC), onde o Centro Histórico está inserido, não são específicas. E além disso, a orla marítima está configurada como área mista de serviços, gerando um possível conflito de usos.

Em 1979, o Poder Público e a Fundação Catarinense de Cultura fecharam um acordo para uma reforma geral do Theatro (foto 45). Após funcionar em 1955 como Cine York e até 1979 como Cine Rajá, a edificação volta ao seu princípio, somente para peças teatrais. Foi reinaugurado em 1981, com o nome de Theatro Adolpho Mello e hoje, continua a executar a mesma função. Também em 1981 foi restaurada pela administração municipal a Casa de Câmara e Cadeia (foto 44). Uma reforma anterior, já havia modificado todas as aberturas do térreo e substituído as telhas originais por telhas francesas. (GERLACH; MACHADO. 1982)



**Foto 45 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia e Theatro em 2006.  
Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.**

Os anos 80 e 90, foram de crescimento populacional. Economicamente, a Ponta de Baixo, devido à profusão de restaurantes e bares, transformou-se no ponto gastronômico e turístico de São José. Na Praia Comprida a inserção do Conjunto Habitacional e do Hospital Regional de São José dinamizou a estrutura local. Pequenas atividades de comércio e serviços espalham-se por todo o bairro, destacando-se as revendedoras de automóveis.

No ano de 2001, com a transferência do Poder Administrativo e Judiciário de São José, o prédio da Prefeitura passa a abrigar a Câmara de Vereadores. O Casarão que abrigava a Câmara foi alugado para a Casa de Cultura Estácio de Sá, (foto 46) que ali ministrou cursos de artes e possuiu atividade gastronômica até o ano de 2006. Esta mudança de funções altera ainda mais a dinâmica do Centro Histórico, pois a falta de incentivos às atividades culturais não mantém a urbanidade desejada.

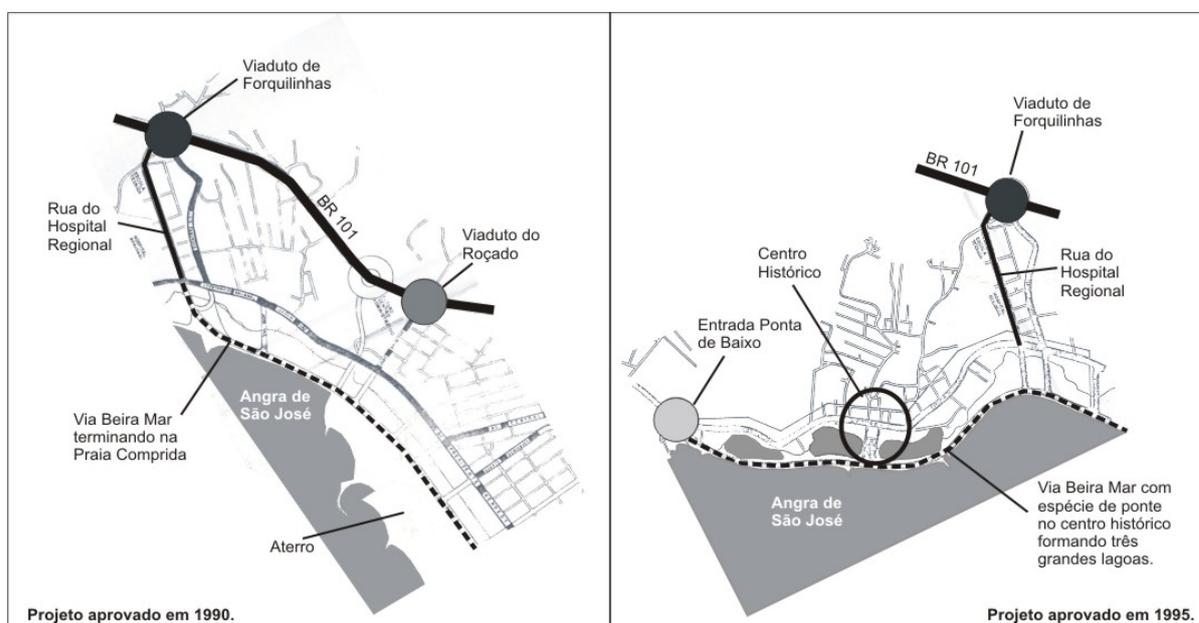


Foto 46 – Casario ao lado da Igreja Matriz, em 2006.  
Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.

No mesmo ano, o papel do Centro Histórico dentro da cidade foi alvo de questionamentos quando o projeto da Avenida Beira Mar, aterrando quase completamente a faixa litorânea sul, causou grande repercussão.

## 5.2 A BEIRA MAR CONTINENTAL

A idéia de se fazer vias de acesso sobre um aterro em São José, vem pelo menos desde o ano de 1990, quando o então prefeito Diocesles Vieira, pediu a aprovação do projeto de Aterro da Praia Comprida, elaborado pelo escritório 'Ofício de Arquitetura e Construção' e regulamentado depois pela Lei nº 2.263, de 3 de julho de 1991, que “autoriza a execução e dispõe sobre o tratamento espacial do aterro da Praia Comprida”. No entanto, este projeto não alcançaria o Centro Histórico, indo do Rio Araújo, limite entre São José e Florianópolis, até a altura da entrada para o Hospital Regional, funcionando em sistema binário. (ASCENSÃO, 2001, p. 11). Mais tarde, o projeto oficial foi modificado e aprovado pela Lei 2.807 de 24 de agosto de 1995. A nova proposta previa a passagem da via pelo Centro Histórico, afastada da costa, formando três enseadas até a entrada da Ponta de Baixo (ver figura 8). (ASCENSÃO, 2001, p. 12)



**Figura 8 – Propostas para avenidas litorâneas em São José, aprovadas nos anos de 1991 e 1995.**  
 Fonte: ASCENSÃO, 2001.

No ano de 1998, na gestão do prefeito Dário Berger, foi apresentada à comunidade a maquete do novo projeto do aterro da Beira Mar Continental. Sua proposta difere das anteriores, por aterrar a orla marítima por completo, desde o

bairro Campinas, até Ponta de Baixo, passando pelas áreas históricas de Praia Comprida e Centro Histórico (figura 9).



**Figura 9 – Maquete da proposta para o aterro da beira mar Continental.**  
**Fonte: FARIAS, 2001.**

Desde então surgiram questionamentos acerca da validade da proposta, bem como do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que a estava viabilizando. A primeira versão deste EIA, datado de 1988, apresentava estudos sobre os expressivos imóveis que formavam o conjunto arquitetônico do Centro Histórico. Mas, curiosamente, o EIA definitivo de 1999, suprime parte substancial dos textos, levando à “superficialidade do estudo, ou melhor, à inexistência de análise sobre o patrimônio do Centro Histórico”. (ASCENSÃO. 2001, p. 33) Dalmo Vieira Filho, superintendente regional do IPHAN, em Parecer Técnico sobre a implantação da Avenida Beira-Mar, argumenta:

[...] é importante destacar que a possibilidade de solução de projeto urbanístico que permita a continuidade da convivência da orla tradicional de São José, será de grande significância para o futuro da área e do centro histórico do Município. [...] Na área histórica [...] repleta de pequenas enseadas, consideramos que seria desejável o afastamento da estrutura viária, que homogeneiza a orla, virtualmente destituindo-a do valor natural associado ao processo de ocupação litorânea da região da Ilha de Santa Catarina. [...] Praça, igreja e mar eram os elementos estruturadores das implantações urbanas criadas ou consolidadas pelos imigrantes açorianos, constituindo-se e, verdadeira “marca registrada” das cidades catarinenses dos séculos XVII e XVIII. (VIEIRA FILHO, 2002)

Na Análise Sócio-Ambiental da área de influência do aterro, o EIA cita o Centro Histórico como área de preservação cultural, referenciando o momento da colonização, os casarios e seu aspecto pacato e sossegado na atualidade. Apesar da generalidade, as observações por si só deveriam constatar a inadequação do projeto viário, que anularia a preservação do ambiente com um aterro e um sistema viário super dimensionado. O EIA também não examinou os problemas sociais, como conflitos de uso do solo, de identidade visual, de planejamento, destruição de

edificações e monumentos, entre outros. (ASCENSÃO. 2001)

A omissão do Estudo de Impacto Ambiental atingiu ainda o patrimônio natural, através da insuficiência na avaliação do impacto sobre os bens costeiros, como praias, baías, enseadas e promontórios, contando apenas com um dossiê fotográfico das áreas afetadas. Do ponto de vista ambiental, o aterro utilizado no Projeto Beira Mar Continental, chamado enrocamento, onde blocos de pedra fazem o limite com as águas, pode vir a causar diversos impactos. “As marés de refluxo poderão formar bancos de areia, ocasionando sérios riscos à navegação marítima; nos períodos de fortes ventos e de maré alta, as ondas poderão ter um grande poder de destruição, podendo afetar outros ecossistemas marinhos”. (SILVA. 2003, p.10)

Além disso, havia problemas de ordem legal, pois o Plano Diretor vigente não previa aterros em São José, a obra não tinha permissão do Serviço de Patrimônio da União (SPU) e o que é pior, não havia um projeto urbanístico aprovado para o aterro. (ASCENSÃO. 2001) Assim, sem saber “porque o EIA/RIMA não analisou os efeitos negativos do projeto, de conformidade com a situação real, tendo em vista a dimensão da obra e a grande importância do ecossistema marinho e do patrimônio Histórico-Cultural” (SILVA. 2003, p. 6), foi inevitável suspeitar da legalidade de todo o processo. Houveram inúmeras tentativas infrutíferas de obter respostas de uma forma direta, através de reuniões com os (ir)responsáveis pela obra. Após obter o licenciamento ambiental do IBAMA, os trabalhos do aterro iniciaram em 2000 e a única forma de paralisá-los foi por meio judicial, através de Ação Popular. Os autores (entre os quais esta pesquisadora se inclui) são moradores josefenses, muito deles residentes no Centro Histórico. Os acusados são o Município de São José, o prefeito Dário Elias Berger e o IBAMA. A Ação pedia o embargo da obra para a região que compreende a Praia Comprida, Centro Histórico e Ponta de Baixo, todas com destacada importância histórica e ambiental.

Inicialmente, a 1ª Vara de Florianópolis, através da Juíza Marjôrie Cristina Freiburger Ribeiro da Silva, decidiu pela continuidade da obra através do indeferimento da Ação. Mas através do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª

Região, com sede em Porto Alegre (RS), a liminar foi concedida em favor aos autores. Como era esperado, antes da decisão judicial as obras eram tocadas muito rapidamente. Na data do embargo dois terços do aterro já tinham sido executados, chegando muito próximo ao Centro Histórico (ver foto 47). No ano de 2004 a obra foi concluída no trecho não embargado, cercada de problemas técnicos e legais.



**Foto 47 – Foto aérea de parte da área histórica e o “enrocamento” do aterro no alto à direita. 2001.  
Fonte: SDU, 2001.**

Em abril de 2006 as partes envolvidas na Ação Popular foram chamadas para uma tentativa de acordo. Os autores pediram aos representantes da Administração Municipal que apresentassem outras alternativas viárias que não atingissem o Centro Histórico e lembraram ao juiz de que o Novo Plano Diretor, ainda não aprovado, sequer menciona a referida avenida. Ou seja, não respalda a continuação do aterro, concluindo não tratar-se de obra benéfica para São José, como veremos a seguir.

## A PROPOSTA E A REALIDADE

O Projeto da Avenida Beira Mar tem por justificativa os seguintes pontos, a serem discutidos: a) Solucionar problemas de trânsito; b) Solucionar os problemas de integração entre os bairros da cidade e entre os Municípios vizinhos, c) Solucionar o problema de espaços públicos e d) Retomar a 'relação com o mar'.

Com relação ao trânsito, temos o seguinte panorama: o sistema viário da área afetada pelo aterro, é composto principalmente pela Av. Presidente Kennedy e as ruas que fazem a sua continuação até a Ponta de Baixo. O fluxo maior de automóveis se dá no Distrito de Campinas, onde a Av. Presidente Kennedy faz o escoamento para as ruas secundárias e para a Av. Central do Kobrasol. O fluxo na Praia Comprida também é intenso, mas talvez mais por ser uma espécie de 'corredor de ônibus', o que torna o tráfego lento. No Centro Histórico este tráfego é incomparavelmente menor.

A falta de integração entre as cidades vizinhas é visível, mas advém da falta de um planejamento urbano que conte com a participação de todas, como já foi discutido anteriormente. Na pior das hipóteses, ainda temos a BR 101, que está duplicada neste trecho e possui vias de escoamento lateral, para a comunicação com Palhoça e Biguaçu. Com Florianópolis temos a BR 282, aí sim, mais problemática.

Entretanto, o projeto original propunha resolver estas duas questões através da execução de vias rápidas de circulação pelo aterro, com três pistas de rolamento cada uma. Em uma extremidade, terminaria na BR 282, já em Florianópolis, e na outra em um entroncamento na Ponta de Baixo, em São José. Neste ponto, o projeto foi bastante infeliz. Em primeiro lugar, pela *falta de planejamento integrado*. A Capital simplesmente rejeitou o Projeto e não se dispôs a realizar o trecho que passaria em seu território. Assim, uma das ligações estava comprometida. Em segundo lugar, a ligação com a Ponta de Baixo era uma proposta absurda: seis pista de rolamento desaguando em um entroncamento de vias simples. A outra ligação

(onde está aqui a integração com Palhoça?) também estava comprometida.

A problemática dos espaços públicos de uso coletivo em São José é antiga, mas talvez a solução mais adequada, para uma cidade com uma área urbana tão densamente povoada, seja a a implantação de Praças de bairro, com todos os equipamentos necessários para a sua vitalidade. A proposta da Beira Mar como parque, contém um espírito segregador do ponto de vista social, pois beneficia somente as populações mais próximas, que são as que possuem o maior poder aquisitivo.

Finalmente, o contato com o mar. Historicamente, a cidade de São José foi construída 'de costas' para o mar, pois até há menos de um século, a orla era considerada um espaço desprezível, deixada para os escravos e o lixo das casas. Isto fica bastante claro no Código de Posturas, instituído em 1868. Em um dos capítulos, denominado Asseio, o artigo 57 (p. 78), determina:

Os despejos de águas servidas, lixo ou quaesquer imundicias, e o das meterias fecaes, serão feitos no mar, e só de noite depois do toque de recolher. Os contraventores, sendo livres, incorrerão nas penas do artigo antecedente [4\$000 réis] e sendo escravos, sofrerão trez dias de prisão, além do pagamento da metade da multa estabelecida no referido artigo.

Somente em meados do século XX as praias seriam mais utilizadas pelas famílias, e em São José, principalmente próximas ao Centro Histórico onde havia a maioria das construções. E é justamente quando a relação homem-mar é ampliada que o crescimento da cidade passa a interferir.

Coincidentemente, o ato de maior negligência com o mar partiu da própria municipalidade, ao construir, na década de 70, o prédio da Prefeitura e do Ginásio de Esportes, de costas para o mar. Até hoje, os fundos destas construções são degradadas e perigosas. A municipalidade é reponsável ainda por permitir novas construções nas faixas lindeiras e não aplicar recursos em saneamento básico, propiciando a poluição do mar. Ou seja, ao contrário do que afirma o Estudo de Impacto Ambiental, em uma tentativa de culpar a população pela poluição da orla marítima, o Poder Público contribuiu tanto quanto qualquer um neste processo da

perda de contato com o mar. (SILVA, 2003) Mas que tipo de contato esta obra tenta resgatar? E para quem?

No ano de 2003 o projeto de urbanização apresentado pelo Município, concebido sem licitação ou Concurso Público, foi desenvolvido pela equipe da arquiteta Leonor Hatmann. De tão incoerente provocou reações contrárias, pois, além de não haver integração com a cidade, foi considerado, entre outras coisas, de custo extremamente elevado para a atual situação econômica. Na área histórica, a privatização e a elitização do espaço é clara, ao incentivar a especulação de hotéis e marinas de luxo (figura 10). Para Silva, “conclui-se que a pretensão do Poder Público Municipal é aterrar toda a orla marítima para que a iniciativa privada utilize aquele nobre espaço criado e passe a gerar recursos para a Prefeitura. “ (SILVA. 2003, p. 6)



**Figura 10 – Planta de parte da proposta urbanística da arquiteta Leonor Hatmann para a Beira Mar. Marcado com um círculo, o término de seis pistas de rolamento em apenas uma, na Ponta de Baixo. Fonte: ASCENSÃO, 2001.**

Este tipo de intervenção, baseado em aterros sobre áreas de marinha não é novidade no planejamento urbano, mas quase sempre gera conseqüências indesejáveis e previsíveis, como a reserva de mercado do solo o que era para ser público torna-se privado. É a necessidade de concentrar sobre os espaços o maior número possível de atividades, visando obter a maior renda, tendência essa que gera alta especulação imobiliária nos centros, e levanta a questão da preservação do patrimônio, já que muitos prédios históricos deterioram-se onde há terrenos de alto valor a serem explorados.

Em São José isto é claramente visível. Após o aterro, muitos moradores tiveram suas propriedades compradas por construtoras, que exibem seus nomes em placas e tapumes, principalmente no bairro Praia Comprida. Outros privilegiados comerciantes já “tomaram” sua parte no aterro e fizeram o estacionamento de seus estabelecimentos à beira mar. O supermercado Bistek, por exemplo, além de gerar o fechamento de vários pequenos comércios locais, foi beneficiado com um estacionamento aberto na área pública (foto 48).



**Foto 48 - Beira Mar na Praia Comprida. Destaque para o supermercado Bistek. 2006.  
Fonte: Acervo de Marcelo Pinheiro.**

Mas o que mais impressiona, neste mesmo supermercado, é o fato de que, surpreendentemente, não possui entrada exclusiva para pedestres. Qualquer

pessoa é obrigada a entrar pelo estacionamento coberto, junto aos automóveis. Ou seja, o morador local, consumidor que faz diariamente pequenas compras na padaria ou açougue deste estabelecimento, foi completamente negligenciado.

A parte do aterro executado até o ano de 2006, mudou em parte o seu projeto viário, para adequar-se ao embargo, ficando somente três pistas de rolamento, no sentido sul-norte. São insuficientes as ligações com o restante da cidade e suas avenidas são muito pouco utilizadas para desafogamento do trânsito. Segundo Jacobs, acerca das vias expressas, estas

são sempre apresentadas como um instrumento para desviar os carros de outras ruas e, portanto, aliviar o tráfego de outras ruas. [...] esquece-se de levar em conta o provável destino, fora da via expressa, desse fluxo maior de veículos. Em vez de servirem de via de passagem, as vias expressas urbanas servem quase sempre de desaguadouros. (JACOBS. 2000, p. 408)

No caso de São José, a obra tornou-se, na linguagem do povo, 'uma ligação do nada com lugar nenhum'. Em contrapartida, os pedestres, principalmente do Kobrasol e Campinas, se apropriam do espaço público das mais diversas maneiras, para a contemplação, o esporte e o lazer. A gestão atual, do prefeito Fernando Elias, em parceria com o Governo do Estado construiu um "Centro Multiuso" (ver foto 49) dando uma funcionalidade a mais ao projeto. Foi inaugurada também a "Cidade do Idoso", ainda pouco utilizada. Há necessidade de equipamentos de suporte para todos os usuários. O restante da comunidade josefense, com pouca acessibilidade ao aterro, continua sem áreas de lazer próximas aos seus bairros.



**Foto 49 – A Beira Mar no Kobrasol e Campinas. Destaque para o Centro Multiuso. 2006.  
Fonte: Acervo de Marcelo Pinheiro.**

A obra da avenida Beira Mar promoveu, já no ano de 2001, a formação da Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme, constituída por autores e não autores da Ação Popular. A entidade tem como objetivo a preservação, conservação e projeção dos aspectos sócio-culturais do Centro Histórico. Desde o início, a Associação tenta resgatar os valores culturais de São José, uma tarefa que tem se mostrado mais difícil do que o imaginado. Foram confeccionados boletins informativos, proferidas palestras e realizados encontros periódicos, abertos à população, a fim de divulgar a importância do patrimônio josefense. Mas a negação ou a falta de conhecimento do Centro Histórico, aliada ao desgaste gerado pelo constantes conflitos com a municipalidade, deixaram marcas. Ainda assim, a Associação persiste, participando ativamente de projetos relacionados ao desenvolvimento urbano da cidade, como o novo Plano Diretor e a Conferência da Cidade, além de atuar como agente fiscalizador. Esta fiscalização refere-se a todas as formas de degradação do espaço urbano do Centro Histórico, desde o acúmulo de lixo à demolição dos casarios, fatos que infelizmente têm contribuído para a sua descaracterização.

### 5.3 DEGRADAÇÕES DO ESPAÇO URBANO

A degradação com o qual convive o Centro Histórico, que acumula problemas de limpeza, segurança e principalmente de manutenção pode provocar uma reação de estranheza para pessoas de fora da cidade. O fato, é que este espaço, praticamente o único de apelo turístico urbano, têm sido relegado para segundo plano pelo poder público quando o assunto é conservação. Figueiredo lembra que “atualmente, o desenvolvimento urbano apresenta um processo de perdas de referências, através da degradação do ambiente, tanto natural como construído. Estes referenciais sofrem um processo de deterioração e destruição física e social que se manifesta pela compreensão, algumas vezes tardia, da importância da preservação do passado.” (FIGUEIREDO. 2005, p. 141)

A Praça Hercílio Luz foi o único espaço público a passar por uma limpeza no ano de 2006 (foto 50). Sendo o coração do Centro Histórico, concentra a carga memorial mais querida e faz até hoje o papel de espaço de contemplação e de sociabilidade. No ano de 2005, entretanto, o panorama era de abandono, um emaranhado de galhos de árvores e plantas parasitas. Ainda hoje interfere na relação visual com a Igreja Matriz. Este visual da Praça reflete também na atitude da população, que também não assume a sua cota de responsabilidade. As comparações com o passado são inevitáveis.

Aqui na pracinha tinha o campo de futebol e tinha o nosso Jardim [Praça] que era muito bem cuidado, por um jardineiro famoso. E principalmente aquela parte de cedro, ele fazia muita arte com aquilo, ele fazia desenhos de animais ou de fruteiras, cuidava muito daquilo. Então o jardim era considerado, diziam, um dos mais bonitos de Santa Catarina. Hoje talvez seja um dos mais feios, abandonado. (JACÓ DE SOUZA)

A Praça Arnaldo de Souza (foto 51) serve mais para estacionamento. Reformada em 2000, recebeu um chafariz com a tentativa de humanizá-la, mas o mesmo nunca está ligado. Atrás da Câmara de Vereadores (foto 52), e de frente para o mar, as calçadas e os bancos estão com rachaduras, ônibus ficam estacionados e o lixo acumulado. São todos espaços que deveriam incentivar o uso e a integração da população, mas atraem naturalmente a marginalidade.



**Foto 50 – Praça Hercílio Luz em 2006, após a limpeza de suas árvores. Apesar da boa aparência, seu mobiliário também está degradado. Notar ‘barreira’ visual da fachada da Igreja Matriz.**  
**Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.**



**Foto 51 – Praça Arnaldo de Souza no ano de 2006, com seu chafariz desligado.**  
**Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini**



**Foto 52 – Fundos da atual Câmara Municipal. Notar ônibus estacionado, monte de areia, bancos e passeio quebrados. 2005.  
Fonte: Acervo da autora.**

Além disso acumulam-se funções em espaços que estão impróprios. A Biblioteca Municipal não é informatizada e nem climatizada. Seus livros são doações feitas pela comunidade, a maioria dispensável e sem condições de uso. Não há acervo de mapas, nem de fotografias, que ficam no Arquivo Histórico Municipal. O Arquivo, por sua vez, ocupa a mesma edificação onde há um bar, com instalações também precárias (foto 53).



**Foto 53 – O prédio do Arquivo Histórico Municipal e bar, em 2005.  
Fonte: Acervo da autora.**

Não bastasse a destruição do patrimônio arquitetônico, o Centro Histórico

também enfrenta a problemática dos pastiches (foto 54). Há casos mais difíceis, com a reprodução de casarios coloniais, mas também um caso onde o acúmulo de adornos transformaram uma construção em algo parecido com uma estranha capela. Isto demonstra que há algo errado nos trâmites de aprovação de projetos junto à prefeitura municipal. Se há uma lei em vigor que descreve a área como de Proteção Cultural, há uma nova lei a ser aprovada que define esta mesma área como de Interesse Histórico Cultural, e ambas definem uma série de restrições às novas construções, mesmo que de forma generalizada, não há porque aprovar tais aberrações arquitetônicas. Mas, claro, não há, definitivamente, fiscalização. Sobre a construção destas “mentiras” arquitetônicas, e dos projetos de restauros em monumentos históricos, Choay argumenta:

Pensava-se que eram universalmente reconhecidas as regras de restauração formuladas por Boito, em especial aquela que manda indicar de forma clara todas as intervenções modernas (...). Todos esses princípios, regras e preceitos, devidamente argumentados e refinados nos últimos cem anos, pareciam estar plenamente estabelecidos, fora de qualquer questionamento. Mera ilusão. Reconstituições ‘históricas’ ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornaram-se formas de valorização correntes. (CHOAY. 2001, p. 213)



**Foto 54 – Dois casos de pastiches no Centro Histórico em 2006.  
Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.**

No tocante a novas construções no Centro Histórico, o próprio poder público cometeu um erro na construção de uma edificação no ano de 2003, para abrigar um posto de saúde e uma delegacia da mulher. O projeto e o espaço não eram adequados por vários motivos, mas é interessante observar o descompromisso da

municipalidade com a sua própria história. Localizado junto à Praça Arnaldo de Souza, poderia ter explorado uma nova arquitetura, coerente com o contexto da área histórica. Mas o partido arquitetônico remete a um estilo antigo, principalmente em seus arcos frontais e cobertura (foto 55).



**Foto 55 – A edificação do Posto de Saúde e Delegacia da Mulher, em 2005.  
Fonte: Acervo da autora.**

A adequação de arquiteturas históricas à função comercial também têm sido mal interpretada por seus proprietários. Para chamar atenção para os seus estabelecimentos, utilizam cores muito intensas e agressivas visualmente, como na foto abaixo.



**Foto 56 – Casario do século XIX, em ampliação para adequação à função comercial, com pintura contrastante. 2006.  
Fonte: Acervo da autora.**

Hoje, a única edificação particular que segue normas de restauro é o Casarão

dos Neves (foto 57), prestes a transformar-se na nova sede da Fundação de Cultura e Esportes de São José. Foi contratado um profissional especializado para a realização do projeto, e o seu proprietário é defensor do patrimônio arquitetônico da cidade. É uma exceção, não somente pela consciência da importância do bem, mas pelo proprietário possuir condições de bancar este tipo de obra, sem o incentivo fiscal que a municipalidade poderia oferecer. E também há o valor, que aqui é de uso e não de troca. Aparentemente, não há a intenção de patrocinar uma restauração visando uma venda posterior e a acumulação de capital, mas sim adequar para uma função que faça parte do cotidiano da comunidade local.



**Foto 57 – Casarão dos Neves inserido no conjunto urbano, no ano de 2005.  
Fonte: Acervo da autora.**

O fato é que há muitos modos de degradação e um patrimônio arquitetônico, e a falta de função pode ser fatal para a ambiência urbana. Jacobs (2000), ao investigar a questão urbanística das cidades norte-americanas, diz que, para compreendermos a cidade é preciso admitir de imediato as combinações ou as

misturas de usos, e sugere a diversificação das funções urbanas, além da valorização de esquinas e percursos, e o uso de edifícios variados e de diferentes idades. Estas propostas são fundamentais e estão diretamente relacionadas à vitalidade urbana ou urbanidade. Para Jacobs “sem isso, a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados. Ela fracassa na geração de algo social, cultural e economicamente maior do que a soma de suas partes constitutivas”. (JACOBS. 2000, p. 181).

Os usos, ou a falta deles (foto 58), é uma problemática que atinge não somente os casarios, mas toda a área do Centro Histórico. Há uma edificação comercial praticamente toda abandonada, onde funcionavam barbearia e papelaria, por exemplo. Onde antes era o Banco BESC, foi transformado em Academia Josefense de Letras, após muitos anos sem uso. A atual Casa de Cultura Estácio de Sá, já abrigou três funções comerciais distintas na sua gestão. Ou seja, há uma perda na dinâmica urbana como um todo. Nem sempre a chegada de uma nova função resiste ao movimento tão pouco intenso que se instalou no Centro Histórico.



**Foto 58 – Construção histórica abandonada na Praia Comprida em 2005.  
Observar a transformação da fachada e a parede que começa a ruir.  
Fonte: Acervo da autora.**

A perda da vitalidade resulta também na perda dos saberes. A falta dos

rituais, das festas, do encontro, interfere na manutenção do patrimônio imaterial. Um exemplo disto foi a necessidade de implantação da Escola de Oleiros, em 1992, única no Brasil a difundir a modelação da argila em roda de oleiro. Os filhos dos oleiros já não se interessam mais pela profissão dos pais, e a herança cultural está ameaçada. Com a criação da Casa, entretanto, este saber fazer vêm ganhando novos adeptos, e mesmo que a venda dos produtos não seja mais em larga escala, a atividade ganha uma nova chance de sobrevivência. Mas entenda-se, foi necessária a criação de toda uma infra-estrutura para tal.

Os vários tipos de degradação, tanto os referentes às construções (como na foto 59) quanto às do ambiente urbano do Centro Histórico, acabam por afastar a população, que poderia se apropriar dele de uma forma mais intensa e consciente. Para Figueiredo (2005, p. 141)

Atualmente o desenvolvimento urbano apresenta um processo de perdas de referências, através da degradação do ambiente, tanto natural como construído. Estes referenciais sofrem um processo de deterioração e destruição física e social que se manifesta pela compreensão, algumas vezes tardia, da importância da preservação do passado. Todos os elementos, quer sejam conjuntos arquitetônicos, ruas, praças, áreas verdes, edifícios isolados, compõem o patrimônio cultural e ambiental de um povo. Porém não deve perder a noção predominante no coletivo de que o patrimônio não existe se não houver um grupo que o consagre, que encontre nele suas referências de sua própria vida.



**Foto 59 – Construção histórica degradada no Centro Histórico em 2005.  
Fonte: Acervo da autora.**

## 5.4 UMA NOVA PERSPECTIVA

O patrimônio de São José têm demorado para receber o atenção adequada. Há 20 anos, o antigo Solar dos Ferreira de Mello (foto 60) foi tombado e transformado em Biblioteca e Museu Histórico Municipal. A Igreja Matriz (foto 61), segundo e último bem tombado pelo Estado, seria protegida somente 12 anos após, pelo decreto Decreto nº: 2.989 de 25 de junho de 1998.

No ano de 2004, a Proposta do novo Plano Diretor de São José faz uma série de referências à importância da preservação do patrimônio histórico. O zoneamento denomina a área que abrange Ponta de Baixo, Centro e Praia Comprida de Área de Interesse Histórico Cultural, e tem entre seus objetivos de Qualificação Ambiental “a identificação, preservação e valorização dos elementos que constituem a identidade cultural e histórica do Município” e “a preservação e a divulgação das ambiências culturais e de promoção histórica, com vistas a recuperar a memória da cidade e seus simbolismos históricos, bem como despertar uma consciência de identidade da sociedade josefense para com seus espaços urbanos”. (SDU. 2004, p. 19)



Foto 60 – Solar dos Ferreira de Mello, atual Museu e Biblioteca Municipal em 2006.  
Fonte: Acervo de Fabrício Tomazini.



**Foto 61 – Igreja Matriz no ano de 2006.  
Fonte: Acervo da autora.**

Neste mesmo ano é criada a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, que vêm com algumas propostas acerca da revitalização do espaço urbano do Centro Histórico, mas que restringem-se à estética das edificações. Sem técnicos especializados, trabalha ainda de forma amadora e age ao contrário do que prega.

Como texto social esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. (LEFÈBVRE. 2001, p. 104)

Em 2001 havia sido criada em São José a Lei nº 3752, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico do Município e que usa como instrumento o tombamento. A lei criava, inclusive, dentro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - SPHAM.

Na prática, nem o SPHAM e nem o livro de Tombo foram instituídos, ficando a lei sem efeito.

Pela falta de políticas públicas neste setor, muitos casarios foram demolidos. Quando houve a mobilização civil para conter este “crimes”, a comoção dos que apelaram para a justiça se deu não somente pelo fato de algumas destas construções serem representantes da pujança econômica da São José do século XIX e todas testemunharem sua história, mas por constatarem que a cidade tem crescido de acordo com a vontade dos especuladores, e que toda a sociedade tornou-se refém das suas irresponsabilidades e ganâncias. O poder josefense concentra-se cada vez mais e pode gerar consequências desastrosas neste sentido. Segundo Rossi,

A destruição e a demolição, a expropriação e as rápidas mudanças do uso como resultado da especulação e da obsolescência são os sinais mais reconhecíveis da dinâmica urbana. Mas, além de tudo isso, as imagens sugerem o destino ininterrupto do indivíduo, de sua participação frequentemente triste e difícil no destino do coletivo. Essa visão, em sua inteireza, parece estar refletida com uma qualidade de permanência em monumentos urbanos. Monumentos, signos da vontade coletiva expressa pelos princípios da arquitetura, se oferecem como elementos primários, pontos fixos na dinâmica urbana (ROSSI, apud HARVEY, 1992, p. 84)

A dinâmica urbana não pode ser interrompida, faz parte de uma continuidade inevitável, mas certamente existe uma cidade inteira, espaços generosos em São José esperando por bons projetos que os tornem parte desta dinâmica. O que não faz sentido é adquirir uma arquitetura histórica com o intuito de destruí-la.

Hoje um dos exemplos que mais repercute em São José é o pedido de demolição da sede do antigo Clube 1º de Junho por seu novo proprietário, que não mora na cidade. O Clube representa uma carga memorial afetiva muito forte nos josefenses, pois, como já foi visto, foi durante muito tempo o único espaço de recreação da sociedade local, apesar de elitizado. Um de seus proprietários foi o Sr. Carlos Napoleão Poeta, nomeado Superintendente Municipal em 1919. Como personalidade influente, recebeu em sua propriedade, muitas visitas ilustres. Na data de inauguração do jardim que levou seu nome, o Jornal o Luz noticiou:

A inauguração do Jardim data de 2 de Janeiro de 1921. Neste dia, um domingo, São José recebia a visita oficial do Exmo. Sr. Dr. Hercílio Luz,

então Governador do Estado. Era Superintendente Municipal o Coronel Napoleão Poeta, que em seu palacete residencial, onde hoje é a sede do Clube 1º de Junho, em estilo colonial (hoje reformado), ofereceu um banquete à S. Exa. o Governador, sua comitiva e autoridades locais. (GERLACH; MACHADO. 1982, n/p)

Aqui, acontece exatamente o que Lefèbvre (2001) chama de valor de troca substituindo o valor de uso. A memória e a importância das atividades ali desenvolvidas dão espaço para a comercialização do seu solo. Elimina-se o caráter lúdico e social em prol da especulação. Em outro desses casos, além do proprietário não ser um josefense, o interesse político foi evidente. No ano de 2005, foi demolido um casario eclético do fim do século XIX, localizado fora da Área de Proteção Cultural (APC), mas bem próximo do Centro Histórico e dentro de uma área predominantemente residencial. Durante o processo de demolição, o prefeito atual, Fernando Elias, entrou com pedido de alteração do zoneamento daquela área, aumentando assim o gabarito máximo de 2 para 6 pavimentos, beneficiando somente o novo proprietário do terreno, a empresa Casvig de segurança, que tem como um de seus sócios o ex-prefeito da cidade, o senhor Dário Elias Berger.

A demonstração do desdém pelo patrimônio arquitetônico e cultural josefense foi além. Negligenciada pela Fundação Catarinense de Cultura, que entregou à justiça um laudo técnico atestando que a construção não tinha valor histórico-arquitetônico, por não fazer parte do conjunto de origem “lusso-açoriano”, o casario centenário que ali havia foi totalmente demolido. É a perda de mais um referencial histórico-urbano, dentro da lógica da renovação pela renovação, onde deixar a marca contemporânea do homem atual, de idéias e tecnologias, sobrepõe-se à memória coletiva e a vivência diária da comunidade. Entretanto, essa mudança deixa marcas profundas.

Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos. O mendigo, o cego tateando o canto em que esperava os passantes. O passeante lastima a alameda de árvores onde costumava tomar a fresca e se aflige ao ver desaparecer mais um aspecto pitoresco que o prendia a esse bairro. Aquele morador - de cujo pequeno universo faziam parte essas velhas paredes, essas casas descrepitas, essas travessas obscuras esses becos sem saída, cujas lembranças se prendem a essas imagens agora apagadas para sempre - sente que toda uma parte sua morreu com essas coisas e lastimam que não tenham durado pelo menos o tempo que lhe resta de vida. (HALBWACHS. 2006, p. 163-164)

## TOMBAMENTOS EMERGENCIAIS

Com um série de denúncias em relação aos bens históricos em risco de demolição, a Fundação de Cultura e Turismo solicitou ao atual prefeito, Fernando Elias, o Tombamento Emergencial de 22 bens históricos, o que foi realizado com os Decretos nº 18.691 a 18.707 de 22 de setembro 2005. Os bens tombados são

- Theatro Adolpho Mello;
- A antiga Casa de Câmara e Cadeia;
- Casarão do 1º de junho;
- Casarão do Arquivo Histórico Municipal;
- A Capela de Nosso Senhor do Bonfim (foto 62);
- A igreja e o cemitério de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos;
- A igreja de Nossa Senhora de Fátima e Santa Filomena;
- Casarios do século XIX e início do século XX (foto 63);
- A bica da carioca e o tanque de lavação de roupas;
- A olaria da Escola de Oleiros;
- A antiga Ponte sobre o rio Maruim;
- O Museu da família Koerich no Sertão do Maruim (foto 64);
- O Complexo da Usina do Sertão do Maruim (foto 65).



Fotos 62 e 63 - Capela de Nosso Senhor do Bonfim e Casarios do século XIX. 2006.  
Fonte: Acervo da autora.



Fotos 64 e 65 - Museu da família Koerich e Usina do Sertão do Maruim. 2006.  
Fonte: Site [www.coloniasantana.com.br](http://www.coloniasantana.com.br)

Os proprietários destes bens - os quais nem todos situados na Área Histórica aqui referenciada (alguns podem ser localizados na figura 11) - foram notificados e puderam recorrer no prazo de 15 dias, desde a publicação dos Decretos, mas não houve nenhuma argumentação. Infelizmente não há ainda uma lei específica para a regulamentação das obras de restauração e conservação destes bens, ou de incentivos fiscais que possam contribuir neste processo. Para Vieira Filho, “preservar é um ato de Planejamento”, e aos poucos as cidades vão despertando para a importância deste ato.

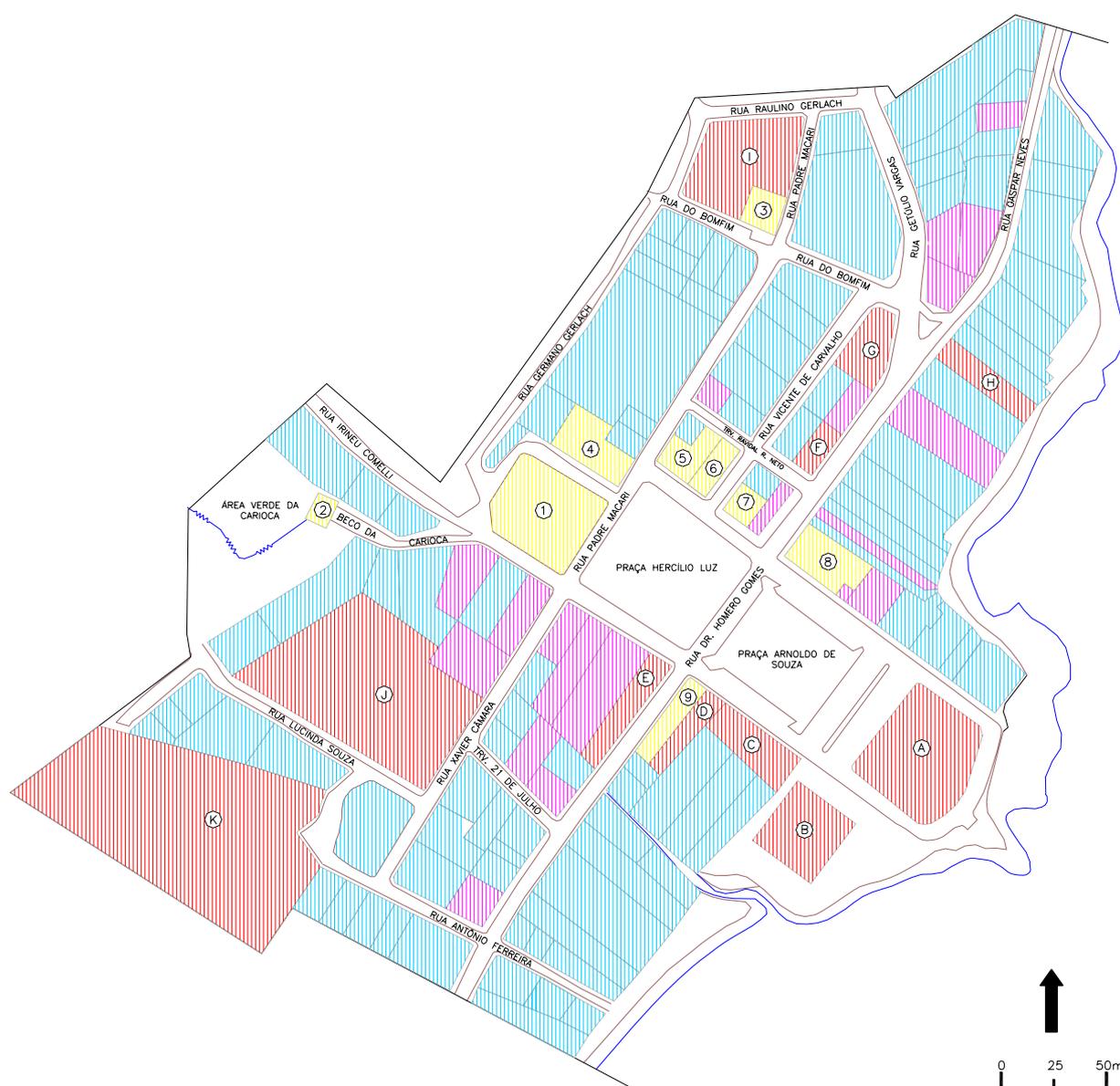
Esse aspecto de reciclar, revalorizar os centros, restaurar os conjuntos antigos que sempre estão situados no centro, tem sintonia com a necessidade das cidades de humanizarem-se, readaptando-se ao século XXI. A visão mais contemporânea que se tem da cidade passa pela revitalização do centro e de seus elementos originais. A tecnologia não conseguiu destruir os centros urbanos e o que se buscará nesse século é que a cidade volte a ser humanista. (VIEIRA FILHO. 2002, p. 11)

Torna-se evidente, portanto, a falta de interesse político em fazer a manutenção adequada dos espaços públicos, dos serviços básicos de limpeza e segurança, a revitalização das edificações do Centro Histórico e cumprir as leis e decretos que o protegem. Na verdade, seria esta privação algum tipo de punição, por parecer um espaço não rentável?

O tempo anterior às transformações não voltam mais. Hoje o centro Histórico de São José está sujeito à dinâmica do aglomerado urbano e tende à especialização cultural mercantil, a espaço de memória. Por isto mesmo deve preservar suas

referências históricas e culturais, pois com a continuidade das demolições e as degradações, a cidade tem somente a perder. Sua auto-estima, seu conteúdo, seu espírito e seu encanto.

Ah, a fraternidade da época, que praticamente, aqui era uma família só, isso desapareceu pela própria vida agitada que se leva hoje em dia. Não sei se poderíamos chamar isto de sistema de sobrevivência, pela agitação, pela competitividade, enfim, desses componentes totalmente negativos para que nós pudéssemos ter uma vida tranquila como nós tínhamos antigamente. Porque alguém até poderia contestar dizendo assim “ah, mas você é contra o progresso?” e eu perguntaria, “mas isso é progresso, isso é vida, isso é modo de viver?”. E eu tenho a impressão que num futuro, não muito distante, a gente vai procurar resgatar tudo isso. Por que não é possível essa disputa, esse egoísmo. Então eu sinto saudade realmente daquele tempo. (FERNANDO ROCHA)



## LEGENDA

	USO PREDOMINANTE RESIDENCIAL		A CÂMARA MUNICIPAL
	USO PREDOMINANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS		B GINÁSIO DE ESPORTES
	1 IGREJA MATRIZ		C POSTO DE SAÚDE E DELEGACIA DA MULHER
	2 BICA DA CARIOCA		D IGREJA
	3 CAPELA DE NOSSO SENHOR DO BONFIM		E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL
	4 CASA DE CULTURA ESTÁCIO DE SÁ		F CINE YORK BAR E CINEMA
	5 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO MUNICIPAL		G ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA
	6 THEATRO ADOLPHO MELLO		H SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO JOSEFENSE
	7 ACADEMIA JOSEFENSE DE LETRAS		I COLÉGIO SÃO JOSÉ
	8 MUSEU HISTÓRICO E BIBLIOTECA MUNICIPAL		J GRUPO ESCOLAR FRANCISCO TOLENTINO
	9 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL		K INSTITUTO PSIQUIÁTRICO SÃO JOSÉ

**Figura 11 – Mapeamento de uso do solo do Centro Histórico em 2006.**  
**Fonte: Elaborado pela autora.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São José, inicialmente de ocupação litorânea, passou por um longo período de densificação urbana de baixo impacto. Por aproximadamente dois séculos, de 1750 a 1950, São José manteve seu desenvolvimento nas cercanias do Centro Histórico, onde estavam localizadas as atividades políticas, comerciais e culturais. Neste contexto destacaram-se, além do Centro, os bairros Ponta de Baixo e Praia Comprida.

Somente a partir do final da década de 1960, e mais intensamente nos anos 70, com a implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos, a cidade começa a delinear a sua feição atual. Projetos pontuais, distantes do Centro de São José, ampliaram a malha urbana da cidade, que hoje é fragmentada e desordenada. A implantação do Plano Diretor, em 1985, baseado em zoneamentos, não foi adequado para o desenvolvimento da cidade, beneficiando somente as classes mais privilegiadas da sociedade. Atualmente a região de Kobrasol e Campinas contam com a maior infra-estrutura urbana do Município, e os terrenos supervalorizados, ampliam a especulação imobiliária.

Com o crescimento do setor de comércio e serviços, São José têm se destacado entre as cidades da Grande Florianópolis, e continua a receber muitos novos moradores, apesar das distorções nas questões habitacionais e ambientais. E as prioridades do poder executivo continuam baseadas no desenvolvimentismo de 50 anos atrás, em detrimento dos potenciais reais da cidade. As atuais discussões para a criação do novo Plano Diretor, de certa forma abrangeram de modo mais igualitário todas as regiões do Município, mas é inegável que os agentes imobiliários, com o consentimento do poder público – e por vezes ambos são os mesmos - têm definido as diretrizes de crescimento da cidade.

São José vive um momento de expansão econômica, oferecendo novas áreas industriais com incentivos fiscais e aposta na diversidade para o seu desenvolvimento. Peca, entretanto, ao fazer uma distribuição de investimentos

públicos de forma desigual entre os bairros. Ao invés de incentivar as novas subcentralidades, como Forquilha e Bela Vista, acaba direcionando verba e projetos para os bairros já consolidados, como Kobrasol e Campinas, especulando sua centralidade comercial. Correa (1989, p. 21) destaca a importância da centralidade na ampliação da sociedade urbana e em suas relações essenciais, ao citar que “descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planejada da produção e do consumo”. Mas ignorar toda uma cidade em prol desta centralidade só faz sentido do ponto de vista mercadológico.

Os projetos viários na cidade ainda não obtiveram nenhum resultado prático, no que se refere à problemática do trânsito e a acessibilidade. A Avenida das Torres é insegura e está inacabada. A Beira Mar Continental, apesar de pouco utilizada por automóveis, tem o alibi de ser uma área onde é possível fazer caminhadas e usufruir de equipamentos de esportes. Mas observa-se a depredação de seu mobiliário e de seu meio ambiente. Faltam equipamentos de segurança, banheiros e telefones públicos, além de espaços de repouso e encontro, como quiosques ou bares. E finalmente, deve efetivamente tornar-se parte da cidade e não um espaço à beira mar, atrás dos muros de uma avenida. Para Lefèbvre (2001, p. 129), “A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela encontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada.”

A cidade cresce sob a ação dos especuladores ou pela autoconstrução, permitindo loteamentos em áreas de difícil acesso que são rapidamente densificados. O saneamento básico é deficiente, os rios e mananciais, há muito poluídos. Os morros não protegidos pela legislação transformam-se em bairros de luxo ou favelas.

Por outro lado José tem sim muitos aspectos positivos e pode gerar dividendos sociais e econômicos à toda a população, desde que tratado conscientemente pelo seu poder público e por seus cidadãos. O Centro Histórico vive uma fase delicada, em que teria plenas condições de indicar formas coerentes

de apropriação de seu espaço, mas que não encontra meios suficientemente eficazes para isto. Passa por um lento processo de conscientização de sua população acerca de sua importância, e dá sinais alternados de vitalidade e estagnação. Para Lefèbvre (2001, p. 105)

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o ecletismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, "o urbano" persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade.

Hoje o Centro Histórico encontra nas residências uma garantia de sua ambiência urbana, mas precisa de intervenções que o encaixe novamente no cotidiano josefense. Necessita urgentemente de um projeto de revitalização e melhoramento, o que poderia ser realizado através de técnicos qualificados, como os do IPHAN, e com a parceria entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado. Necessita de educação patrimonial e parceiros privados conscientes.

Medidas como a demolição da edificação da Câmara de Vereadores e do Ginásio Municipal, transformando a atual praça Arnaldo de Souza em uma ante sala para um novo trapiche, são possíveis e devolveriam a estruturação portuguesa e o contato com o mar. Alterar toda a fiação aérea em subterrânea e devolver a cor original aos casarios históricos já é de praxe em cidades históricas e qualificam enormemente o ambiente urbano. O saneamento básico e a garantia da preservação da paisagem natural, algo que parece impossível para o momento atual, complementariam esta renovação a longo prazo. E é possível que a partir daí novas atividades e novos pensamentos surgissem no e para com o Centro Histórico. A função cultural, juntamente com suas edificações históricas, poderia lhe dar meios de subsistência, sendo espaço de consumo sim, não somente turístico, mas principalmente de sua população.

De qualquer forma, na visão desta pesquisadora o Centro Histórico é imprescindível, por ser o espaço do patrimônio e da memória ainda preservados da cidade, e da cultura açoriana, catarinense e litorânea que a caracteriza. São José da Terra Firme.

## REFERÊNCIAS

- ALTHOF, Fátima Regina. *Arquitetura luso-brasileira no litoral de Santa Catarina*. In FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental*. 2ª ed. Florianópolis, 2000.
- ARANTES, Otília. *O urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Código de Posturas do Município de São José*. In Coleção das Leis da Província de Santa Catarina promulgadas na sessão do anno de 1868. Typographia de Joaquim Augusto do Livramento: Cidade do Desterro. 1868.
- \_\_\_\_\_. *Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1923*. Imprensa Oficial: Florianópolis. 1924.
- \_\_\_\_\_. *Lista de escravos do Sr. Luis Ferreira do Nascimento Mello*. São José, 16 de outubro de 1868.
- \_\_\_\_\_. *Lista de escravos do Sr. Francisco da Silva Ramos*. São José, 22 de outubro de 1868.
- ASSOCIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME – ASCENSÃO. *Ação popular contra o Município de São José, prefeito Dário Elias Berger e IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*. São José, 2001.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BINOTTO, Gelson Afonso. *O Estado e a política habitacional: um estudo da região conurbada de Florianópolis no período 1964/1992*. Florianópolis, 1994. Mestrado em Administração. UFSC.
- BOITEUX, José Arthur. *Org. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina*. Vol. II. Rio de Janeiro: Editores: Azevedo irmãos. Papelaria e Typographia “Ao Luzeiro”. 1916.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiróz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. Edição: Zero Hora/RBS Jornal. 1996.
- CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Código de posturas do Município de São José*. São José, 1948.
- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras Comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Ed./ Editora da UFSC, 1991.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico, vol. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade e Editora UNESP, 2001.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- D'EÇA, Othon da Gama. *Homens e algas*. 3ª ed. Florianópolis : FCC: Fundação Banco do Brasil: UFSC, 1992.
- FARIAS, Vilson Francisco de. *São José: 250 anos: natureza, história e cultura*. 2ª ed. São José: Edição do autor, 2001.
- FIGUEIREDO, Lauro César. *Memória e experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá*. Doutorado em Geografia – CFH, UFSC. Florianópolis, 2005.
- FINEP/ GAP. *Habitação Popular: Inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro, 1983.
- GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni Antônio. *São José: breve história da cidade e seu teatro*. Edição especial. São José: Editora Canarinho, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª ed. São Paulo. Editora Loyola, 1992.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1991 e 2000*.  
\_\_\_\_\_. *Coleção de Monografias: São José*. 1974 (?)

- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. Tradução de: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIMA, Maria Aparecida de. *A Plasticidade dos artefatos de barro: olarias e oleiros de São José*. Mestrado em História – CFH, UFSC. Florianópolis, 1998.
- MAWE, John. “*Travels in the interior of Brazil*”. In HARO, Martim Afonso P. de. (Org.) *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 1996.
- PAIVA, J. G. de O. *Memória Histórica sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara*. In: PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara – A primeira colônia alemã de Santa Catarina*. 1995.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Editora da UFSC, 1991.
- PEREIRA, Fátima Regina da. *O parque residencial Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis*. Florianópolis, 1999. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Pós Graduação em Geografia – CFH, UFSC.
- PERES, Lino F.B. *Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social*. In: PEREIRA, F.O.R & KREMER, A. (Editores): *Características da Habitação de Interesse Social na Região de Florianópolis: Desenvolvimento de Indicadores para Melhoria do Setor*. Relatório Final de Projeto de Pesquisa, FINEP-Habitare/BID, CD-Rom, Coletânea Habitare, vol. 1. Florianópolis, 2000.
- PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1995.
- PHILIPPI, João Rômulo de Azevedo. *Patrimônio Histórico ameaçado: a construção do aterro hidráulico-mecânico no mar do Centro Histórico de São José*. Florianópolis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História - UFSC.
- PIAZZA, Walter F. *A Epopéia Açorico-Madeirense*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1992.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 39ª edição. São Paulo: editora Brasiliense. 1992.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda. *Relatório do Governador da Capitania de Santa Catarina*. 1959.

- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Ed. Nobel, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Manual da geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O centro da cidade de Salvador*. Salvador: Universidade de Bahia, 1959.
- SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1988.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ (SDU). *Plano Diretor de uso do solo*. São José, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José (SC) - PRPDSJ. Leitura da Cidade. Análise e diagnóstico*. São José, julho de 2004.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José (SC) - PRPDSJ. Resultados parciais dos eventos comunitários*. São José, setembro de 2003.
- \_\_\_\_\_. *Proposta para projeto de lei do Plano Diretor do Município de São José (SC). – PPDSJ*. São José, Agosto de 2004.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da 1ª Conferência Municipal da Cidade de São José (SC)*. São José, setembro de 2003.
- SILVA, Odair Gercino da. *Lauda Pericial: Projeto Aterro Beira-Mar de São José*. São José: julho de 2003.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 14 ed. ver. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOARES, Iaponan. *Estreito, vida e memória de um bairro*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.
- SOUZA, Thiago de. *São José da Terra Firme ou Simplesmente São José*. 2ª ed. ampliada. Prefeitura Municipal de São José: 1992.
- SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis*. Tese de Doutorado: USP. 2002.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VIEIRA FILHO, D. *Parecer Técnico nº 009/2002 – 11a SR/IPHAN/SC*. Florianópolis, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Preservar é um planejamento*. Boletim IAB/SC. Florianópolis, 2002.

**OBRAS CONSULTADAS**

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2003

\_\_\_\_\_. *O último capítulo da arquitetura moderna*. Lisboa: Ed. 70, 1985.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de: Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS. *Relatório de impacto ambiental para o aterro mecânico da Angra de São José – Via Litorânea*. Florianópolis: Instituto Catarinense de Estudos e Pesquisas Integrados (INCEPI), 1998.

FÜNFGELT, Karla. *História da paisagem e evolução urbana de Erechim – RS*. Florianópolis, 2004. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Pós Graduação em Geografia – CFH, UFSC.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. *Laguna: de ontem a hoje: espaços públicos e vida urbana*. Florianópolis, 1998. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Pós Graduação em Geografia – CFH, UFSC.

PELUSO JR. Victor Antônio. *Significação Geográfica da Enseada de São José*. In: RAMOS, João Carlos (Dir.) Santa Catarina Filatélica – número especial comemorativo da fundação de São José. 1950.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SILVA, Tatiana Cristina da. *São José: Patrimônio e Urbanidade*. Florianópolis, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFSC.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – GRANFPOLIS. *Dados sobre a entidade*. Disponível em [www.granfpolis.org.br](http://www.granfpolis.org.br).

BASTOS, José Messias. *Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil*. 2006. Disponível em [www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/bastos\\_02.pdf](http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/bastos_02.pdf)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Legislação de 1950 a março de 2005*. Disponível em [www.cmsj.sc.gov.br](http://www.cmsj.sc.gov.br)

COLONIA SANTANA. *Fotos do bairro Colonia Santana*. Disponível em [www.coloniasantana.com.br](http://www.coloniasantana.com.br).

ENCICLOPÉDIA SIMPÓZIO. Santa Catarina Colonial. Disponível em [www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0598.htm](http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0598.htm)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ. *Fotos do Município*. Disponível em [www.ctpmsj.sc.gov.br](http://www.ctpmsj.sc.gov.br).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades: São José*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. *Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas*. Brasília, 1995. Disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA - IHGSC. *Fotos antigas*. Disponível em [www.ihgsc.org.br](http://www.ihgsc.org.br)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cartas Patrimoniais – Carta de Atenas, 1933; Carta de Petrópolis, 1984*.

LUIZ, Edson. *Fotos antigas*. Disponível em [www.ufsc.br/~esilva](http://www.ufsc.br/~esilva)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. *Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade*. Disponível em [www.mp.sc.gov.br](http://www.mp.sc.gov.br)

NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS – NEA. *Projeto do Mapeamento Cultural*. Disponível em [www.ufsc.br](http://www.ufsc.br)

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. *Índices Definitivos Referentes a Participação dos Municípios no Produto Interno Bruto. Base: Anos 2003 e 2004. Apuração 2005*. Disponível em [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)

\_\_\_\_\_. *Índice de Participação dos Município na Arrecadação do ICMS. Anos 1993 a 2004*. Disponível em [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)

VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula; ISOPPO, Keity Kristiny Vieira. *A Política GEO-Econômica do Município de São José: Uma Reestruturação das Áreas Industriais*. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis, 2004. Disponível em [www.geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac\\_2004/139.pdf](http://www.geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/139.pdf)

## **OUTRAS FONTES**

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Fotografias e mapas da década de 70. São José, 2004.

CLUBE 1° DE JUNHO. *Folder Publicitário*. 1985.

DIÁRIO DA TARDE. *Pelos Municípios*. 26 de outubro de 1939. Arquivo Público Municipal.

JORNAL A NOTÍCIA (AN CAPITAL). *Casas populares se "esfarelam" em SJ*. Florianópolis, 18 de fevereiro de 2005.

JORNAL A NOTÍCIA (AN CAPITAL). *Plano diretor é questionado*. Florianópolis, 28 de abril de 2005.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. *Avenida das Torres gera polêmica*. Florianópolis, 13 de abril de 2004.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. *Perigo no Centro Histórico*. Florianópolis, 03 de agosto de 2004.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. *São José cobra uma dívida histórica*. Florianópolis, 9 de maio de 2005.

## **DEPOIMENTOS**

MACHADO, Osni Antônio. 64 anos. Depoimentos concedidos em fevereiro de 2004.

ROCHA, Fernando Richard de Carvalho. 76 anos. Depoimento concedido em janeiro de 2004.

SILVA, Francisco Celso da. 67 anos. Depoimentos concedidos de 2003 a 2006.

SOUZA, João Jacó de. 74 anos. Depoimento concedido em fevereiro de 2004.